

MOACYR DORETTO

**CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO
CAMPONESA NA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA: O
CASO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI-PR**

ORIENTADOR: RENÉ LOUIS DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao CURSO
DE MESTRADO EM ECONOMIA da
Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências
para obtenção do título de
Mestre em Economia.
Área de concentração: Economia
Rural.

CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO DE 1991



D695c Doretto, Moacyr
Caracterizacao do processo de diferenciacao camponesa na modernizacao capitalista : o caso da microrregiao colonial de Irati-PR / Moacyr Doretto. - Campina Grande, 1991. 155 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Capitalismo 2. Pesquisas Agricolas 3. Dissertacao I. Carvalho, Rene Louis, Dr. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 330.342.114(043)

DEDICATÓRIA

A Vanda, minha esposa,
ao Alan
e ao Eduardo,
meus filhos

AGRADECIMENTOS

Ao IAPAR- Instituto Agronômico do Paraná, pela oportunidade de frequentar o curso de pós-graduação, e pelo apoio no desenvolvimento da dissertação, através da inclusão formal entre as atividades de pesquisa da Instituição.

Ao Prof. Dr. René Louis de Carvalho, pela orientação e amizade, a mim dedicadas.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de estudo durante o curso.

Aos professores do Curso de Mestrado, que dedicam-se à árdua tarefa de promover o debate científico.


Aos agricultores, que dedicaram parte de seu dia de trabalho na concessão de entrevistas acerca de suas unidades produtivas.

A Vanda, ao Alan e ao Eduardo, pois sem a compreensão e renúncia dos momentos de lazer não seria possível a realização do Curso de Pós-graduação e da elaboração da dissertação, a quem sou eternamente grato.

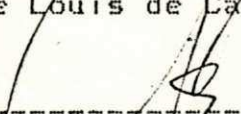
CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA NA
MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA: O CASO DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE
IRATI-PR

MOACYR DORETTO

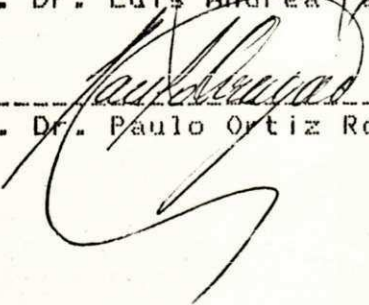
Dissertação defendida e aprovada em 24/01/92, pela banca
examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. René Louis de Carvalho - Orientador



Prof. Dr. Luis Andrea Favero



Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão

CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO DE 1991

S U M Á R I O

Lista de tabelas.....	viii
Lista de figuras.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
Objetivo.....	5
Geral.....	5
Específico.....	5
Hipóteses.....	5
1. TRANSFORMAÇÃO CAMPONESA NA BIBLIOGRAFIA RECENTE.....	9
2. PLANO DE ANÁLISE.....	19
3. CONFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PARANÁ.....	21
3.1. Introdução.....	21
3.2. Primeira atividade econômica: o escravo-índio....	22
3.3. Bases da exploração do ouro.....	23
3.4. Tropeirismo.....	23
3.5. Erva mate.....	25
3.6. Madeira.....	28
3.7. Café.....	33
4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO- ECONÔMICAS DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI.....	38
4.1. Local da pesquisa.....	38
4.2. Estrutura agrária.....	38

4.2.1. Demografia.....	38
4.2.2. Estrutura fundiária.....	42
4.2.3. Condição legal da terra.....	45
4.2.4. Pessoal ocupado.....	48
4.2.5. Uso da terra.....	50
4.2.6. Principais atividades produtivas.....	52
4.2.7. Força de tração.....	59
4.2.8. Potencialidades do recurso natural: o solo	63
5. DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA A PARTIR DO SISTEMA FAXINAL....	66
5.1. Introdução.....	66
5.2. Gênese	67
5.3. Transformação.....	78
6. CATEGORIAS DE PRODUTORES NA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI.....	85
6.1. Quadro geral.....	85
6.2. Limites na definição de categorias de produtores.	86
6.3. Caracterização das categorias.....	96
6.3.1. Empresário familiar mecanizado.....	96
6.3.1.1. Propriedade e uso da terra.....	96
6.3.1.2. Composição da força de tração....	97
6.3.1.3. Uso de insumos e de crédito rural	98
6.3.1.4. Valor e destino da produção.....	99
6.3.1.5. Composição e distribuição da renda.....	100
6.3.2. Produtor simples proprietário.....	101

6.3.2.1. Propriedade e uso da terra.....	101
6.3.2.2. Composição da força de tração.....	102
6.3.2.3. Uso de insumos e de crédito rural	103
6.3.2.4. Valor e destino da produção.....	104
6.3.2.5. Composição e distribuição da renda.....	105
7. COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO.....	108
7.1. Introdução.....	108
7.2. Forma de acesso à terra.....	109
7.2.1. Herança.....	110
7.2.2. Compra	112
7.2.3. Arrendadas.....	115
7.2.4. Cedidas.....	116
8. TRANSFORMAÇÃO DA BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO.....	118
8.1. Introdução.....	118
8.2. Expansão e uso do crédito rural.....	118
8.3. Tecnologias mecânicas.....	123
8.4. Tecnologias químicas.....	132
8.5. Sementes fiscalizadas.....	135
8.6. Reflexos nas atividades produtivas.....	137
8.7. Reflexos no uso da força de trabalho.....	143
9. CONCLUSÃO.....	146
10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	150
ANEXO I- QUESTIONÁRIO.....	152

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Participação percentual da população rural e urbana do Estado do Paraná e da Microrregião Colonial de Irati no período 1940-80.....	41
Tabela 2.	Estrutura fundiária da Microrregião Colonial de Irati nos anos 1960-70 e 80.....	43
Tabela 3.	Variação percentual do número de estabelecimentos e da área segundo a condição legal da terra na Microrregião Colonial de Irati no período 1960-80.....	45
Tabela 4.	Área média (ha) segundo as categorias de posse da terra na Microrregião Colonial de Irati no período 1960-80.....	47
Tabela 5.	Número de pessoal ocupado segundo as categorias de produtores na Microrregião Colonial de Irati no período 1940-85.....	48
Tabela 6.	Utilização da terra na Microrregião Colonial de Irati no período 1960-85.....	51
Tabela 7.	Número de informantes, área total (ha) e área média (ha) das principais atividades exploradas na Microrregião Colonial de Irati no período 1960-85.....	53

- Tabela 8. Participação percentual dos principais produtos da Microrregião Colonial de Irati em relação ao total do Estado no período 1960-85.... 57
- Tabela 9. Participação percentual do número de informantes em relação ao total de estabelecimentos segundo a utilização da força de tração e dos insumos na Microrregião Colonial de Irati no período 1960-85..... 60
- Tabela 10. Participação percentual dos níveis de possibilidades das terras para mecanização e dos níveis de exigência das terras para a aplicação de fertilizantes e corretivos segundo os municípios da Microrregião Colonial de Irati... 64
- Tabela 11. Limites utilizados na definição das categorias de produtores..... 87
- Tabela 12. Participação percentual das categorias e subcategorias no número de produtores na área, no valor da produção total e nas vendas..... 90
- Tabela 13. Indicadores que caracterizam as categorias de produtores simples proprietários e dos empresários familiares mecanizados segundo as atividades predominantes..... 94

- Tabela 14. Evolução da forma de acesso à terra dos produtores camponeses tradicionais e dos camponeses mecanizados nos períodos 1950-70, 1970-80 e 1980-89.....111
- Tabela 15. Distribuição anual da utilização de crédito rural segundo os produtores camponeses tradicionais e os produtores camponeses mecanizados no período 1970-89.....122
- Tabela 16. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e de produtores camponeses mecanizados segundo o ano de início de uso e/ou aquisição dos meios mecânicos no período 1970-89.....125
- Tabela 17. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e de produtores camponeses mecanizados segundo o ano de início de utilização de fertilizantes, calcáreo, herbicida e inseticida no período 1970-89.....134
- Tabela 18. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e de produtores camponeses mecanizados segundo o ano de início de utilização de sementes fiscalizadas no período 1970-89.....136

Tabela 19. Evolução e/ou substituição das principais culturas e áreas nas unidades produtivas dos produtores camponeses mecanizados segundo um corte temporal, antes e depois da aquisição do trator.....	138
---	-----

Lista de Figuras

- Figura 1. Localização da Microrregião Homogênea (276)
Colonial de Irati e de seus municípios..... 39
- Figura 2. Divisão do Estado do Paraná em microrregiões
homogêneas, destacando-se aquelas onde ocorre
o Sistema Faxinal..... 68
- Figura 3. Disposição esquemática do Sistema Faxinal..... 72

RESUMO

O trabalho foi efetuado no Estado do Paraná, mais especificamente na Microrregião Homogênea (276) Colonial de Irati, em virtude de que já estavam em andamento estudos de tipologia de produtores realizados no Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, órgão responsável pela pesquisa agrícola estadual.

O objetivo foi o de explicitar os fatores (processos) que contribuíram na dinâmica da diferenciação partindo de uma situação camponesa, fazendo-se também a conformação histórica das categorias de produtores.

A análise parte da constatação de que, na Microrregião, antes mesmo da expansão das relações capitalistas, na década de 70, não existia homogeneidade entre os agricultores. Estes se diferenciavam pela quantidade e qualidade dos recursos naturais sob sua propriedade e pela composição da força de trabalho familiar. Estas diferenças, entretanto, não se materializavam de forma expressiva no plano da produção, das técnicas utilizadas e do nível de vida. Na medida em que não existiam oportunidades mercantis seguras para a expansão da produção, os que possuíam maior quantidade de terra limitavam-se a cultivar o que

correspondia à potencialidade de trabalho da família. O uso coletivo das terras do criadouro expressava essa situação e afirmava os limites da diferenciação dos produtores.

A expansão das relações capitalistas no agro da Microrregião ocorreu tardiamente, comparado ao estado e à região sul do país, em função da queda da rentabilidade de sua principal cultura, a erva mate, e pelos diferenciais negativos de fertilidade e relevo dos solos.

Quando se desenvolveram essas oportunidades mercantis, as transformações beneficiaram os produtores que detinham as maiores quantidades de terra. Sua posição fundiária é duplamente positiva: permite a ampliação da produção e via acesso ao crédito rural, a mudança da base técnica produtiva.

O patrimônio fundiário, num primeiro momento, constituiu-se como causa do processo de diferenciação camponesa, e, num segundo, como consequência, onde os produtores camponeses mecanizados foram adquirindo terras sistematicamente.

A forma de acesso à terra mostra o avanço do processo de diferenciação camponesa a partir de 1970 e a expansão do mercado fundiário a partir da valorização mercantil da produção agrícola. Entre 1950 e 1970, predominou a herança como forma de transferência da propriedade privada da terra, a qual é a componente básica no processo de diferenciação.

A crescente desagregação do Sistema Faxinal acelerou a diferenciação camponesa na medida em que privatizou o uso comunal da terra, afetando os agricultores que possuíam ou

não pequenas parcelas de terra.

A mudança na base técnica da produção da cultura de feijão ocorreu pela via camponesa, e determinou a modificação do sistema de cultivo de consórcio para o simples.

As estratégias utilizadas para potencializar a renda da unidade produtiva consistiam no aluguel de máquinas, na troca de serviços produtivos entre trator versus força de trabalho, trator versus trator, tomar em arrendamento as melhores áreas (fertilidade e relevo) e, por outro lado cedia as suas para que fossem efetuadas as operações de limpeza, para posterior incorporação no seu processo de produção.

A categoria dos produtores camponeses mecanizados constitui-se daqueles agricultores que já possuíam as maiores quantidades de terra e aproveitaram-se do crédito rural para intensificar as atividades produtivas como forma de permanecer no processo de reprodução. O desenvolvimento das atividades produtivas é efetuado principalmente com a força de trabalho familiar.

ABSTRACT

The study was carried out at the homogeneous zone "Colonial de Irati" (IBGE, MRH 276), Parana state, Brazil. The choice was set because of data availability existing in previous surveys done by IAPAR.

The aim of this study was to explain the main factors to the differentiation dynamics from peasant situation point of view; furthermore it is done a historical configuration of peasants categories.

The analysis starts from the evidence that didn't exist homogeneity among farmers even before the capitalist relationships expansion in the 70's, in that zone. The farmers were classified according quality and quantity of natural resources owned by farmers as well the relative importance of family labour in on-farm activities. These differences didn't appear to be clear even at the enterprise level due to technological pattern adopted or given by life standards. Since there were no guaranteed market opportunities for increasing production scale, farmers used to cultivate only part of the total land owned, defined by the availability of family workforce. The communal land use with animal husbandry confirmed this situation and gave the boundaries of

peasant differentiation.

Capitalist labour relationships in the area evolved latter (five to ten years) than in other recent modernized regions in the main economic activity (*Ilex paraguayensis*) and to the unsuitable chemical and topographic soil conditions for mechanized cash crops.

When these market opportunities occurred, larger owners benefit more. Their agrarian situation is twice positive at the same time, allowing increasing and changing production patterns.

At first, the land endowment was the cause for the peasant process differentiation afterwards the mechanized owners were acquiring lands systematically as a consequence.

The way they use the land shows the development of peasant differentiation process after 1970, furthermore it shows the land market expansion as a consequence of rural production market valuation. Between 1950 and 1970, predominated land legacy as a way of transferring private land rights which is the main issue to support differentiation pattern.

The increasing disaggregation of "Sistema Faxinal" the peasant differentiation because of privatization the common land use, it affected the farmers owned or not small lands.

The changes in the beans technical basis production happen through peasants, and it determined the modification

of multiple cropping system to.

The strategies used for potentialize farm income were machines rental, services exchange between tractors and workforce, or tractor and tractor, or renting better land sites (taking in account soil fertility and relief). The counterpart was the soil prepare in order to be incorporated in the production process.

The mechanized peasants were those who previously owned larger lands and used rural credit to increase production as a way to achieve family reproduction. The development of production activities is achieved mainly through familiar workforce strategies.

INTRODUÇÃO

O debate científico desencadeado em torno dos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura assegura que a inserção do capital no campo não promoveu a generalização das relações capitalistas de produção em todas as fases do ciclo da atividade agrícola. A expansão do capital nas atividades agrícolas ocorreu em momentos específicos do processo produtivo, na medida em que o seu ritmo estava condicionado pelo ambiente natural e os produtos que mais proporcionavam a valorização dos capitais investidos. Neste sentido, a ação do capital não atingiu de forma homogênea o universo de agricultores, haja visto que os mesmos exploravam produtos distintos e também eram dotados de magnitudes diferenciais de recursos naturais e de capital.

Também no Estado da Paraná o avanço das forças produtivas capitalistas no campo não ocorreu de forma homogênea em virtude das disparidades existentes nas condições edafoclimáticas e sócio-econômicas regionais. Na Microrregião Colonial de Irati, que estudaremos aqui, tal avanço deu-se tardiamente (no final da década de 70), quando comparado a outras Microrregiões do Estado, principalmente naquelas onde predominavam melhores recursos naturais, fertilidade e relevo apto para a mecanização.

A Microrregião Colonial de Irati teve uma conformação histórica fundada nas atividades extrativistas, isto é, de erva mate e de madeira. Aliadas ao extrativismo, as atividades agrícolas estavam sob o predomínio de uma organização camponesa de produção, o Sistema Faxinal. Este possuía especificidades em relação aos camponeses do restante do território brasileiro em virtude do uso coletivo da terra onde os animais eram criados soltos, apesar de manter-se o caráter privado da propriedade da terra.

Dentro de uma situação em que as oportunidades comerciais eram limitadas, a própria desigualdade da distribuição da propriedade fundiária não se refletia fortemente como diferenciação entre os produtores.

A degradação dos recursos naturais, a pressão sobre a terra, vinda do crescimento das famílias e da migração para a região, e sobretudo a abertura de mercados para os produtos da região e as possibilidades de modernização da produção através do acesso ao crédito oficial foram fatores que afetaram fortemente essa forma de organização camponesa, até então, predominante na região.

A consequência direta foi o aumento da diferenciação entre os produtores. Os mais afetados foram aqueles que não possuíam juridicamente a posse da terra, e também aqueles que eram proprietários de pequenas áreas. Os beneficiados foram aqueles produtores que tinham as maiores áreas.

Esta diversidade de condições produtivas dos agricul-

tores remetem ao IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, órgão responsável pela pesquisa agropecuária estadual, demandas distintas de problemas, que constituem-se em restrições para a reprodução da unidade produtiva. Essas demandas, por sua vez, traduzem-se em objetos ou não de pesquisa biológica para os programas do Instituto, de forma que sob as diretrizes são delimitadas prioridades no intuito de gerar tecnologias apropriadas para promoverem o desenvolvimento do maior número de produtores. Portanto, o Instituto fundamenta a eleição de prioridades sob os aspectos econômicos, sociais e tecnológicos, direciona suas atividades para promover o bem estar dos produtores que exploram e/ou dependem da atividade agrícola, de forma que toda atividade técnica envolve uma relação social.

As diretrizes da pesquisa agropecuária, nos limites do Estado do Paraná, na década de 70, estavam sob o enfoque apregoado pelo Governo, privilegiando os interesses específicos dos produtos de exportação, e também suprimindo a demanda interna das agroindústrias. Portanto, a delimitação de prioridades de pesquisa agropecuária era efetuada sob os aspectos advindos dos setores representativos da grande produção. Mas, no final da década, já consubstanciava-se a preocupação com os aspectos sociais e econômicos, em virtude das transformações no meio rural decorrentes do processo de modernização e de seus fatores adversos.

A partir daí, iniciou-se uma nova fase na pesquisa da

atividade agropecuária, que fundamentou-se acerca do real conhecimento das condições em que ocorrem as explorações nas unidades produtivas (pesquisa sobre a propriedade). Por outro lado, através da conjugação de esforços sobre a disponibilidade de conhecimentos técnicos e científicos, e ainda sobre aspectos que demandam pesquisa, é que se propôs a geração de tecnologias socialmente apropriadas (pesquisa para a propriedade).

Assim, o esforço científico que se tem dispendido na elaboração de tipologias de categorias sociais de agricultores _ através de um corte temporal, que expressa um momento estático de tal situação _ que participam no processo de desenvolvimento, tanto na produção como na troca de mercadorias, está fundamentado na suposição de que as categorias encontram-se agrupadas sob uma gama de características diferenciais de comportamento, advindas de um processo de subordinação.

A heterogeneidade das formas de produção nos limites da Microrregião constitui-se em entrave na geração de tecnologias apropriadas, em virtude de que as categorias sociais abarcam especificidades nos seus processos produtivos, representando o processo dinâmico da diferenciação. Está implícito que em uma mesma categoria social de produtores existem disparidades na dotação de meios de produção, na medida em que alguns agricultores estão mais ou menos desenvolvidos.

Assim, todo o esforço empreendido em torno da geração

de tecnologias reflete fundamentalmente a preocupação em efetuar estudos sobre a propriedade, delimitando as suas características físicas, econômicas e sociais, a fim de que a tecnologia a ser difundida não se constitua internamente em elemento desestruturador da unidade produtiva, isto é, na articulação dos recursos físicos e financeiros com a organização da produção, e também externamente no relacionamento com a sociedade capitalista.

Objetivo

Geral

O trabalho tem o objetivo de, através da formação sócio-econômica da Microrregião, efetuar a caracterização do processo de diferenciação dos pequenos produtores de mercadorias.

Específico

Partindo de uma situação camponesa explicitar-se-á os fatores (processo) que contribuíram na dinâmica da diferenciação;

Explicitar a conformação histórica das categorias sociais de produtores.

Hipóteses

O desenvolvimento de forma lenta e desigual do modo de produção capitalista na agricultura, aliado à conformação

sócio-econômica da Microrregião, a partir da década de 60, e a modernização tecnológica aceleraram o processo de diferenciação camponesa através da adoção de tecnologias que potencializaram o trabalho humano, tornando, assim, a utilização mais intensiva da terra e da força de trabalho assalariada.

A reestruturação ocorrida na agricultura, em virtude do movimento histórico do capital, tanto na organização interna da produção, como aquelas articulações com o plano externo das unidades produtivas, permitem estabelecer que:

- os produtores agrícolas que detinham a posse da terra, que constituía-se em garantia diante dos agentes financeiros, foram favorecidos no acesso ao crédito rural, acelerando assim o processo de diferenciação;

- a penetração do capital no processo produtivo transformou a base técnica da produção camponesa, mas não em produção capitalista;

- a diferenciação dos produtores agrícolas demanda a geração de tecnologias apropriadas.

Para efeito de apresentação a dissertação está organizada em dez capítulos, como segue:

No primeiro, fundamentado na bibliografia recente, organizou-se uma discussão acerca do processo de transformação camponesa. Apesar da discussão ser antiga, polarizando, de um lado, a categoria dos camponeses e, do outro, a dos capitalistas, as demais que ocupavam posição

intermediária são caracterizadas por vários autores, com nomenclaturas idênticas, mas que nem sempre coincidem com os mesmos limites que as definem.

No segundo estabeleceu-se o plano de análise da diferenciação camponesa, onde investigou-se as especificidades da organização interna e externa da unidade produtiva.

No terceiro capítulo analisou-se a conformação sócio-econômica do Estado do Paraná através dos elementos que participaram na organização das atividades econômicas e do ritmo que as mesmas tomaram no tempo.

No quarto, através de dados secundários, efetuou-se uma caracterização das principais transformações evidenciadas na Microrregião Colonial de Irati. Frente às restrições do recurso natural, isto é, relevo e baixa fertilidade natural, a mudança na base técnica ocorreu no final dos anos 70. Esse processo não ocorreu de forma homogênea entre os agricultores, em face da disparidade na dotação de recursos produtivos.

No quinto explicitou-se que o processo de diferenciação camponesa na Microrregião ocorreu sob um elemento incomum no campo brasileiro, representado pela organização camponesa de produção, o Sistema Faxinal. Para isto, efetuou-se uma análise da gênese e da transformação do Sistema Faxinal, destacando-se os principais elementos que contribuíram para o crescente processo de desagregação.

No sexto indicou-se em um corte temporal o processo

aparente da diferenciação camponesa através de um trabalho de **tipologia de agricultores** segundo os limites pré-estabelecidos para a definição de categorias. Optou-se em utilizar as duas categorias com maior importância relativa, ou seja, os produtores simples proprietários e os empresários familiares mecanizados. Na sequência, efetuou-se com os indicadores uma caracterização de cada categoria e das estratégias no desenvolvimento das atividades produtivas.

No sétimo, utilizando-se da nomenclatura de produtor camponês tradicional e produtor camponês mecanizado em substituição às categorias de produtor simples proprietário e de empresário familiar mecanizado, definidas no Capítulo 1, efetuou-se a recomposição do patrimônio fundiário, na medida em que a quantidade física de terra constituía-se no principal elemento de diferenciação. Para isto, investigou-se junto aos agricultores as formas de acesso à terra, destacando-se aquelas que foram recebidas com a partilha da herança, as compradas, as arrendadas e as que foram cedidas.

No oitavo analisou-se a evolução do processo de transformação da base técnica da produção, das categorias de produtores camponeses tradicionais e mecanizados. Para isto, investigou-se a época (ano) em que tais categorias de agricultores iniciaram e/ou adquiriram os meios de produção que potencializam a produtividade da terra e do trabalho.

Finalmente, o nono capítulo apresenta as conclusões do trabalho e o décimo lista as bibliografias citadas.

1. TRANSFORMAÇÃO CAMPONESA NA BIBLIOGRAFIA RECENTE

A penetração do modo de produção capitalista na agricultura ocorreu de forma distinta, quando comparado à indústria. A agricultura possui especificidades no processo produtivo, como a interferência dos fenômenos climáticos não controlados. A sua expansão não atingiu de forma homogênea a grande diversidade de produtores de mercadorias no espaço rural. Por isso, as transformações promovidas pela ação do capital necessariamente devem ter os fundamentos analíticos a partir de Marx, segundo a contribuição de Kautsky (1980:28):

"Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas".

O trabalho desenvolvido possui este centro de preocupação, ou seja, estudar as transformações por que tem passado a pequena exploração na Microrregião Colonial de

Irati-Pr no quadro geral do movimento de modernização da agricultura brasileira.

O surgimento, na Microrregião, a partir dos anos 70, de um novo conjunto de produtores tecnificados, remete para o pesquisador uma série de questões particulares:

- uma especificidade: a situação anterior, com a organização camponesa de produção, o Sistema Faxinal, o uso comunal da terra, sua crise com o processo de modernização e a relação entre o Sistema Faxinal e o surgimento desse conjunto de produtores tecnificados;

- o fato de que esse processo de modernização se dá sem ligação direta com agroindústrias processadoras de matérias primas agrícolas, ou seja, sem integração e sem importância de cooperativas também - processo menos comum nas análises e estudos publicados;

- e gerais: como analisar esse processo de transformação e compreender como se situam sócio-economicamente, em termos de estratégia econômica e posição de classe social, esses novos produtores.

A discussão é antiga, iniciando-se com Lenin, quando analisou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. A expansão das relações capitalistas no campo provocaria a polarização do capital e do trabalho, onde aqueles agricultores (Kulaks) que já possuíam maior quantidade terra poderiam combinar atividades agrícolas com comerciais e industriais, assalariando outros que não tinham a terra ou a tinham em

quantidade insuficiente.

Este processo tinha como tendência a constituição de apenas duas categorias sociais, onde, de um lado, ficariam os proletários e, de outro, a burguesia rural, conforme está explicitado em Lenin (1979:163-4):

"O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados".

Enfatiza ainda que o desenvolvimento capitalista requer a formação de um mercado interno, concentrando-se aí a destruição do campesinato nas bases pré-existentes (expropriação) e a constituição de distintas classes sociais rurais, segundo Lenin (1979:171):

"A desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo. No grupo inferior... ocorre por conta dos artigos de consumo... A formação e o desenvolvimento da burguesia camponesa criam o mercado de duas maneiras: de um lado, e essencialmente por conta dos meios de produção (mercado de consumo produtivo), porque o campesinato rico se esforça por converter em capital os meios de produção que 'acumula'... De outro lado, um mercado se forma aqui por conta do consumo pessoal como decorrência da ampliação das demandas dos camponeses mais abastados".

Para Lenin, a diferenciação é apenas um momento dentro de um processo que é qualificado pelo resultado inevitável: destruição do antigo camponês e surgimento do proletário.

riado e da burguesia rural.

Neste sentido, se esses tipos extremos são facilmente identificáveis, o mesmo não ocorre com os tipos intermediários. O simples predomínio da força de trabalho familiar nos trabalhos agrícolas não caracteriza, para muitos autores, um produtor familiar.

Assim é para Archetti (1987), onde o produtor familiar se define também por não apresentar acumulação. Na análise que efetuou contrapondo as idéias de Marx e Chayanov, sobre a economia camponesa, estabeleceu os principais critérios que identificariam as características do camponês típico, ou seja, onde predominavam na unidade produtiva os trabalhos efetuados pelos membros da família e ainda não apresentassem acumulação de capital. Enfatiza que existem três categorias: o camponês típico, o "farmer" onde encontram-se desde agricultores que efetuam os trabalhos na unidade produtiva somente com força de trabalho familiar até aqueles que ainda combinam com força de trabalho assalariada, embora ambos acumulam capital de forma que estão implícitos nos diversos patamares expressos através do desenvolvimento do capital agrário, e, por último, os capitalistas.

Também Dal-Rosso (1979) exige outros qualificativos para considerar um produtor camponês. Analisando os principais mecanismos de subordinação dos diversos segmentos de produtores agrícolas não capitalistas e suas implicações, identificou quatro categorias sociais: "Camponeses, Colono,

Produtor por Contrato a Domicílio e Latifundiários". Destaca as principais diferenças que ocorrem entre os camponeses e o colono: este possui uma razoável área física de terras, ou mesmo já tinha uma acumulação prévia que lhe permitia a exploração em áreas alheias, de modo que o acesso ao crédito estava assegurado, viabilizando as condições técnicas que permitiram potencializar o trabalho familiar. E os produtores por contrato a domicílio, que são identificados pela integração à agroindústria.

Para Loureiro (1987), a existência de técnicas modernas é incompatível com a classificação de camponês. Analisando os produtores familiares na horticultura moderna em Piedade-SP, explicita três categorias de produtores: "semi-proletários, pequenos ou (até) médios capitalistas, e os capitalistas", como também o surgimento da pequena burguesia rural, a partir da categoria "pequenos ou (até) médios capitalistas".

Müller (1982), efetuando análise sobre as transformações ocorridas na agricultura, em consonância com a mudança técnico-econômica e na estrutura social, delimitou um esquema explicativo das classes sociais no agro brasileiro. Estas fundamentavam-se no critério do volume da produção, intensidade do trabalho agrícola e na forma de organização com influências na determinação de preços, explicando da seguinte forma: burguesia (industrializada e tradicional), localizada nos estabelecimentos maiores de 100 ha de área

total, utilizando-se fundamentalmente da força de trabalho assalariado, distinguindo-se através da industrialização (tecnificação) da base produtiva, traduzida pela elevação da composição orgânica do capital; pequena burguesia (industrializada e tradicional), que utiliza-se na sua maior proporção da força de trabalho familiar, combinada com o assalariamento, de forma que distinguem-se pelos níveis de adoção do progresso técnico; e os trabalhadores assalariados que são os temporários e permanentes, os trabalhadores autônomos caracterizados como pequenos arrendatários e parceiros, e finalmente, os trabalhadores a domicílio que são os pequenos proprietários, onde prevalece a quantidade de mão-de-obra sobre a terra e o capital, encontrando-se subordinados ao capital industrial e/ou mercantil.

Lopes (1978) tem por centro de sua definição de camponês exclusivamente o uso predominante da força de trabalho familiar. Analisando o desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo, identificou três categorias sociais denominando-as de: "pequenos produtores (até 50 ha), médias empresas (50 a 500 ha) e grandes empresas (mais de 500 ha)". Os pequenos produtores, nos estratos até 10 ha, e entre 10 e 50 ha, foram considerados como sendo produtores familiares, em virtude de utilizarem-se de 90% e 75% do total da força de trabalho não remunerada da família no processo produtivo.

Wanderley (1987), analisando a trajetória social dos produtores de algodão na região de Campinas-SP, definiu como

produtores familiares os que utilizavam-se exclusivamente da força de trabalho advinda da família; enquanto que nas empresas familiares, o trabalho dos membros familiares é dedicado às tarefas de gestão e de fiscalização dos trabalhadores assalariados no estabelecimento. Constatou que estes eram agricultores remanescentes da cafeicultura (antigos parceiros), que, na década de 40, aproveitando-se do deslocamento da mesma para outras regiões, em virtude do esgotamento dos recursos naturais, adquiriram parcelas (sítios) através de loteamentos de grandes propriedades. A aquisição ocorrera em situações extremamente desfavoráveis, onde, ao mesmo tempo, tinham que efetuar o pagamento da terra e ainda explorá-la economicamente, pois a manutenção e reprodução destes produtores estavam na dependência das relações mantidas com o mercado algodoeiro, com o Estado na geração e difusão de tecnologias e nas estratégias utilizadas pelos agricultores na combinação de recursos da unidade produtiva com a cultura do algodão. Entre os agricultores que foram entrevistados, o processo que levou à modernização da cultura do algodão ocorreu em momento determinado principalmente pela adoção de operações mecanizadas, efetuadas com o trator.

Os autores a que nos referimos adotam definições diferentes para o termo "camponês", utilizando-se de terminologias diferentes para denominar as categorias de agricultores, que em princípio possuem características idênticas. E é na medida em que são significativas as transformações por que

passaram os produtores familiares no processo de modernização da agricultura que as diferenças de classificação encontram-se com maior destaque no segmento de agricultores concentrados no intervalo compreendido entre as categorias de camponês tradicional e de produtor capitalista, onde recebem as seguintes denominações: farmer (Archetti), pequenos ou (até) médios capitalistas (Loureiro), colono e produtor por contrato a domicílio (Dal Rosso), médias empresas (Lopes), e pequena burguesia (Müller).

Essas diferenças ficam mais claras ainda se compararmos dois trabalhos, que versam sobre situações bastante similares: o caso dos produtores de feijão em Itararé-SP, de Graziano da Silva et alii (1982), e o de Payés (1988), sobre a região em análise.

As categorias de produtores utilizadas pelos autores possuem as mesmas denominações: semi-assalariado, produtor simples (ou produtor camponês, no caso de Graziano da Silva), empresário familiar e empresário capitalista. No entanto, elas não se definem da mesma forma e passam a não recobrir realidades similares.

Payés (1988), quando analisou os sistemas de produção predominantes na região de Irai-PR, região onde estamos efetuando o presente trabalho, identificou a existência de quatro categorias predominantes de produtores: "semi-assalariados, produtor simples, empresário familiar e o empresário capitalista". Destacando-se a categoria empresário familiar

no total produzido, na comercialização dos produtos, e que surgiu após a década de 60, com a modernização. Constatou que a força de trabalho familiar na unidade produtiva corresponde a 89% da demanda, e ainda a jornada de trabalho anual é superior às demais categorias.

Enquanto que Graziano da Silva et alii (1981), analisando os produtores de feijão na região de Itararé-SP, constatou a presença de três categorias: "a) grandes proprietários e capitalistas agrários; b) empresas familiares e as quase-capitalistas; e, c) produtores camponeses". E ainda menciona a principal característica de distinção entre b e c:

"Fundamentalmente o que distingue as empresas familiares e as quase-empresas, das unidades camponesas é o emprego de trabalho assalariado em forma permanente, seja através da presença de assalariados fixos, seja através de temporários durante todo o ano agrícola, embora esse fato não exclua a presença do trabalho familiar diretamente no processo produtivo". (grifos meus)

No entanto, a divergência fundamental na definição das categorias de empresário familiar está em que, para Graziano da Silva et alii (1982), do total de força de trabalho da unidade produtiva, tais agricultores utilizavam-se de 20,2% de força de trabalho familiar e de 79,8% de força de trabalho assalariada (temporários 57,5% e permanentes 22,3%).

A disparidade evidenciada remete a categoria de empresário familiar de Payés (1988) a aproximar-se a dos produtores camponeses de Graziano et alii (1982:30), pois

estes utilizavam-se, em relação ao total de força de trabalho da unidade produtiva, de 78,6% da força de trabalho familiar e de 21,4% de força de trabalho assalariada temporária.

Assim sendo, adotando a definição das categorias de produtores de Graziano da Silva et alii (1982:30) na Microrregião Colonial de Irati-Pr, utilizaremos a denominação de produtores camponeses tradicionais para substituir a de produtores simples ; e, principalmente, a constatação da não existência dos empresários familiares, e sim de produtores camponeses mecanizados.

2. PLANO DE ANÁLISE

O plano de análise estabelecido para explicitar o processo de diferenciação camponesa inicia-se com os aspectos da formação histórica do Paraná segundo as suas principais atividades econômicas regionais. Neste sentido, concatena-se os movimentos que ocorreram e que contribuíram na organização do espaço rural, e ao mesmo tempo no ritmo das mudanças que legaram sua conformação sócio-econômica. Por isso, menciona-se os principais aspectos referentes à ocupação do território, o acesso à terra, população, e produtos agropecuários.

Assim, aquele processo de diferenciação precisa ser entendido sob um contexto de análise mais amplo, ou seja, está inserido na expansão das relações capitalistas na atividade econômica como um todo. E, para delimitar mais especificamente um corte temporal naquelas relações, adotar-se-á os anos 60, que representam os mais importantes limites da reestruturação das relações entre a agricultura e a indústria, onde o Estado implantou políticas agrícolas viabilizadoras para a adoção de inovações tecnológicas.

Os fundamentos do estudo partem do pressuposto de que não existe homogeneidade das formas de produção, isto é, prevalece uma diferenciação entre os produtores, que foi

determinada pelas especificidades quantitativas e qualitativas dos recursos naturais, pela constituição da força de trabalho, antes mesmo da expansão das relações capitalistas no campo.

Inicialmente, para analisar o processo de diferenciação camponesa, serão utilizados trabalhos de pesquisa efetuados na região, no intuito de explicitar a forma de organização da produção predominante, bem como o conjunto de categorias de produtores.

A partir deste quadro de referência, foi necessário aplicar 22 questionários (Anexo I) junto aos produtores no sentido de aprofundar questões que explicitassem a dinâmica daquele processo. O período de aplicação dos questionários

foi entre Maio e Junho de 1989. As entrevistas foram sendo efetuadas até a obtenção de um referencial acerca da constituição da trajetória da unidade produtiva.

Frente à heterogeneidade das formas de produção, investigar-se-á as especificidades das principais categorias de produtores, quer seja na organização interna e externa do processo produtivo.

E, finalmente, associar-se-á os aspectos históricos de tais categorias ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo, definindo-se, assim, os principais elementos que contribuíram no processo de diferenciação dos produtores.

3. CONFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PARANÁ

3.1. Introdução

O Estado do Paraná, em toda a sua extensão física, não pode ser visualizado como um todo homogêneo, visto que existem especificidades que nortearam a sua ocupação, quer seja sob os aspectos da colonização, como das adversidades agroecológicas. Portanto, a heterogeneidade com que se verificou o desenvolvimento das regiões foi determinada ora pela abundância de recursos naturais, propiciando a expansão de atividades específicas, ou ainda sob a luz de um determinado momento histórico.

Por isso, as transformações que tornaram-se evidentes na economia paranaense precisam ser analisadas sob o âmbito daqueles aspectos que contribuíram na conformação histórica, onde estão presentes os elementos que participaram na organização das atividades econômicas, e sob o ritmo que estas tomaram no tempo. Estes aspectos nos ajudam a entender os antagonismos gerados no movimento desencadeado pela gênese

e desenvolvimento das relações capitalistas¹ no país, e na agricultura em particular.

3.2. Primeira atividade econômica: escravo-índio

A primeira ocupação da área física que atualmente representa o Estado do Paraná ocorreu no início do século XVI, de um lado, através da tentativa de colonização com os portugueses pelo litoral, onde reconheceram aluviões auríferos na baía de Paranaguá, e, por outro lado, com os espanhóis no oeste, advindos de uma base estabelecida em Assunção, no Paraguai.

A ocupação espanhola no território paranaense ficou evidenciada pelos permanentes conflitos estabelecidos com os índios que encontravam-se na região. A partir destes, foram-se formando núcleos indígenas catequisados, denominados de "reduções", que desenvolviam uma agricultura comunitária. Esta forma de organização persistiu por um curto espaço de tempo (1628-1631), quando foi atraída pelas "bandeiras" que partiam de São Paulo, a fim de aprisionar e vender índios, como escravos, para atender a demanda de força de trabalho na lavoura canavieira no Nordeste. Portanto, a captura dos índios no Paraná constitui-se na primeira atividade econômi-

1. desenvolvimento das relações capitalistas significa a expansão dos mercados de produtos, de insumos, de trabalho, presença de bancos, presença de oligopólios agro comerciais ou agro processadores, da empresa capitalista rural, etc.

ca, conforme Magalhães Filho (1972:34):

"Sabe-se, porém, que, no século XVII, São Paulo exportou cerca de 90.000 escravos índios...Era o principal artigo de exportação da Capitania, e esse valor correspondia a um terço das exportações anuais de açúcar do Nordeste."

3.3. Bases da exploração do ouro

A atividade econômica que emergia no Paraná, a mineração, desenvolveu-se conjuntamente com aquela que inicialmente aprisionava e escravizava os índios, pois esteve sempre fundada no trabalho de escravos.

A descoberta de ouro atraiu um grande contingente populacional, que adentrou rumo ao interior, formando pequenos arraiais. Ao lado da lavra do ouro desenvolveu-se uma agricultura rudimentar, basicamente com produtos alimentares que abasteciam estritamente aquele mercado dos pequenos centros.

A atividade que consistia na busca do ouro era constituída por um contingente populacional caracterizado pelos constantes deslocamentos, em virtude do esgotamento do recurso natural, e também da inexistência de condições técnicas adequadas a serem utilizadas.

3.4. Tropeirismo

O desenvolvimento da região centro-sul do Paraná foi estimulado no século XVII com a descoberta de ouro em Minas

Gerais. Isto ocorreu em virtude da demanda crescente de animais a serem utilizados no transporte tanto do ouro até o porto do Rio de Janeiro, quanto de produtos alimentares necessários no abastecimento daquela população envolvida na mineração.

Então, a atividade emergente, a pecuária, produto da divisão do trabalho, consubstanciou-se devido à posição geográfica que o Paraná ocupava, ou seja, entre o local onde era efetuada a criação dos animais, muares e bovinos, localizados no Rio Grande do Sul, e o principal mercado, como explicita Magalhães Filho (1972:37):

"A pecuária passou a ser a atividade produtiva predominante, enquanto as pessoas com recursos os aplicavam na compra de animais no Sul, para revendê-los em Sorocaba. Surgiu assim a figura do tropeiro, que era o intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se atividades vinculadas ao tropeirismo, desde as pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais eram exportados juntos com as tropas".

A região centro-sul do Paraná foi a que mais beneficiou-se com o traslado de animais, pois situava-se no percurso do traçado do Caminho de Viamão. Ali, havia abundância de recursos naturais, os campos limpos, que permitiam a recuperação, recria e engorda de animais.

Um outro aspecto importante para a região foi aquele onde à medida que crescia a demanda de animais, ou mesmo utilizando-se por muito tempo a mesma área, os criadores eram obrigados a ir ocupando novas áreas, em virtude do esgotamento da fertilidade natural. Esse movimento permitiu o

avanço para regiões adjacentes, onde foram-se formando vilas, que posteriormente transformaram-se em cidades.

Portanto, a expansão da atividade pecuária foi imprimindo na região dos Campos Gerais uma nova dinâmica, que transformou-se de zonas de passagens para produtora de animais e também de produtos alimentares. Através desse movimento eram abertos novos caminhos que facilitavam a circulação tanto da população como das mercadorias. Aliado a isto, alguns tropeiros que detinham capital iniciaram a formação de suas fazendas (currais), enquanto que outros apenas alugavam as terras (campos limpos) para que ali fosse desenvolvido todo o processo produtivo pecuário. Isto lhes conferia uma vantagem comparativa em relação aos criadores do extremo-sul, pois localizavam-se nas proximidades do mercado consumidor.

3.5. Erva Mate

Naquele período em que a pecuária expressava a predominância da atividade econômica, conjuntamente desenvolvia-se a exploração extrativa da erva mate.

Inicialmente, o extrativismo era efetuado como atividade complementar à agricultura rudimentar de subsistência, onde comercializava-se a produção excedente naqueles núcleos populacionais, que, até então, tinham-se formado com as atividades predominantes. Então, este extrativismo já caracterizava-se como exploração mercantil, onde era efetuada a troca no mercado, para que com aqueles recursos adquirissem

outros produtos que os mesmos não produziam.

A erva mate na sua trajetória enquanto atividade econômica somente alcança proporções significativas no montante produzido no início do século XIX, quando evidenciava-se a possibilidade de exportação para o abastecimento do mercado platino. A atividade consubstanciou-se devido a interrupção na produção de erva no Paraguai, em virtude das crises no relacionamento entre o país produtor e os importadores, causada pela guerra (1820-1830), já que o mesmo era o principal país produtor e abastecedor daquele mercado.

O surgimento daquele mercado privilegiou a expansão da economia paranaense pelo fato de possuir reservas nativas de erva mate e por localizar-se nas proximidades do mercado consumidor. Portanto, a economia paranaense que na época estava restrita a esta região foi sendo ocupada basicamente seguindo os contornos geográficos nos quais localizavam-se tais reservas.

A erva mate era extraída por um contingente populacional advindo de outras atividades, que, não dispondo de capital e os meios de produção necessários para fixarem-se, adentravam nas florestas, apropriando-se dos ervais, e ainda produzindo os meios de subsistência.

Naquele contingente populacional estavam inseridos os argentinos e paraguaios, que adentraram espontaneamente, face às proximidades e pelas facilidades na ocupação. Por outro lado, encontravam-se também os imigrantes europeus que vieram

para o Paraná no período da emancipação político-administrativa em 1853. O Estado promoveu uma política imigratória no intuito de atender a demanda de produtos alimentares do mercado interno através da formação de colônias de alemães, italianos, e poloneses em maior número; franceses, suíços, e ingleses, além de outros em menores quantidades. A intenção era promover a efetiva ocupação do espaço físico e o desenvolvimento de atividades, aproveitando-se das técnicas que os mesmos utilizavam nos seus países de origem, vislumbrando-se a continuação da civilização camponesa à moda da Europa, conforme explicita Pinheiro Machado et alii (1968:51):

“... civilização camponesa à maneira da Europa. Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime de pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia, visando o abastecimento das cidades. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que exerciam em seus países de origem com as mesmas técnicas.”

A extração da erva foi novamente estimulada no período compreendido entre o final do século XIX até a terceira década do século XX. A atividade fôra impulsionada pela demanda de erva através dos mercados consumidores argentino, uruguaio e chileno, que encontravam-se em expansão.

A região denominada de Paraná Tradicional no período especificado foi submetida a uma nova dinâmica no desenvolvimento de sua economia, fundada no novo sistema de transporte, o ferroviário. Primeiro, com a ligação entre Curitiba e Paranaguá (1883), e depois com a ferrovia São Paulo-Rio

Grande (1906). A ferrovia trouxe para a região profundas modificações no sistema de transporte da erva, especificamente entre o percurso de Curitiba até o porto de embarque, em Paranaguá, pois o mesmo era efetuado através de carroças e no lombo de animais.

Com o aumento do fluxo das exportações devido ao novo sistema de transporte, Curitiba transformou-se no centro de comercialização e industrialização da erva mate, como está explicitado em Barthelmes (1962:51):

"A estrada de ferro provocou a concentração total do beneficiamento do mate no planalto, vindo até Curitiba em carroça a erva cancheada e seguindo beneficiada pela ferrovia."

O desenvolvimento da atividade fez emergir um novo agente econômico que fazia a intermediação entre os setores produtivos nos locais onde se efetuava o processo produtivo, bem como no comércio local, com aqueles agentes envolvidos com o processo de industrialização. Portanto, aquele agente conformou-se a partir do desenvolvimento das forças produtivas, expressas no processo de industrialização, onde controlava o comércio da erva cancheada, e, em decorrência, exercia a representação política local.

3.6. Madeira

A base natural onde era efetuada o extrativismo da erva compunha-se também de imensas reservas florestais, com predominância da mata araucária (pinheiro). Inicialmente, a

utilização da madeira estava restrita ao consumo local, basicamente na construção de casas, de forma artesanal, para a população envolvida com a atividade ervateira. Desta forma, a exploração e a transformação da madeira não apresentavam-se com expectativas convincentes como atividade econômica até o início do século XX.

Apesar das reservas nativas do Paraná localizarem-se nas proximidades dos centros consumidores, isto é, o mercado argentino e o de São Paulo, o principal obstáculo para que se realizasse a efetiva exploração consistia no precário sistema de transporte e no sistema de transformação da madeira.

A exploração da madeira iniciou a sua expansão através do atendimento à demanda crescente de barricas, advindas da economia ervateira, o que permitiu a entrada de capitais no seu processo produtivo.

Vislumbrando-se a economia madeireira como uma atividade rentável face às potencialidades de mercado consumidor e da extensividade das reservas nativas, os capitais ingleses e americanos investiram no setor ferroviário. Esta opção consubstanciou-se no final do século XIX através da associação do Estado com aqueles capitais. Como forma de pagamento pela implantação da ferrovia, era efetuada a cessão de uma faixa de terras ao longo de seu traçado, segundo Magalhães Filho (1972:43):

"O braço mais importante dessa penetração do capital estrangeiro é a Brazil Railway, empresa holding organizada em 1906, que

passou a contratar a maior parte da rede ferroviária do sul do Brasil. Uma subsidiária sua, a Southern Brazil Lumber & Colonization Co., controlando cerca de 300.000 hectares de terras, passou a exportar madeira, introduzindo técnicas mais modernas de secagem de tábuas, com a utilização de fornos, com o que aumentavam a rapidez da operação e a qualidade do produto final."

As ligações ferroviárias efetuadas permitiram maior integração comercial entre os locais de produção e o mercado consumidor. Assim, a atividade madeireira tornou-se expressiva face ao crescimento da demanda tanto do mercado interno brasileiro, em expansão com a cafeicultura, como aquelas advindas do mercado argentino. Na realidade, ela veio substituir as importações de madeiras que ambos mercados efetuavam das regiões do Báltico, da Escandinávia e da América do Norte, além de estimular as construções internamente.

Aquela atividade não fôra desenvolvida especificamente com o capital externo, embora a sua participação tenha contribuído para o estabelecimento de outras atividades de suporte, que intensificaram as relações comerciais. Desta forma, os grupos econômicos (argentinos e ingleses), que detinham o capital necessário para a instalação de unidades de beneficiamento, as serrarias, também monopolizaram as quotas de exportação. A atividade madeireira era desenvolvida tanto em áreas onde eram adquiridas apenas as reservas nativas, como também em outras onde era efetuada a compra da terra, e, posteriormente, estas áreas eram revendidas em virtude do esgotamento da madeira, segundo estudos da Codesul

(1976:31):

"Foram grupos econômicos estrangeiros (argentinos e ingleses, principalmente) que, portadores do capital necessário ao empreendimento, instalaram serrarias e monopolizaram as quotas de exportação. Adquiriam pinhais sem adquirir as terras ou, quando as compravam, revendiam-nas assim que retirava a madeira."

Por outro lado, apesar da concorrência com aqueles capitais externos, que direcionavam a produção para a exportação, foram-se desenvolvendo também investimentos com capitais locais. Estes estavam direcionados basicamente para atender a demanda do mercado local e interestadual, principalmente aquele representado pela economia paulista.

O extrativismo da erva mate e o da madeira possuíam características intrínsecas nos seus processos produtivos, pois estava assentado em explorações extensivas efetuadas em grandes propriedades, onde predominava a relação de trabalho assalariado (por empreita ou emprego direto).

A exploração das atividades extrativas foi importante para a consolidação da economia regional, permitindo o surgimento de uma burguesia local, a implantação da malha viária e o aperfeiçoamento dos meios de transporte, muito embora a sua contribuição tenha sido amena para o uso e a fixação do elemento humano à terra.

A atividade madeireira, que envolvia desde o corte ao beneficiamento nas serrarias, favorecia a utilização do trabalho assalariado, ao contrário da erva mate, em virtude da inexistência de sazonalidade no período de corte. Em

contrapartida, a mão-de-obra tinha que ter mobilidade, face à característica itinerante do extrativismo, pois, quando instalava-se a unidade (serraria), concomitantemente formava-se ao lado um aglomerado de casas destinadas àquela mão-de-obra a ser utilizada, e que acompanhavam o caminho do extrativismo à procura de novas áreas que continham a matéria prima.

O setor madeireiro paranaense evidenciou-se com o advento da Primeira Guerra Mundial, no início do século XX. O estímulo decorreu em consequência dos conflitos das nações européias exportadoras do produto. Diante daquele contexto, o produto paranaense substituiu as importações brasileiras, contribuindo para abastecer o mercado latino-americano.

No conjunto do desenvolvimento da atividade madeireira na região, ampliava-se concomitantemente o mercado interno, quer seja no tocante ao incremento da mão-de-obra no mercado de trabalho, como na demanda pelos meios de subsistência. Assim, a atividade agrícola, que, até então, estava fundamentada nos produtos destinados para o autoconsumo, embora pequenas parcelas da produção estavam restritas ao mercado local, teve que estruturar-se para atender a demanda emanada daquelas novas necessidades. Estas, por sua vez, estavam diretamente vinculadas com a duplicação da população no período compreendido entre 1920 e 1940, traduzindo-se num total de 1.236.276 habitantes.

A economia paranaense que estava fundamentada nas

atividades primário-exportadoras foi favorecida pela conjuntura internacional e pelo processo de industrialização, segundo estudo efetuado pela Codesul (1976:32):

"Entre 1939 e 1940 a industrialização da madeira e de alimentos constituíam os principais ramos industriais paranaenses. Compreendiam 63% dos estabelecimentos, empregavam 62% da mão de obra, pagavam 61% dos salários, produziam 70% do valor total da produção e 61% do valor agregado do setor industrial."

3.7. Café

Apesar das primeiras tentativas de ocupação da região norte paranaense terem sido efetuadas no século XVII, com os jesuítas espanhóis, as mesmas só se tornaram efetivas após a segunda metade do sec. XIX, face à expansão da economia cafeeira paulista, que gradativamente deslocava-se para novas áreas, aproveitando-se das potencialidades dos recursos naturais.

As primeiras lavouras de café implantadas na região norte paranaense datam do séc. XIX, muito embora a sua produção física tenha sido impulsionada no início do séc. XX. Esta expansão foi em decorrência de medidas políticas restritivas às quotas-limites de produção, adotadas pelo governo de São Paulo, atingindo principalmente os estados maiores produtores, ou seja, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Portanto, como a produção paranaense estava aquém das quotas-limites, passou a ser uma opção de expansão da cafeicultura, atraindo os produtores daqueles estados, como expli-

cita Magalhães Filho (1972:51):

"A produção da região passou a expandir-se após o Convênio de Taubaté, em 1906, quando o governo de São Paulo adotou medidas destinadas a limitar a produção. A transferência para o Paraná, onde não havia limitações, foi a saída então encontrada por muitos fazendeiros."

Mas, se por um lado a região era dotada de excelentes potencialidades de recursos naturais, terra roxa de alta fertilidade e clima favorável, que consistia em condições preponderantes para a valorização de capitais, aplicados na atividade cafeeira, por outro era obstaculizada pela localização, que os separava entre os locais de produção e o porto de embarque. Portanto, este distanciamento, aliado à inexistência e a precariedade do sistema de transportes na região até a segunda década deste século, foram fatores que contribuíram para a elevação dos custos da produção cafeeira.

Aqueles fazendeiros de origem paulista e mineira, que instalaram-se na região, traziam consigo os trabalhadores e os meios de produção necessários. Utilizavam-se de capital próprio e ainda reproduziam aqui todas as técnicas agrícolas e as relações de trabalho como uma extensão daquelas que eram verificadas na economia cafeeira paulista.

Após a Primeira Guerra Mundial, a região atraiu capitais ingleses que tinham por finalidade implantar, em áreas potenciais, grandes plantações de algodão para suprir a demanda da indústria têxtil inglesa. Mas o insucesso do empreendimento (1925) levou a uma modificação na estratégia de

ação daquele capital, transformando-o num projeto imobiliário, e que fôra nacionalizado em 1945, com a direção de empresários paulistas, sob a denominação de Companhia de Terras Norte do Paraná.

A colonizadora como forma de viabilizar o empreendimento, frente às dificuldades concernentes ao precário sistema de transporte da região, tomou a iniciativa de implantar a malha viária, pois segundo Padis (1981:91-2):

“Ao mesmo tempo em que eram construídas estradas que recortavam a área a ser colonizada, cuidava-se da construção da rodovia em direção a São Paulo e, sobretudo, da aquisição, em 1928, da Cia Ferroviária São Paulo-Paraná, cujos trilhos . . . haviam atingido Cambará. Em 1932, os trilhos atingiram Jataízinho . . . em 1943, os trilhos já atingiam Apucará, a 269 quilômetros de Ourinhos. A estrada de ferro e a rodovia estendiam-se quase paralelamente, ao longo do espigão principal do norte paranaense, entrelaçando numerosos núcleos urbanos que iam surgindo rapidamente, pouco distanciados uns dos outros.”

O processo de ocupação da região norte paranaense possui características peculiares, face à simultaneidade ocorrida na expansão de uma economia rural com a urbanização. Isto ocorrera em virtude de que o contingente populacional aqui instalado, atraído pelas altas rendas obtidas com atividade cafeeira, ampliavam a demanda de produtos alimentares e a formação de bases de prestação de serviços essenciais (saúde, comunicação, etc.)

Por outro lado, o movimento desencadeado para a ocupação da região sudoeste paranaense ocorreu sob dois

aspectos e momentos distintos: o primeiro, que consubstanciou-se como sendo uma continuidade da expansão da atividade madeireira, e complementado pela pecuária extensiva, advinda dos campos limpos, caracterizava-se pela grande dimensão territorial, abarcando grandes reservas florestais. E o segundo é originário das transformações que estavam ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde, com o aumento da população nas "colônias" que foram implantadas em áreas limitadas, bem como pelo movimento de concentração da posse da terra, não permitiam a reprodução das unidades produtivas, e nem a absorção da mesma pelos outros setores da economia, processo este que está evidente em Padis (1981:155):

"A população, expulsa da zona rural, seja pelo agigantamento, seja pela minimização da propriedade, incapaz igualmente de ser absorvida pelo setor urbano da economia gaúcha, viu-se a braços com o desemprego. E outra alternativa não teve que cruzar fronteiras do Estado em busca de trabalho em outras regiões. Isso intensificou-se a partir de 1952, agigantando-se depois de 1956 e permanecendo por cerca de mais uma década."

A população excessiva era constituída de descendentes de italianos e alemães, que já desenvolviam atividades agrícolas no Rio Grande do Sul por um período de quase um século. Estes agricultores estavam condicionados pelos traços culturais a efetuarem uma ocupação e um povoamento com características peculiares.

Desta forma, aquele contingente populacional foi ocupando os espaços nas regiões Oeste Catarinense e o Sudoeste Paranaense, que apresentavam-se com condições ecológicas

similares às de sua origem, muito embora aquela similaridade não tenha sido o principal motivo de tal ocupação.

A economia paranaense, até a terceira década deste século, consubstanciou-se sob a predominância das atividades extrativas, consolidadas sob a demanda de mercados externos. Então esse comportamento da economia primário-exportadora ficou na dependência da demanda externa, ou seja, quaisquer alterações no seu nível refletiria diretamente na produção, onde a retração da mesma era a única opção, já que não tinha outra alternativa de mercado.

Assim mesmo, as atividades primário-exportadoras foram as que mais absorveram inversões de capital, caracterizando-se como o campo de sua valorização. Isto inibiu o cultivo de produtos alimentares de consumo interno, que não se constituíam em atividades capazes de realizar a reprodução ampliada do capital. Portanto, este comportamento da economia paranaense, até a presente época, consubstanciou-se, segundo Padis (1981:123):

"O Paraná se caracterizou, por várias razões, por uma economia periférica e dependente."

4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI

4.1. Local da pesquisa

A pesquisa foi efetuada na Microrregião Homogênea (276) Colonial de Irati, localizada na região Centro-Sul do Estado do Paraná, que é composta pelos seguintes municípios: Imbituva, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Prudentópolis e Teixeira Soares (Figura 1).

4.2. Estrutura agrária

4.2.1. Demografia

A estrutura agrária brasileira nos anos 70 passou por profundas transformações, principalmente naqueles estados que integram a região Centro-Sul, com destaque especial para o Paraná. Os elementos que nortearam as mudanças ocorridas espelham a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista na atividade agrícola, consubstanciando-se através da subordinação da agricultura aos demais setores da economia como um todo. Este processo transcorreu sob a luz das relações com o capital industrial nos limites dos anos 60

através das políticas econômicas implementadas para atender os desígnios do grande capital.

É relevante mencionar que a mudança que ocorreu na distribuição do contingente populacional no Paraná traduziu-se na forma mais aparente do produto das transformações que foram efetuadas na base do processo produtivo. Assim, o Estado, num período de 30 anos (1950-1980), exerceu tanto a função de atrair como de expulsar a população que estava basicamente envolvida com as atividades agrícolas, segundo um estudo efetuado pelo Ipardes (1985:72-3):

" Durante as décadas de 50 e 60, o Paraná se caracterizou por elevadas taxas de crescimento demográfico, devido, em grande medida, ao intenso fluxo de migrantes para as áreas de fronteiras agrícola, principalmente o norte do Estado. No entanto, na década de 70, assistiu à reversão deste padrão de crescimento, quando o Estado passou de receptor a expulsor de população. A taxa de crescimento anual da população total sofreu uma queda acentuada do patamar de 7,0% na década de 50 para 1,0% na década de 70. Para a população rural, observou-se uma variação anual negativa de 3,4% nessa última década, reduzida de 4425 mil pessoas em 1970 para 3157 mil em 1980 (queda de 1269 mil pessoas)".

A propagação de novas formas de produção ficou então condicionada sobre uma vasta heterogeneidade entre as regiões, produtos e, principalmente, entre os grupos de produtores. Os reflexos determinados pela expansão do progresso técnico na agricultura paranaense não foram homogêneos, pois o deslocamento do contingente populacional do meio rural para o urbano, entre 1940-80, da Microrregião

ocorreu sob um ritmo mais lento, quando comparado ao total do Estado.

Neste sentido, na Microrregião a participação relativa da população rural que em 1940 era de 84,5% decrescera para 66,4% em 1980. Enquanto que no Estado, no mesmo período, a população rural passou de 70,4% para 41,4% (Tabela 1).

O acelerado processo de urbanização ocorrido no estado, e em menor proporção na Microrregião Colonial de Irati, ao longo das últimas décadas, consubstanciou-se pela dinâmica do movimento da divisão social do trabalho, traduzindo-se pela maior ou menor possibilidade de absorção da mão-de-obra nas atividades agrícolas. A quantidade excedente de mão de obra do setor agrícola, em parte foi transferida para fora do Estado, e, a outra, foi absorvida pelo setor industrial e de serviços, internamente.

Tabela 1 .Participação percentual da população rural e urbana do Estado do Paraná e da Microrregião Colonial de Irati, no período de 1940 a 1980.

ANO	PARANÁ					MRH COLONIAL DE IRATI				
	Total	Rural		Urbana		Total	Rural		Urbana	
	(n)	(n)	%	(n)	%	(n)	(n)	%	(n)	%
1940	1.326.276	934.004	70,4	302.272	29,6	114.106	95.975	84,5	18.131	15,9
1950	2.115.547	1.587.259	75,0	528.288	25,0	124.177	101.166	81,5	23.011	18,5
1960	4.268.239	2.952.752	69,3	1.310.969	30,7	121.651	88.897	73,1	32.754	26,9
1970	6.929.868	4.425.490	63,9	2.504.378	36,1	134.757	98.159	72,8	36.598	27,2
1980	7.629.405	3.157.456	41,4	4.471.949	58,6	148.832	98.810	66,4	50.022	33,6

Fonte: FIBGE- Censo Demográfico do Paraná

A lentidão no processo de urbanização da Microrregião está associada a sua conformação sócio-econômica, onde a

mesma não fôra contemplada com investimentos, pois os recursos gerados nas atividades agrícolas eram transferidos para outras cidades, segundo o Ipardes (1985:40-1):

"O potencial de acumulação gerado pelas atividades extrativas no Paraná Antigo em grande parte não foi investido no próprio setor agrícola, mas sim no setor industrial e de serviços na capital do Estado. Isso resultou em atividades pouco dinâmicas, com a existência, por um lado, dos grandes latifúndios improdutivos e, por outro, da produção de subsistência. Outro aspecto a considerar é que nessa região o relêvo, em geral, é menos favorável à mecanização das tarefas agrícolas. Devido a esses fatores, a incorporação tecnológica apresentou ritmo mais lento nessa região."

4.2.2. Estrutura Fundiária

A análise que compreende o movimento geral ocorrido na estrutura fundiária da Microrregião Colonial de Irati, após os anos 60, fundamentou-se nas condicionantes que determinaram o processo de concentração do acesso à terra, haja visto que a ocupação efetiva da mesma ocorrera sob o predomínio das atividades extrativistas, caracterizadas pela extensividade do processo produtivo.

O movimento no qual desencadeou-se a concentração do acesso à terra foi aferido através dos dados censitários, evidenciando-se uma evolução no índice de Gini entre os anos 60 e 80, correspondendo a 0,588 e 0,634, respectivamente (Tabela 2). Neste período, verificando-se o movimento ocorrido entre os estratos de área ficou patente que o processo de

concentração do acesso à terra externalizou-se sob dois momentos distintos. O primeiro, que corresponde à variação entre 1960-70, onde verificou-se a maior elevação do índice de Gini, ou seja, de 0,588 para 0,631, foi em decorrência da expansão do número de estabelecimentos e da área, que localizavam-se no estrato de área menores de 50 ha, com destaque para aqueles inferiores a 10 ha. Enquanto que os acima de 50 ha diminuíram tanto no número de estabelecimentos como em área, à exceção daqueles acima de 500 ha, que obtiveram um pequeno incremento, passando de 68.640 para 69.344 ha.

Tabela 2. Estrutura fundiária da Microrregião Colonial de Irati, nos anos de 1960-70 e 80.

Estrato de Área Total (ha)	1960		1970		1980		Variação (%)			
	Estab. (n)	Área (ha)	Estab. (n)	Área (ha)	Estab. (n)	Área (ha)	1960/70		1970/80	
							Est.	Área	Est.	Área
0 ---- 10	3.201	18.326	10.181	45.493	6.590	34.147	318	248	65	75
10 ---- 20	2.623	39.015	4.788	68.735	3.800	55.502	183	176	79	80
20 ---- 50	4.422	141.854	5.156	156.122	4.502	141.064	117	110	87	90
menos de 50	10.246	199.195	20.125	270.350	14.892	230.713	196	136	74	85
50 ---- 100	1.661	115.381	1.134	78.148	1.362	93.141	68	68	120	119
100 ---- 500	827	142.123	443	77.318	577	101.211	54	54	130	130
mais de 500	48	68.640	47	69.344	68	139.821	98	101	145	202
TOTAL	12.782	525.339	21.749	495.160	16.899	564.886	170	94	78	114
índice de Gini	0,588		0,631		0,634		107		101	
Área Média (ha)	41,1		22,9		33,4		56		146	
% de estabel.	% de área		% de área		% de área					
80 -	38		35		31		92		89	
70 -	27		24		22		89		92	
60 -	19		16		15		84		94	
50 -	13		11		10		85		91	
10 +	47		50		56		106		112	
5 +	35		39		46		111		118	
1 +	19		23		31		121		135	

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80.

Neste sentido, ocorreu uma diminuição na magnitude da área média dos estabelecimentos, ou seja, em 1960 esta era de 41,1 ha, e, em 1970, de 22,9 ha. Esta constatação decorre basicamente de que o primeiro período (1960-70) configurava-se como sendo de ocupação do espaço físico através da proliferação da atividade agrícola de produtos de auto-consumo (milho, feijão, arroz e mandioca), e ainda complementada pela abundância de recursos naturais (erva e madeira), bem como com a criação de suínos soltos.

No segundo, entre 1970-80, a variação do índice de Gini foi amena, passando de 0,631 para 0,634. Neste sentido, ocorreu o inverso, ficando evidente o desaparecimento e a transferência de área daqueles estabelecimentos menores de 50 ha para os maiores de 500 ha, que passaram de 69.344 ha para um total de 139.821 ha. No entanto, este processo permitiu a elevação da área média dos estabelecimentos de 22,9 ha em 1970 para 33,4 ha em 1980.

A concentração do acesso à terra tornou-se, nos períodos analisados, ainda mais evidente, quando constatou-se que a variação percentual representativa dos maiores estabelecimentos, ou seja, dos 10+, 5+ e 1+, está de forma crescente, apropriando-se do maior volume da área total, em detrimento do percentual apropriado pelos 80-, 70-, 60- e 50-, correspondentes aos menores estabelecimentos.

4.2.3. Condição legal da terra

No que concerne à conformação do campesinato na Microrregião Colonial de Irati, é relevante destacar o aspecto de como ocorreu o acesso à terra, através de um corte temporal, tendo-se em vista que trata-se de um componente indispensável no processo produtivo, e que constitui-se no seu principal meio de produção.

Os dados censitários demonstraram que, no período 1960-80, segundo a condição legal, a categoria dos proprietários apresentou-se de forma majoritária, quer seja no número de estabelecimentos como na quantidade de área (ha). Os arrendatários mantiveram-se com pequenas oscilações, enquanto que os maiores acréscimos verificaram-se na categoria dos parceiros e ocupantes (Tabela 3).

Tabela 3. Variação percentual do número de estabelecimentos e da área, segundo a condição legal da terra na Microrregião Colonial de Irati, no período 1960-80.

Condição	1960		1970		1980		Variação (%)			
	Estab. (n)	Área (ha)	Estab. (n)	Área (ha)	Estab. (n)	Área (ha)	60-70 Est.	70-80 Área	70-80 Est.	70-80 Área
Proprietário	10.949	465.575	16.591	453.472	12.552	504.810	152	97	75	113
Arrendatário	1.471	18.649	2.556	14.212	1.374	24.508	174	76	54	172
Parceiro	-	-	670	6.547	929	9.343	-	-	139	143
Ocupante	245	10.830	1.932	20.926	2.067	26.229	788	193	107	125
TOTAL	12.665	495.054	21.749	495.157	16.922	564.890	172	100	78	114

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80.

No período 1960-70, ainda sob o reflexo da expansão horizontal das atividades agrícolas, tanto os proprietários, que mantinham a posição majoritária, como os arrendatários, obtiveram acréscimo na variação do número de estabelecimentos, muito embora tenha ocorrido uma diminuição de área (ha) ocupada.

Por outro lado, na categoria dos ocupantes é que verificou-se o maior incremento, quer seja no número de estabelecimentos, como na sua área correspondente. Ademais que o número de estabelecimentos evoluiu de 245 para 1932, e passaram de uma área de 10.830 ha para 20.926 ha.

No período 1970-80, segundo a condição legal, todas as categorias de produtores obtiveram incrementos no montante da área (ha). A maior expressividade foi entre os arrendatários, que passaram de 14.212 ha para 24.508 ha. Por outro lado, quanto ao número de estabelecimentos, verificou-se que apenas ocorreu aumento entre os parceiros e ocupantes.

Entre 1960-80, a conformação das unidades produtivas consubstanciou-se sob a tendência de pequenas oscilações na área média (ha), à exceção da categoria dos ocupantes, que diminuiu de 44,2 ha para 12,7 ha (Tabela 4).

O desenvolvimento das atividades agrícolas da Microrregião nos anos 60 promoveu alterações inexpressivas no que concerne à mudança do agro, que estava sob a predominância da pequena produção. Esta constatação está fundamentada nos dados censitários, que revelaram a expansão do

número dos estabelecimentos menores de 50 ha, principalmente os menores de 10 ha.

Tabela 4. Área média (ha), segundo as categorias de posse da terra na Microrregião Colonial de Irati, no período 1960-80.

Categorias	Área média (ha)		
	1960	1970	1980
Proprietário	42,5	27,3	40,2
Arrendatário	12,7	5,6	17,8
Parceiro	-	9,8	10,0
Ocupante	44,2	10,8	12,7
TOTAL	39,0	22,8	33,8

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80.

Entre 1970-80, inverteu-se o movimento, onde o incremento ocorreu tanto no número como na área correspondente aos estabelecimentos menores que 50 ha.

Aquela diminuição do número de estabelecimentos incidiu efetivamente entre os proprietários, e em menores proporções entre os arrendatários. Entretanto, no mesmo período, os ocupantes aumentaram em número e área (ha), em virtude das características predominantes em torno do Sistema Faxinal, haja visto que residiam em áreas de outros agricultores sem ter que efetuar pagamento pelo espaço físico ocupado, como veremos no Capítulo 5.

4.2.4. Pessoal ocupado

A força de trabalho utilizada nos trabalhos agrários da Microrregião, distribuída entre as categorias dos censos, indicam a predominância dos responsáveis e membros não remunerados da família, que compõem-se dos integrantes da unidade familiar. Em segundo plano estão os empregados permanentes e os temporários, que nas últimas décadas apresentaram pequena evolução. Estes, de forma geral, constituem-se na sua grande maioria de agricultores que desenvolviam suas atividades em pequenas parcelas de terra, independentes de serem ou não proprietários da mesma, e ainda empregavam-se em outras unidades produtivas em épocas específicas do ano para complementar a renda familiar necessária para a sua reprodução (Tabela 5).

Tabela 5. Número de pessoal ocupado, segundo as categorias de produtores na Microrregião Colonial de Irati, no período 1940-85.

Categorias	Número de pessoal ocupado					
	1940	1950	1960	1970	1980	1985
Responsável e membros não remunerados da família	20.705	25.438	33.980	48.758	51.789	55.915
Empregados permanentes	1.282	964	1.176	829	1.826	1.908
Empregados temporários	-	6.916	7.935	2.059	4.950	6.331
Parceiros	-	315	198	103	176	419
Outros	-	-	616	117	81	1.231
TOTAL	21.987	33.633	43.905	51.866	58.822	65.804

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1940-50-60-70-80-85.

A forma hegemônica do emprego da força de trabalho familiar nas unidades produtivas denota a especificidade das explorações, caracterizando-as como sendo nitidamente familiar.

O crescimento do número de membros não remunerados da família ocorreu principalmente no período 1960-70, onde expandiu-se o número de estabelecimentos menores de 50 ha.

Nos períodos seguintes, os membros da família continuaram aumentando, apesar da retração do número de estabelecimentos e da área (ha) daquele estrato de área total.

Por outro lado, o movimento de concentração do acesso à terra não reverteu a característica predominante em torno da produção familiar nas atividades agrícolas, haja visto o pequeno acréscimo na participação do número de empregados permanentes e temporários. Assim, a força de trabalho da família não foi potencializada com a assalariada, e sim com a inserção dos meios de produção advindos do setor industrial.

Entre as categorias, a queda mais expressiva consubstanciou-se nos empregados temporários, principalmente no período 1960-70. Este decréscimo estava associado à diminuição das atividades extrativistas, onde ocupavam-se na operação de roçada e colheita da erva mate e no corte da madeira. Após os anos 70, iniciou-se uma recuperação do número de empregados temporários, principalmente ocupados na colheita de feijão, muito embora aquém dos níveis ocorridos nos anos 60.

4.2.5. Uso da Terra

O movimento dinâmico na forma de utilização da terra, no período de 1960 à 1985, explicita a magnitude das transformações ocorridas na exploração produtiva das atividades agrícolas, evidenciando-se no tempo através de um ritmo diferenciado.

No tocante às transformações, de uma forma geral, ocorreram basicamente a expansão das áreas de lavouras e de matas e florestas plantadas. Enquanto que, ao mesmo tempo, decresceram o montante das áreas com pastagens e daquelas terras em descanso e produtivas não utilizadas (Tabela 6).

A área (ha) com lavouras (temporárias + permanentes) que em 1960 já se apresentava importante na ocupação espacial da Microrregião, ou seja, 22,4% do total, constituía-se na sua quase totalidade de lavouras temporárias. No entanto, a sua efetiva expansão ocorrera no decorrer dos anos 70, que, de um total de 116.784 ha, passou em 1980 para 172.801 ha, e em 1985 para 179.151 ha.

A área (ha) com pastagem (natural + plantada) em 1960 correspondia a 26,0% da área total da Microrregião, sendo que era hegemonicamente representada pelas pastagens nativas. Entretanto, com a evolução das atividades produtivas, decorrentes da expansão das áreas com as culturas temporárias, o total de área das pastagens, no período 1960-85, decresceu 46,7%, ao mesmo tempo em que a área com pastagens plantadas, que era de 2.522 ha, elevou-se para 16.950 ha.

Tabela 6. Utilização da terra na Microrregião Colonial de Irati, no período de 1960-85.

Uso da Terra	1960		1970		1980		1985	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavouras	117.532	22,4	116.704	23,6	172.801	30,6	179.151	33,8
temporárias	115.732	22,0	116.079	23,4	170.821	30,2	176.114	33,2
permanentes	1.800	0,4	705	0,2	1.980	0,4	3.037	0,6
Pastagem	136.463	26,0	99.044	20,0	74.952	13,3	72.705	13,7
natural	133.941	25,5	92.184	18,6	63.076	11,2	55.705	10,5
plantada	2.522	0,5	6.860	1,4	11.876	2,1	16.950	3,2
Matas e florestas	53.084	10,1	92.345	18,6	137.359	24,3	134.142	25,3
natural	50.351	9,6	84.507	17,0	122.923	21,7	114.041	21,5
reflorestada	2.733	0,5	7.838	1,6	14.436	2,6	20.101	3,8
Em descanso	195.087	37,1	163.879	33,0	136.332	24,1	72.803	13,7
Irigadas	2	0,0	6	0,0	33	0,0	-	-
Inaproveitável	23.171	4,4	23.097	4,7	43.415	7,7	43.153	8,1
Produtivas ¹	-	-	-	-	-	-	28.746	5,4
TOTAL	525.339	100	495.155	100	564.892	100	530.700	100

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80-85.

1- não utilizadas.

Em 1960, a área ocupada com lavouras (117.532 ha) era inferior em 2,08 vezes a somatória das áreas potenciais (245.438 ha), constituídas por matas naturais e pelas terras em descanso e produtivas não utilizadas.

Os dados de 1970 indicam que aquela relação modificou-se muito pouco, apesar de ter ocorrido o aumento da área com matas e florestas, e, em contrapartida, com a diminuição das áreas de pastagens e das em descanso e produtivas não utilizadas.

No entanto, em 1980 e 1985, aquela relação decrescera

de 1,58 para 1,20 vezes, face à expansão das áreas com lavouras temporárias em detrimento das áreas em descanso. Estes dados evidenciam que apesar da efetiva ocupação, através das atividades produtivas, a Microrregião mantinha ainda um amplo espaço a ser explorado, especificamente no âmbito interno das unidades produtivas, pois juridicamente estava totalmente tomada.

4.2.6. Principais atividades produtivas

No conjunto do desenvolvimento das atividades produtivas da Microrregião (Tabela 7), a cultura do milho, no período 1960-85, foi a que apresentou o maior montante de área ocupada. Esta expansão é visualizada em dois momentos: o primeiro entre 1960-70, onde ocorreu o incremento na área de 28,5%, e de 39,8% no número de informantes; e o segundo entre 1970-80, com o incremento de 10,4% na área e decréscimo de 8,4% no número de informantes.

O milho, cultivado em pequenas parcelas nas unidades produtivas, em 1960 tinha uma área média de 5,2 ha, esteve sempre associado à complementação alimentar dos animais de trabalho (equinos e muares), e dos suínos e aves.

O segundo produto mais importante, em termos de área (ha), era o feijão, que no período 1960-80 obteve maior crescimento relativo que o milho, inserindo-se no mercado nacional, apesar de parte de sua produção ser destinada ao

consumo familiar. Este também era cultivado em pequenas parcelas, com área média em 1960 de 2,7 ha, passando em 1985 para 4,4 ha. E a área (ha) com arroz modificou-se em pequena proporção, apesar do mesmo ser cultivado essencialmente para o abastecimento alimentar da família.

Tabela 7. Número de informantes, área total (ha) e área média das principais atividades exploradas na Microrregião Colonial de Irati, no período 1960-85.

Item	1960			1970			1980			1985		
	Inf. (n)	Área (ha)	Área Média (ha)	Inf. (n)	Área (ha)	Área Média (ha)	Inf. (n)	Área (ha)	Área Média (ha)	Inf. (n)	Área (ha)	Área Média (ha)
Arroz	5.119	4.847	0,9	5.687	6.960	1,2	6.284	8.294	1,3	8.401	8.567	1,0
Batata	-	-	-	4.234	4.771	1,1	1.786	1.917	1,0	1.013	110	0,1
Cebola	-	-	-	955	-	-	2.172	-	-	1.815	1.273	0,7
Feijão	12.078	32.020	2,7	15.088	49.027	3,2	15.269	66.942	4,4	16.849	73.377	4,4
Fumo	-	-	-	474	-	-	-	3.103	-	2.209	3.811	1,7
Milho	11.913	61.816	5,2	16.651	79.435	4,8	15.255	87.677	5,7	16.530	88.510	5,4
Soja	-	-	-	30	376	12,5	541	20.511	38,0	702	25.079	35,7
Trigo	8.174	13.939	1,7	4.657	7.713	1,7	70	2.801	40,0	255	4.888	19,2
Bovinos*	7.140	37.423	5,2	7.376	48.085	6,5	7.244	52.803	7,2	8.355	64.825	7,8
Suínos*	11.108	165.131	14,9	11.864	212.400	18,0	10.555	177.766	16,8	11.240	144.349	12,8

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80-85.

* número de cabeças.

O trigo, até 1960, era uma cultura bastante difundida entre os agricultores, de modos que seu cultivo encontrava-se em 64,5% dos estabelecimentos da Microrregião, em parcelas com área média de 1,7 ha, destinado ao consumo familiar.

Em 1970, a atividade tritícola fôra reduzida pela metade, tanto no número de estabelecimentos, como na área (ha), em decorrência da conjugação de vários fatores, entre os quais, citamos: o processo crescente do esgotamento da fertilidade natural do solo, o ataque de pragas, principalmente de pulgão, e a proibição das operações dos moinhos coloniais.

Os dados de 1980 indicam que a exploração tritícola foi submetida a profundas transformações, que constituíram-se na redução para apenas 70 estabelecimentos, com uma área total de 2.801 ha, e, mais especificamente no seu processo produtivo sendo conduzido sob uma nova base técnica, advinda do movimento de valorização do capital. Neste contexto, em 1985 ocorreu expansão tanto do número de informantes como da quantidade de área com a cultura, haja visto que é cultivada na sucessão com a soja.

A cultura da soja expandiu-se no final da década de 70, sendo que os dados de 1985 demonstram que ocupava 14,2% da área total com lavouras temporárias. Esta expansão lenta, quando comparada com outra Microrregião do Estado (Norte Novo de Maringá onde a soja ocupava 71,8% das áreas de lavouras), é decorrente do movimento de expansão das relações capitalistas, que estavam inseridas no processo produtivo da soja, e que foram ocupando inicialmente as melhores áreas, expressas pela fertilidade natural aliada à possibilidade de mecanização.

Na Microrregião Colonial de Irati a atividade com bovinos no período 1960-85 foi crescente, quer seja no número de informantes, como na quantidade de cabeças. Neste sentido, entre os informantes o rebanho médio evoluiu de 5,2 para 7,8 cabeças, respectivamente.

A atividade com suínos caracterizou-se no período 1960-85 em dois momentos distintos. Estes, por sua vez, foram determinados pela dinâmica de desenvolvimento das atividades produtivas inseridas naquele ambiente físico natural, onde a característica principal era a criação extensiva. O primeiro, entre 1960-70, consubstanciou-se por um incremento de 28,6% no número de animais, enquanto que os informantes aumentaram 6,8%, pois ainda predominava a abundância de recursos naturais, principalmente os alimentos silvestres. O segundo, entre 1970-85, período em que ocorreram transformações no ambiente natural, restringindo a forma de criação extensiva. Os reflexos da mudança na forma de criação traduziram-se pela diminuição substancial do número de animais, isto é, de 214.400 para 144.349 cabeças. Por outro lado, o número de informantes manteve-se em virtude de que os suínos representam uma importante fonte alimentar para a reprodução da família.

Na década de 60, ocorrera de fato uma expansão horizontal das atividades agrícolas, não somente com a Microrregião Colonial de Irati, mas principalmente com aquelas Microrregiões que compõem o norte e o oeste do Esta-

do. Assim, as áreas destinadas à produção de alimentos expandiam-se, quer seja nos cultivos intercalares ao café (norte), bem como ainda na produção de arroz, milho, feijão, suínos e aves, destinada ao consumo da família da unidade produtiva.

É relevante mencionar que no período 1960-85 ocorreu uma expansão interna na produção dos principais produtos explorados, à exceção do trigo. Em contrapartida, quando a mesma é relacionada com o montante da produção estadual, verificou-se que apenas o fumo e a soja incrementaram sua participação relativa, enquanto que os demais produtos são inexpressivos (Tabela 8).

Na Microrregião ocorreram mudanças ao longo do tempo no processo de produção das principais atividades agropecuárias. Estas evidenciaram-se de forma distinta, através da substituição de atividades, de inserção e/ou ampliação, sob nova base técnica. A substituição de atividades compreendeu principalmente as de batata e de cebola, além da diminuição do extrativismo, que constituíam-se produtos mercantis. Por outro lado, os dois primeiros produtos, juntamente com o arroz que obteve pequeno acréscimo, eram destinados ao autoconsumo.

A cultura de milho é a mais expressiva em termos de área (ha), destinada principalmente à alimentação animal, onde são comercializados os pequenos excedentes. Em segundo plano, está o feijão, que já era cultivado pela maior parte dos agricultores, e que nos anos 70 foi submetido a profundas

transformações no processo de produção. Este processo constituiu-se na ampliação da área (ha) e, principalmente, na inserção de meios de produção que potencializam a produtividade da terra e do trabalho.

Tabela 8. Participação percentual dos principais produtos da Microrregião Colonial de Irati em relação ao total do Estado, no período 1960-85.

Produto	1960				1970				1980				1985			
	Área	%	Quant.	%	Área	%	Quant.	%	Área	%	Quant.	%	Área	%	Quant.	%
Arroz	4.847	2,3	2.982	1,7	6.960	1,6	5.113	1,4	8.294	3,8	9.051	3,8	8.567	5,1	7.888	4,2
Feijão	32.020	7,0	13.371	6,0	49.027	5,3	17.153	3,7	66.942	8,8	35.943	8,4	73.377	9,9	48.703	11,8
Fumo	-	-	94	9,4	-	-	930	11,1	3.103	18,2	4.643	18,6	3.811	22,0	7.197	24,0
Milho	61.816	5,7	84.097	5,7	79.435	3,7	88.964	2,6	87.677	4,7	113.021	2,9	88.510	4,6	125.134	3,0
Soja	-	-	2	0,0	376	0,0	550	0,1	20.511	1,0	33.656	0,8	25.039	1,2	46.843	1,1
Trigo	13.939	18,2	9.190	15,7	7.713	3,1	4.895	2,4	2.801	0,2	2.312	0,2	4.888	0,4	7.794	0,3
Suínos ¹	-	-	165.131	4,5	-	-	212.400	3,4	-	-	177.766	3,1	-	-	144.349	3,2
Bovinos ¹	-	-	37.423	2,2	-	-	48.085	1,0	-	-	52.803	0,7	-	-	64.825	0,8

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80-85.

1- número de cabeças.

A inserção da cultura de soja na Microrregião ocorreu no final dos anos 70, em vista de que a mesma ocupou a nível estadual primeiro aquelas regiões que apresentavam melhores recursos naturais. Este avanço da cultura de soja permitiu também cultivar o trigo em sucessão, ou seja, aproveitando-se dos meios mecânicos que ficavam ociosos no período de inverno. Neste sentido, a cultura de trigo começou a ser explorada sob um novo patamar tecnológico, totalmente diferente da

época anterior, em que era cultivada em pequenas parcelas e destinada ao auto-consumo.

A exploração das atividades com animais, bovinos e suínos, sempre caracterizou-se pela sua extensividade, diante da abundância de recursos naturais. A criação de suínos, em declínio, era reflexo da degradação dos recursos naturais, pois esta dependia dos alimentos silvestres. Os agricultores deparavam-se com as dificuldades em efetuar a criação de suínos em confinamento, pois a exigência do fornecimento de alimentos implicava num volume cada vez maior de força de trabalho e de área física para produzi-los. Este acréscimo sucessivo na magnitude da área estava associado ao crescente desgaste da fertilidade natural, ou seja, não havendo reposição dos nutrientes químicos no solo retirados pelas plantas, a produtividade da terra era decrescente. Por outro lado, a atividade com bovinos encontrava-se em expansão, muito embora de forma lenta.

A cultura de fumo foi inserida na Microrregião nos anos 60 sob um forte esquema de assistência técnica da agro-indústria fumageira, através do uso de meios de produção químicos e biológicos. A expansão da cultura estava associada às características predominantes daquele espaço físico, onde predominavam: os estabelecimentos menores de 50 ha, a abundância de reservas nativas de madeira a serem utilizadas nas estufas de secagem das folhas de fumo, a diminuição das atividades extrativas, o desgaste da fertilidade natural, a

exigência de pequenas áreas para o seu cultivo, e a disponibilidade de força de trabalho existente nas famílias dos camponeses que residiam nas unidades produtivas.

4.2.7. Força de tração

A força de tração utilizada nos trabalhos agrários da Microrregião fôra submetida a um processo constante de modificações no sentido de incrementarem a produtividade do trabalho, apesar de prevalecerem as técnicas rudimentares nas atividades agrícolas, que sempre estiveram fundadas no cultivo de produtos destinados ao auto-consumo.

Os agricultores da Microrregião, em 1960, estavam inseridos através de seus processos produtivos numa base tecnológica na qual predominava a força de tração animal, haja visto que era utilizada por 65,4% dos informantes, seguidos daqueles que tinham na força humana, com 34,0% dos informantes, única fonte de tração (Tabela 9).

Em 1970, os informantes que utilizavam-se da força de tração animal, frente ao universo dos agricultores da Microrregião, correspondiam a 82,2%, enquanto que os de força humana regrediram para 16,5%, denotando que a mesma encontrava-se bastante difundida nos trabalhos agrícolas. Esta elevação, quando comparada ao período anterior, ou seja, a 1960, deve-se, em primeiro lugar, ao aumento do número de estabelecimentos na Microrregião, e, em segundo, como forma

de potencializar o trabalho humano através da realização de operações no processo produtivo agrícola, quer seja na fase do preparo do solo, nos cultivos, ou ainda no transporte do produto.

Tabela 9. Participação percentual do número de informantes em relação ao total de estabelecimentos, segundo a utilização da força de tração e dos insumos, na Microrregião Colonial de Irati, no período 1960-85.

Especificação	1960		1970		1980		1985	
	Inform.	%	Inform.	%	Inform.	%	Inform.	%
Força de tração								
humana	4.338	34,0	3.585	16,5	-	-	3.729	19,8
animal	8.367	65,4	17.889	82,2	12.837	75,8	13.992	74,0
mecânica	26	0,2	66	0,3	3.498	20,7	4.916	26,0
anim.+ mec.	52	0,4	209	1,0	-	-	15.161	80,2
Insumos								
fertilizantes	135	1,0	4.298	20,0	7.797	46,0	10.113	53,5
calcáreo	103	0,8	136	0,6	2.430	14,4	3.889	20,6
vegetal	-	-	-	-	3.937	23,3	5.110	27,0
animal	-	-	-	-	9.148	54,0	8.564	45,3
TOTAL	12.783	100	21.749	100	16.922	100	18.890	100

Fonte: FIBGE- Censo Agropecuário do Paraná 1960-70-80-85.

O período 1970-80, de forma geral, apresentou-se como sendo aquele em que ocorreram as transformações na base técnica da produção agrícola decorrentes do processo de expansão das relações capitalistas no campo. Apesar da Microrregião inserir-se no contexto de forma lenta, quando comparada às outras do Estado, em 1980 a força de tração animal ainda predominava em 75,8% dos informantes. E a força mecânica em 20,7% dos informantes, apesar de que, em números

absolutos, passaram de 66 para 3498.

Em 1985, o uso da força de tração animal, a exemplo dos períodos anteriores, continuou sendo predominante, ou seja, em 74,0% dos estabelecimentos. Por outro lado, quando analisou-se o montante de unidades produtivas que associam o uso da força de tração animal+mecânica nos trabalhos agrários, verificou-se que representavam 80,2% dos estabelecimentos da Microrregião.

No tocante à utilização de tecnologias que privilegiaram a produtividade da terra através de fertilizantes químicos e de calcáreo, a tendência foi o de acompanhar o mesmo processo, evidenciando-se uma adoção tardia das inovações mecânicas e químicas. Neste espectro, os informantes que declararam utilizar fertilizantes químicos, nos anos de 1960, 1970, 1980 e 1985 passaram de 1,0%, para 20,0%, 46,0% e 53,5%, respectivamente. Apesar do incremento dos informantes de fertilizantes, a sua utilização ocorreu sob condições adversas, pois não fôra acompanhada na mesma proporção daqueles informantes que utilizavam o calcáreo que no período acima era de 0,8%, 0,6%, 14,0% e 20,0%, respectivamente. Portanto, o fraco desempenho da utilização de calcáreo na Microrregião consistiu num aspecto limitante às condições técnicas adequadas de produção, pois a fertilidade natural dos solos é limitada pelos altos índices de acidez.

Os informantes que utilizavam insumos para os animais em 1980, isto é, medicamentos, rações e vacinas, representa-

vam 54,0% do total, enquanto que para os produtos vegetais, com agrotóxicos, era de 23,3%. Estes dados, apesar de terem sido levantados para 1980 e 1985, carecem de maiores especificações, na medida em que não indicam as quantidades e para que produtos e animais foram destinados, apesar de que o uso de agrotóxicos nos anos 70 deve estar associado à expansão da cultura do fumo.

Entre 1980-85 ocorreu incremento no número de informantes que utilizavam insumos, à exceção daqueles destinados aos animais, que passaram de 9.148 para 8.564.

É relevante mencionar que apesar do processo crescente, embora lento, da expansão do uso dos meios de produção químicos, biológicos e mecânicos, apenas 20,6% dos informantes em 1985 utilizavam-se do pacote completo (fertilizantes, corretivos, tração mecânica, insumos vegetais e animais). Estes, por sua vez, consubstanciaram-se através da participação relativa daqueles informantes que utilizavam o calcáreo, tendo em vista que os demais meios de produção estavam inseridos no processo de produção de um maior número de informantes.

O emprego de fertilizantes, entre os informantes, constituiu-se de forma diferenciada, na medida em que ainda predominam as subdosagens, à exceção daqueles com maior nível tecnológico no processo de produção.

A esfera produtiva da Microrregião não estava somente assentada sob a organização nos moldes da reprodução simples

de suas condições de vida, isto é, não estava isolada das influências da sociedade capitalista. Portanto, a base social na qual estava inserida constituiu-se em parte daquela sociedade, apesar mesmo dos frágeis vínculos estabelecidos com o comércio.

Por outro lado, a produção agrícola da Microrregião estava determinada a inserir-se no mercado capitalista, muito embora estivesse limitada pelas condições de baixa fertilidade e de relevo, pelas técnicas utilizadas, pelo isolamento e a distribuição espacial dos agricultores. Este, já consubstanciavam-se através da comercialização de produtos como a erva mate, suínos, cebola, batata inglesa, feijão, etc., mesmo sob a estrutura anterior, que era especificamente utilizada para suprir o abastecimento das necessidades alimentares da família.

4.2.8. Potencialidades do recurso natural: o solo

A Microrregião está localizada num ambiente físico natural que possui restrições quanto ao relevo e a fertilidade natural. O espaço rural compreendido apresenta 53,1% de sua área total com nível alto e muito alto de possibilidade de mecanização das operações agrícolas, enquanto que 80,4% dos solos são dotados de nível alto e muito alto de exigência para a aplicação de fertilizantes e corretivos (Tabela 10).

Tabela 10. Participação percentual dos níveis de possibilidades das terras para mecanização e dos níveis de exigência das terras para a aplicação de fertilizantes e corretivos, segundo os municípios da Microrregião Colonial de Irati, (adaptado de EMBRAPA/ Fundação IAPAR 1984).

Município	N Í V E I S (%)			
	Mecanização		Fertilizantes	
	Baixo e Muito Baixo	Alto e Muito Alto	Baixo e Médio	Alto e Muito Alto
Imbituva	26,7	73,3	18,3	81,7
Irati	30,8	69,2	8,0	92,0
Mallet	33,3	66,7	36,1	63,9
Prudentópolis	63,2	36,8	30,9	69,1
Rebouças	50,0	50,0	0,7	99,3
Rio Azul	27,8	78,2	28,0	72,0
Teixeira Soares	60,0	40,0	0,3	99,7
Microrregião	46,9	53,1	19,6	80,4

A dissociação entre a possibilidade de mecanização e a do potencial da fertilidade natural traduziu-se na essência dos aspectos que determinaram a expansão tardia da mudança na base técnica. Desta forma, os limites dos níveis explícitos na Microrregião, quer seja na possibilidade de mecanização, como na alta exigência na aplicação de fertilizantes e corretivos, refletiam-se no montante de inversões financeiras a serem efetuadas no processo produtivo.

A base produtiva que se desenvolveu na Microrregião, assentada na produção de produtos alimentares, evidenciou-se como sendo um parâmetro limitante para que o processo de

trabalho se traduzisse num processo de acumulação de capital face ao destino que lhe era outorgado, isto é, para o mercado interno, cuja rentabilidade era restrita, principalmente quando comparada àquelas atividades direcionadas para a exportação. Assim, esta forma de produzir proporcionava uma certa igualdade social entre os agricultores, ademais que o seu trabalho não gerava ganhos diferenciais que proporcionassem a heterogeneidade interna. A inserção tardia das atividades que exigiam a intensificação em capital do processo produtivo é que foram, a partir dos anos 70, promovendo a diferenciação dos agricultores.

5. DIFERENCIAÇÃO CAMPONESA A PARTIR DO SISTEMA FAXINAL

5.1. Introdução

A presente pesquisa envolve efetivamente a explicitação da dinâmica do processo de diferenciação camponesa face à expansão das relações capitalistas no campo em uma Microrregião onde as unidades produtivas exploram basicamente a atividade de policultura alimentar, principalmente as culturas de milho e feijão, e a de fumo, que é destinada à agroindústria fumageira, sob uma organização camponesa de produção denominada de Sistema Faxinal.

O espaço rural da Microrregião é formado por uma heterogeneidade de unidades produtivas que estão inseridas no movimento geral de acumulação capitalista, através da inserção no mercado, ofertando seus produtos, e, de outro, pela demanda de meios de produção que potencializam a produtividade da terra e do trabalho. Esta diversidade é, de fato, influenciada seletivamente por forças externas na forma de políticas econômicas, sociais e tecnológicas que con-
substanciam-se pela dinâmica do processo de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Essa dinâmica acelerou a diferenciação camponesa após

os anos 60 com a difusão dos meios de produção industriais, provocando o início de uma reunificação das relações entre a agricultura e a indústria, e também a reestruturação interna e externa da unidade produtiva.

Frente a este movimento geral de expansão das relações capitalistas no campo, é relevante mencionar os reflexos daí decorrentes sobre o universo dos produtores. Ademais que o processo de diferenciação transcorreu sob um elemento incomum no campo brasileiro, representado pela organização camponesa de produção, o Sistema Faxinal, que consistia de áreas de uso comum para a criação de animais e de áreas distintas para a exploração de lavouras fora dos limites onde ficavam os animais. Essa forma de organização camponesa de produção ocorre especificamente no Estado do Paraná, na região Centro-Sul, predominando em algumas Microrregiões (Figura 2).

5.2. Gênese

O movimento de ocupação ocorrido nas diversas regiões agroecológicas do Estado reflete em essência as características do processo de colonização implementado e das especificidades da organização da produção. Em síntese, no Estado ocorreram três movimentos distintos de ocupação: o primeiro no Centro-Sul, sob os ditames das atividades extrativas; o segundo, no Oeste, através da migração advinda do Rio Grande do Sul; e o terceiro, no Norte, com a expansão da cafeicultu-

ra. Neste sentido, a Microrregião Colonial de Irati está inserida num contexto onde prevaleceram os movimentos fundamentados no extrativismo através de uma base produtiva representada inicialmente pelas grandes fazendas.

A ocupação do espaço físico ocorrera no início deste século com a vinda de agricultores de municípios que são integrantes da região Centro-Sul e que objetivavam especificamente explorar a atividade ervateira. Este processo ocupacional ocorrera tanto por agricultores que adquiriam pequenas ou grandes parcelas de terra como também por aqueles que, não dispoñdo de capital, e que tinham sido ocupados anteriormente como mão-de-obra na construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, ou mesmo outros que vieram para trabalhar como empregados permanentes, empreiteiros e ainda como parceiros na produção de erva mate. Estes ocupavam-se em operações que envolviam desde efetuar roçadas no local onde tinha a erva, na coleta e sapecagem das folhas, bem como no transporte da mesma para a industrialização em Curitiba.

O quadro natural predominante onde desenvolveram-se as atividades extrativistas legou uma organização camponesa denominada de Sistema Faxinal, e que está explicitada na definição dada por Chang (1988:13):

" é uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remonta de forma indireta aos

tempos da atividade pecuária dos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente à atividade ervateira na região das matas mistas no século XIX."

O surgimento desta organização camponesa está associado diretamente à estrutura produtiva que formou-se em torno das grandes propriedades que exploravam a atividade extrativa da erva mate. Ao lado daquela atividade, desenvolvia-se uma agricultura com produtos de auto-consumo e a criação de animais (bovinos, suínos, equinos, caprinos, ovinos e aves) para consumo e reserva de valor. As áreas das culturas constituíam-se de pequenas parcelas que eram cercadas, em virtude do costume dos agricultores de criarem os animais soltos, haja visto que eram favorecidos pelo potencial de alimentos silvestres daquele ambiente natural. Neste sentido, a consolidação do Sistema Faxinal ocorreu através da expansão das atividades agropecuárias sob a organização das comunidades envolvidas e das prefeituras municipais, segundo Chang (1988:40):

"A ampliação das áreas de lavouras e das quantidades de animais terminou definitivamente com a prática dos caboclos de cercar as roças itinerantes com taquaras. Era consenso ser mais racional cercar a criação dos moradores das proximidades numa só área, extensa e apropriada para tal, ao invés de cercar todas as lavouras. As próprias comunidades e as prefeituras passaram a se mobilizar para organizar o espaço rural, demarcando as áreas de lavouras e as áreas de criação".

Essa organização camponesa de produção possuía especificidades em relação às demais que se verificam no restante do território brasileiro, em virtude do caráter coletivo

implementado na criação de animais. A característica diferencial consubstanciou-se pelo uso comunal da área destinada à criação de animais, denominada de criadouro, muito embora a propriedade privada fosse mantida sobre cada uma delas. Neste ambiente localizavam-se as reservas naturais de pastagens, de erva mate e de madeira de lei, bem como as residências dos agricultores, em virtude da necessidade de estarem diariamente próximos dos animais (Figura 3).

A formação dos criadouros comuns estava relacionada às características predominantes do tipo de atividades desenvolvidas inicialmente na Microrregião em torno das grandes fazendas e com a junção de pequenas parcelas das áreas dos camponeses, segundo Chang (1988:97):

"Não obstante, continuam presentes as marcas do legado histórico. A maioria dos criadouros comuns haviam sido fazendas de criação ou de invernagem, ou então madeireiras ou fazendas de erval, de modo que a presença de fazendeiros ainda é expressiva. É característica a aglomeração de terras de dezenas de pequenos produtores, proprietários ou não, com um latifúndio na formação dos criadouros comuns.

A partir da necessidade de estabelecer limites físicos das áreas com lavouras e aquelas para a criação de animais, ficou determinada a necessidade de implantar cercas coletivas. O cercamento era efetuado de comum acordo num determinado espaço físico. Este não poderia ser muito extenso, pois os agricultores tinham que ter controle sobre os animais. Aliado a isto, o local da residência não poderia ficar muito distante das áreas de lavouras, face ao tempo

gasto no deslocamento.

Na área que compreende o criadouro estavam inseridos grandes e pequenos proprietários, bem como outros agricultores que não possuíam a propriedade privada da terra. Estes residiam em áreas de outros agricultores, onde lhes era permitida também a criação de animais. No entanto, para os agricultores que não possuíam áreas próprias fora do ambiente do criadouro, o desenvolvimento de atividades produtivas com lavouras seguia as regras normais de arrendamento, ou seja, o pagamento da renda da terra.

A distribuição desigual da terra no criadouro também impunha que a conservação das cercas na sua extensão fosse proporcional à quantidade de terra possuída pelas unidades familiares. Por outro lado, àqueles agricultores que não dispunham da propriedade privada da terra, era atribuída uma parte da extensão das cercas pertencentes aos proprietários das áreas de quem ocupavam.

O caráter de uso coletivo das terras do criadouro traduziu-se em essência como sendo uma estratégia utilizada pelos maiores proprietários no sentido de fixar um contingente de força de trabalho a ser utilizada no período de colheita de erva mate. A colheita era feita manualmente, exigindo um grande número de trabalhadores, pois a erva mate encontrava-se distribuída no mesmo ambiente de outras espécies florestais. Desta forma, o processo de colheita era obstaculizado pelas próprias condicionantes naturais, principal-

mente no que tange ao transporte do local onde era feito até às vias de escoamento da produção.

Assim, aquela aparente solidariedade dos maiores para com os menores proprietários ou não de terra era benéfica a todos. Aos primeiros, na medida em que necessitavam de força de trabalho para efetuar a colheita. Estes, no período de colheita, dispunham da força de trabalho nas proximidades de sua unidade produtiva, pois coincidia com a entressafra (Maio/Outubro) das culturas temporárias de verão. E para os demais, na medida em que lhes proporcionava a exploração dos animais em áreas de uso comum, sem o referido pagamento da renda da terra.

A conformação sócio-econômica evidenciada na Microrregião sob os ditames da organização camponesa de produção, o Sistema Faxinal, denotava a existência entre os agricultores de uma diferenciação social. Antes da década de 70, a diferenciação social consistia basicamente daquelas condições que foram herdadas do passado, onde prevaleciam o tamanho da família, a área (ha), as condições de relevo, da fertilidade natural, do número de pés de erva mate e o número de animais (bovinos, suínos, equinos, caprinos e ovinos).

A extensão da área física (ha) expressava as diferenças de riqueza, na medida em que a mesma comportava a exploração de atividades extrativas, como a da erva mate, da madeira de lei e a criação extensiva de animais, além de possibilitar a utilização de áreas com culturas temporárias

em parcelas alternadas.

A quantidade de terra inicialmente consubstanciava-se num aspecto relativamente importante na delimitação da diferenciação social entre os agricultores do Sistema Faxinal. A limitação deste mais importante meio de produção, a terra, principalmente entre os agricultores que não tinham a propriedade privada, era amenizada pela forma de uso comunal, onde criavam de forma extensiva os animais.

Apesar das diferenças existentes nas quantidades de terras, quer seja nos limites do criadouro, ou fora dele, as superfícies destinadas ao cultivo para o auto-consumo e aquelas advindas do mercado eram dimensionadas através da capacidade de trabalho da unidade familiar. Portanto, o volume de produção a ser colocado no mercado estava estreitamente relacionado com a área de cultivo, que por sua vez era determinada pelo potencial de trabalho dos integrantes da família face à precariedade e também pela inexistência de recursos técnicos que potencializavam a produtividade da terra e do trabalho. Aliada a estes determinantes, ainda existia a possibilidade dos agricultores efetuarem o assalariamento. No entanto, este não foi utilizado nas culturas de feijão e milho, haja visto que, até então, não constituíam-se em atividades rentáveis. Por outro lado, com a atividade extrativa, ocorreu o assalariamento, que consubstanciava-se no principal produto mercantil.

A produção extrativa da erva mate começou a declinar

nos anos 50, pois as plantas foram raleando devido à forma em que eram efetuados os cortes dos galhos na época da colheita. Eram cortados segundo a orientação popular adquirida ao longo dos anos, sem ao menos seguirem recomendações técnicas especializadas. O extrativismo constituiu-se, no decorrer do tempo, como sendo a principal atividade econômica, onde transformou-se no elemento base da diferenciação.

Antes de 1970, a terra estava distribuída desigualmente entre os agricultores, que tinham grandes e pequenas quantidades, além dos que não possuíam a propriedade privada. Esta desigualdade refletia-se em chances diferentes no que concerne ao desenvolvimento das atividades produtivas. Os que tinham as maiores áreas, além de escolherem as melhores parcelas para o cultivo, efetuavam o pousio por períodos mais prolongados e também asseguravam a continuidade da unidade produtiva através da expansão da família. Os agricultores que detinham as menores áreas estavam limitados a não efetuarem a prática do pousio e também pelas menores chances de obterem através da herança uma área que possibilitasse a sua reprodução. E, para os que não tinham a propriedade da terra, as dificuldades eram ainda maiores do que as do anterior, pois tinham que pagar a renda da terra, além de terem que mudar constantemente o local da exploração.

Portanto, até os anos 70, os agricultores da Microrregião apresentavam-se com relativa similaridade no tocante às explorações com as mesmas culturas, na utilização

das mesmas técnicas de produção, consubstanciando-se sob as mesmas vinculações ao mercado e, ainda, preservando as mesmas tradições culturais. A conformação desta estrutura produtiva vem explicitar o lugar em que os camponeses ocupavam diante do mercado capitalista, representado aqui pela troca de produtos alimentares.

O procedimento adotado pelos agricultores promoveu um aumento das relações sociais entre os compradores e vendedores de mercadorias. Estes eram representados pela figura de bodegueiros, distribuídos pelo interior do município, de cerealistas, na sede municipal, e também pelos camioneiros, que transitavam nas áreas de produção. Assim, ficou explicitada a principal articulação onde, de um lado, está o processo produtivo, e, do outro, o processo de acumulação de capital, na figura do capital industrial e comercial, advindos dos maiores centros urbanos.

A inserção da economia camponesa da Microrregião no cenário nacional ocorrera no início do século com a mercantilização da produção de erva mate e suínos, seguindo depois com a batata inglesa, cebola, madeira, e intensificando-se após os anos 60 através do feijão e do fumo.

A permanência da organização camponesa em torno do Sistema Faxinal, preservando as características básicas, esteve associada aos ditames de uma limitada comercialização dos produtos explorados pelos agricultores. Neste sentido, não havia uma suficiente inserção mercantil dos produtos que

remetesse uma demanda de produção onde fossem implementadas novas relações de produção, o assalariamento, para produzir além do que era produzido pelos integrantes da família. As atividades desenvolvidas sempre estiveram próximas de uma economia de colheita, ou seja, fundamentada no caráter extrativo do principal produto, do fraco desenvolvimento das forças produtivas e da ausência de valorização mercantil dos produtos.

Apesar do incremento da mercantilização na década de 60 ter provocado um aumento da comercialização dos produtos de auto-consumo da produção camponesa, através dos contatos com os agentes de comercialização (bodegueiro, camioneiro e cerealista), ainda assim prevaleciam aquelas características internas em torno do leque de atividades, dos equipamentos, da distribuição e do uso da terra e do emprego da força de trabalho familiar que explicitavam o sentido da diferenciação social.

5.3. Transformação

Analisando-se os Faxinais existentes na Microrregião no decorrer do tempo, verificou-se que ainda exercem fortes influências na forma de organização da produção. Estas influências estão assentadas no fato de que o processo de desagregação dos mesmos, a partir dos anos 60, não conseguiu extinguir totalmente o Sistema Faxinal, de tal forma que ainda é evidente a divisão determinada entre áreas comuns e

aquelas de lavouras. Entretanto, é nítido o processo de transformação no seu interior, que alterou a sua forma original básica, que era a utilização comunal da terra, para uma outra, que consubstanciou-se na privatização dos meios de produção, expressa através da proibição da criação de pequenos animais, e pelo cercamento de parte das unidades produtivas.

Estas transformações evidenciadas no Sistema Faxinal alteraram a sua dinâmica produtiva, na medida em que o cercamento das terras próprias não mais permitem a criação de pequenos animais (suínos) soltos, que consistia em atividade importante para a unidade produtiva, quer seja no abastecimento alimentar da família e/ou como reserva de valor.

O cercamento constituiu-se na privatização do uso da terra, pois naquele espaço iniciava-se o desenvolvimento de atividades com lavouras de feijão, milho, fumo e soja em virtude de que o recurso natural, o solo, não apresentava restrições para o uso de operações mecanizadas. Outro aspecto é o de que os agricultores com maiores áreas (ha) e recursos substituíam as pastagens naturais pelas plantadas, destinadas à criação de bovinos.

O cercamento das terras do criadouro foi efetuado utilizando-se de cercas de arame como forma de impedir apenas a saída dos grandes animais (bovinos e equinos). Neste sentido, os agricultores que não detinham o capital necessário para efetuar cercas adequadas que impediam os suínos de

adentrarem nas áreas de lavouras, danificando-as, foram impedidos de continuarem explorando a atividade. Nos criadouros onde ocorreu este movimento de privatização das áreas, a criação de suínos somente passou a ser feita em confinamento, ou seja, onde os animais permanecem fechados. Esta forma de criação exige dos agricultores o fornecimento diário de alimentos, que, por sua vez, no âmbito das atividades produtivas, significou uma maior demanda de força de trabalho e de mais terra para a produção de alimentos, principalmente o milho. Assim, comparando-se os custos da criação de suínos entre aquela forma de confinamento e a criação solta, as evidências são nítidas de que o custo da primeira é maior, haja visto que, de forma geral, ocorreu uma grande redução do número de animais que eram anteriormente criados. Entre os agricultores que criavam suínos, é comum encontrar aqueles que deixaram a atividade, tendo a partir daí que realizar a compra de carne e banha para a complementação alimentar da família.

Essa primeira desagregação do Sistema Faxinal refletiu-se negativamente entre os camponeses sem terra e os que tinham as menores áreas próprias, na medida em que limitou as condições de sobrevivência ou as de manterem-se explorando as atividades de produção mercantil. Por um lado, destes agricultores foram subtraídos o uso comum do criadouro, e, de outro, não possuíam o capital necessário para implantarem atividades produtivas sob nova escala.

Os beneficiários do processo de desagregação foram os agricultores que detinham as maiores áreas, pois além do cercamento de suas áreas, ainda foram efetuando a compra de pequenas parcelas de outros agricultores que não vislumbravam a sua reprodução face à nova realidade. Ainda foram marcantes neste processo de compra a entrada de agricultores migrantes de outras regiões do Paraná (oeste) e do Rio Grande do Sul atraídos pelos preços baixos da terra.

Aqueles que já tinham terra no local aumentaram o número de pés de erva mate ainda incorporaram áreas de lavouras que estavam aptas a serem inseridas no processo de produção. Este movimento traduziu-se pela inserção de um plano assentado em novas relações com a expansão de atividades mercantis, representado pela cultura de feijão e soja. Entretanto, a cultura de feijão era uma atividade desenvolvida por todos os agricultores, principalmente para o auto-consumo e venda de pequenos excedentes, e fôra submetida a profundas transformações nos anos 70, passando a ser explorada sob nova base técnica.

O movimento que fôra desencadeado e que consistiu para a desintegração desta forma de organização camponesa de produção decorreu do nítido contraste entre a forma comunal de utilização da terra com o avanço das forças de mercado no campo, segundo Chang (1988:107):

“Este espírito de coletivização é antagônico à racionalidade da produção capitalista, onde o privado é tido como pressuposto inviolável e inquestionável. É devido a este

antagonismo que o avanço das forças capitalistas no campo tem significado um constante deslocamento do espaço produtivo ocupado pelos faxinais. A nível concreto isto se evidencia em forma de desagregação do sistema faxinal, da qual não nos falta hoje . . . Há momentos de resistência dos que defendem o sistema faxinal. Entretanto, a racionalidade da produção capitalista é sem dúvida a dominante . . . o elenco de fatores que de alguma forma contribuem para a desagregação do sistema faxinal, pode se dizer que quatro deles praticamente explicam a síntese do processo: a tecnologia, a valorização da terra, o esgotamento dos recursos naturais e o papel do Estado". (grifo meu)

O deslocamento evidenciado traduz-se na forma de como aquelas áreas ocupadas com o criadouro vão, no decorrer do tempo, cedendo espaços para uma nova forma de exploração da atividade agrícola, ou seja, foram inseridas áreas com culturas temporárias de verão, representadas pelo feijão, milho e fumo. Este processo determinou uma mudança naquela forma de organização, na medida em que exigia uma reorganização no espaço do criadouro com a privatização do uso da terra.

Os agricultores que não possuíam áreas próprias estavam limitados a reproduzirem-se nos moldes verificados anteriormente, ou seja, enquanto agentes que utilizavam coletivamente a área do criadouro. Por um lado, deparavam-se com a extinção do uso comum da terra, onde desenvolviam atividades com animais (suínos), e, de outro, com o crescimento demográfico natural ocorrido nos limites de abrangência do Sistema Faxinal.

Tal crescimento constituiu-se num elemento de grande importância na reorganização do espaço físico do criadouro,

pois, conforme foram degradando-se as condições do recurso natural, aquele ambiente não comportava a implantação de novas unidades produtivas, e, portanto, exercendo uma pressão sobre a terra. Entre os agricultores que possuíam a propriedade da terra, à exceção daqueles com menores parcelas, não constituíam-se entraves na instalação de novas unidades decorrentes do casamento dos filhos.

O desenvolvimento daquelas atividades produtivas mercantis estava associado a uma intensificação da produção através da ação de políticas agrícolas de modernização, que consistia no incremento de trabalho morto materializado nos meios de produção mecânicos, químicos e biológicos. O uso deste método, em substituição ao extensivo, que era praticado, foi determinado pela lógica do mercado, na medida em que naquelas áreas foi necessária a realização de inversões financeiras na limpeza da área, na correção da acidez e conservação do solo, no sentido de proporcionar a valorização dos investimentos.

A atividade extensiva de extração de erva mate, à exceção do período de colheita, demandava apenas força de trabalho na realização anual da operação de roçada em torno das plantas próximas ao período de colheita. No entanto, a realização da operação de roçada estava associada ao nível de infestação no local dos ervais, haja visto que, com o processo de degradação do recurso natural, a mesma fôra tornando-se desnecessária.

A política de modernização trouxe aspectos que respaldaram tecnicamente a necessidade da recuperação natural dos solos, que era efetuada através da prática secular do pousio. No que concerne à criação de animais, é notório que cada vez mais torna-se necessário dispendir trabalho para a produção de alimentos para os mesmos, haja visto que existe o crescente desgaste da fertilidade, e especificamente para aquela forma de criação extensiva, onde ocorreu o es-
casseamento dos alimentos nativos.

6. CATEGORIAS DE PRODUTORES NA MICRORREGIÃO COLONIAL DE IRATI

6.1. Quadro geral

O quadro agrário daquele espaço determinado teve a sua conformação sócio-econômica fundada principalmente com as atividades extrativas, e, decorrentes destas, foram desenvolvendo-se aquelas com os produtos básicos de auto-consumo.

Através de um corte temporal, nos anos 60, verificamos que as unidades produtivas estavam sob a organização camponesa de produção através do Sistema Faxinal. Esta, por sua vez, detinha potencialidades distintas em torno dos aspectos fundiários, produtivos e da força de trabalho, enquanto que os tecnológicos que potencializavam a produtividade da terra e do trabalho estavam ainda sob o fraco desenvolvimento das forças produtivas capitalistas naquelas atividades específicas.

A partir dos anos 70 o quadro agrário foi submetido a profundas transformações advindas do avanço das forças produtivas capitalistas no campo. Estas estiveram sob as diretrizes emanadas do processo de reunificação das relações das atividades agrícolas às industriais, onde foram inseridas no campo atividades produtivas sob novas bases, na medida em que

proporcionavam a valorização dos capitais investidos. Neste sentido, a forma aparente daquele processo dinâmico traduziu-se pela crescente desagregação do Sistema Faxinal, que afetou seletivamente o universo dos agricultores que lhes dava sustentação.

Aquele movimento desencadeado inseriu-se diretamente nas atividades produtivas dos camponeses, acelerando o processo de diferenciação, com intensidades variáveis na medida em que eles detinham quantidades distintas de capital e níveis diferenciais de potencialidades de recursos naturais.

6.2. Limites na definição de categorias de produtores

O processo de diferenciação que consubstanciou-se na Microrregião pode ser visualizado através dos limites que definiram as categorias de produtores (Tabela 11).

A utilização de tais categorias de produtores está associada a um contexto mais amplo, ou seja, em torno das diretrizes institucionais do IAPAR- Instituto Agronômico do Paraná, visto que já estavam em andamento trabalhos de pesquisa para conhecer a realidade (da propriedade) do setor produtivo para a geração de tecnologias (para a propriedade) adequadas às especificidades dos processos de produção.

Tabela 11. Limites utilizados na definição das categorias de produtores (extraído de Payés 1988:25).

Categorias	UTHf	K	UTHfa	Outras rendas	Área não prop	Tipo de
	UTHe (%)	VUTHe (sm)*	UTHft (%)	VBPT (%)	ACT (%)	Tração
Semi assalariado c/ v/ força trabalho	> 90	> 0 e ≤ 1	> 0	< 1	≥ 0	Animal
Semi assalariado com rendas urbanas	> 90	> 0 e ≤ 1	= 0	≥ 1	≥ 0	Animal
Produtor simples parceiro	> 90	> 0 e ≤ 1	= 0	< 1	> 0	Animal
Produtor simples proprietário	> 90	> 0 e ≤ 1	= 0	< 1	= 0	Animal
Empresário familiar não mecanizado	> 0 e ≤ 90	> 0 e ≤ 2**	= 0***	< 1	≥ 0	Animal
Empresário familiar mecanizado	> 0 e ≤ 100	> 1	= 0***	< 1	≥ 0	Trator
Empresário capitalista não mecanizado	= 0	≤ 2	= 0	****	≥ 0	****
Empresário capitalista mecanizado	= 0	> 1	= 0	< 1	≥ 0	Trator

* - salário mínimo

** - algumas unidades produtivas integradas à agroindústria utilizam grandes quantidades de insumos. Também colabora com esse resultado o fato de ter incluído no capital constante todo o preço da tração (animal e mecânica), e não apenas a parte gasta na safra.

*** - algumas unidades vendem força de trabalho, todavia, trata-se de força de trabalho especializada, normalmente acompanhada de aluguel de máquinas.

**** - montante de "outras rendas" nem sempre foi possível ser determinado; pois alguns capitalistas, além de não morar nas propriedades, não exploram a terra. Pelas mesmas razões, não apresentavam qualquer tipo de tração.

UTHf (unidade trabalho homem familiar) = somatória das horas trabalhadas na produção (pelos membros familiares, menores de 14 anos + 0,5 horas trabalhadas pelos menores de 14 anos) / por 2400 horas, que representa um adulto com jornada diária de 8 horas, durante 300 dias úteis da safra agrícola;

UTHe (unidade trabalho homem no estabelecimento) = UTHf + (somatória das horas trabalhadas pelos assalariados temporários / por 2400 horas) + número de empregados per-

manentes;

K (capital constante)= (quantidade de insumos auto produzidos e comprados x preços de mercado) + (quantidade de animais de tração x preços de mercado de animais adultos) + (unidades de tratores x preço de tabela de tratores) + (preço do aluguel de tratores e animais de tração);

VUTHe (valor da unidade trabalho homem no estabelecimento) = UTHE x 12 meses x valor do salário mínimo;

UTHfa (unidade trabalho homem familiar assalariada)= somatória de horas trabalhadas fora do estabelecimento pelos membros da família, em atividades não especializadas (capina e colheita) / por 2400 horas;

VBPT (valor bruto da produção total)= somatória da ((produtividade média regional das últimas 5 safras da cultura i x área x preço médio real das últimas 5 safras da cultura i) + (quantidade produzida de origem animal x preços médios reais das últimas 5 safras) + (quantidade produzida de erva mate e madeira x preços médios reais das últimas 5 safras));

ACT (área de culturas temporárias)= somatória das áreas de culturas temporárias de verão (as permanentes, à exceção da erva mate, são inexpressivas na Microrregião).

Estas categorias seguiram estratégias específicas, onde, de um lado, aliaram-se às potencialidades dos recursos naturais com a capacidade de absorção dos recursos tecnológicos; e, de outro, aquelas que não dispunham de meios de produção necessários para embasar uma escala mínima de produção recorreram à venda de força de trabalho para complementar os meios de subsistência para sua reprodução.

A nova base social composta pelas categorias de agricultores advindas daquele processo dinâmico, e segundo as suas especificidades, estão fundamentadas em Payés (1988:20):

"cada uma, por sua vez, permite delimitar duas subcategorias implícitas ao próprio conceito. O produtor semi-assalariado comporta, de um lado, os agricultores que se

assalariam temporariamente, de outro, aqueles cujas rendas vindas principalmente da aposentadoria são mais importantes que a produção, mas residem no campo; o produtor simples, pode ser dividido em proprietário de terra explorada e em pequeno parceiro/arrendatário.

Nestes, o volume de produção é definido pela quantidade de força de trabalho da família, são apoiados com a tração animal e pela fertilidade natural e também residem no campo; " a empresa familiar em mecanizada e em não mecanizada, mas onde a intensificação e/ou uso de assalariamento são significativos". Aqui, a produção é realizada com a utilização de meios de produção químicos, biológicos e mecânicos, além do uso de crédito rural e da produção extrativa. Utilizam-se da maior jornada de trabalho anual por equivalente homem. Ainda recorrem às áreas de terceiros sob a forma de arrendamento para ampliar o processo de produção e residem nas unidades produtivas; e o empresário capitalista, dividido também em mecanizado e em não mecanizado", (grifos do autor) que constituem-se de um segmento de produtores remanescente daqueles que exploravam o extrativismo.

Após a especificação das categorias sociais utilizadas por Payés (1988), é relevante mencionar a importância relativa das mesmas no número de agricultores, na quantidade de área, no valor bruto da produção total e no valor das vendas dos produtos destinados ao mercado (Tabela 12).

Os dados da Tabela 12 indicam a representatividade das categorias sociais daquele universo de agricultores,

retratando o movimento da diferenciação social, através de um corte temporal.

Tabela 12. Participação percentual das categorias e subcategorias no número de produtores, na área, no valor da produção total e nas vendas (extraído de Payés 1988:35).

Categorias e Subcategorias	%			
	PRODUTORES	TERRA	VBPT	VENDAS
Produtor semi-assalariado	12	4	3	2
com venda de força de trabalho	7	1	2	2
sem venda de força de trabalho	5	3	1	-
Produtor simples	52	24	34	25
parceiro	16	5	10	7
proprietário	36	19	24	18
Empresário familiar	32	44	59	69
não mecanizado	5	8	7	14
mecanizado	27	36	52	55
Empresário capitalista	4	28	4	4
mecanizado	2	21	1	1
não mecanizado	2	7	3	3
TOTAL	100	100	100	100

O movimento partiu de uma situação camponesa largamente predominante para uma outra, em que esse campesinato original, apesar de ainda manter a hegemonia relativa com 52% do número de produtores, não lhe confere a predominância na apropriação da quantidade de terra no valor da produção e no valor dos produtos destinados ao mercado.

Entre as novas categorias criadas pela diferenciação

do campesinato inicial, a dos empresários familiares¹ é a que destacou-se pela sua maior capacidade produtiva, apropriando-se de 44% da área (ha), de 59% do valor bruto da produção total e de 69% do valor dos produtos que foram destinados ao mercado com as vendas.

Os empresários capitalistas que representam 4% do número de produtores do valor bruto da produção total e das quantidades vendidas possuem 28% da quantidade de terra, o que lhes atribui uma característica intrínseca, na qual a terra não é utilizada na incorporação do processo produtivo e sim na forma de reserva de valor.

Por outro lado, os semi-assalariados, que são hoje 12% dos produtores, possuem a menor capacidade produtiva, face à restrição dos meios de produção, tendo que recorrer a aposentadorias e ainda ter que vender a única mercadoria que lhes pertence, a força de trabalho.

A categoria social dos empresários capitalistas possui especificidades perante às demais, em virtude de que já existiam de fato antes do processo de transformação implementado nos anos 70. Esta característica advém da própria conformação da Microrregião, onde a estrutura produtiva fôra fundamentada nos primórdios em grandes fazendas, com a exploração do extrativismo (erva e madeira). Os proprietários

1. nesta parte do texto, manteremos a conceituação utilizada por Payés (1988); sendo que a mesma fora debatida criticamente no Capítulo 1.

destas fazendas são grupos econômicos que além do extrativismo foram, ao longo do tempo, principalmente na década de 70, implantando reflorestamentos e o beneficiamento da madeira, agraciados pelos subsídios governamentais.

Frente a esta especificidade, o processo de diferenciação abrange 96% do número de produtores, que apropriam-se do montante de 72% da área física da terra. Este movimento que consubstanciou-se na Microrregião constituiu-se num ritmo extremamente forte foi marcado essencialmente pela diferenciação ascendente.

O encadeamento do processo de diferenciação entre os agricultores transcorreu sob os domínios da intensificação em capital das atividades produtivas. Nesta Microrregião, nos anos 70, iniciou-se com a cultura de feijão, que já era cultivado, seguido de soja em sucessão com trigo.

A mudança na forma de produzir feijão, sob nova base técnica, representada pela incorporação de operações mecanizadas (exceto a colheita), fertilizantes, corretivos e sementes selecionadas, estava associada às potencialidades edafoclimáticas favoráveis. Esse espaço mercantil para os produtores de feijão da Microrregião deveu-se ao deslocamento de produtores de regiões que apresentavam aptidão para a cultura de soja, tendo em vista que o feijão não conseguia competir em termos de lucratividade. O deslocamento traduziu-se na aparência como sendo uma forma de ocupação das últimas áreas de fronteira interna do Estado.

Continuaremos a análise desse processo de diferenciação pelo estudo comparativo de duas categorias de produtores: os produtores simples proprietários e os empresários familiares mecanizados. Essa escolha está fundamentada na importância relativa dos mesmos diante do universo de produtores, nas características internas, em torno do uso expressivo da força de trabalho dos integrantes da família, mas que apresentam magnitudes e formas específicas na realização do processo de produção.

Então, nesse processo de diferenciação, partiu-se da análise de uma situação camponesa para uma outra, representada pela categoria dos empresários familiares mecanizados e não mecanizados. Entretanto, descartou-se a possibilidade de análise dos empresários familiares não mecanizados, em virtude de que ainda fundamentam a sua produção nas atividades extrativas da erva mate, e que não representa o processo de diferenciação básico que ocorreu na Microrregião em torno da mudança da base técnica, principalmente com a cultura de feijão.

Os produtos explorados, feijão e milho, não apresentavam taxa de rentabilidade capaz de atrair os produtores capitalistas para o desenvolvimento de tais atividades. Neste sentido, os camponeses que aproveitaram-se das potencialidades dos recursos naturais e das forças de mercado ampliaram a produção, visto que não necessitavam da obtenção de lucro médio para produzirem. Assim, esta é a característi-

ca marcante no processo de diferenciação camponesa naquele espaço rural, que ocorreu com a modernização da produção de feijão.

Após verificar o processo de diferenciação ascendente entre os agricultores, tornou-se relevante especificar ao nível dos principais indicadores as características que correspondem à categoria dos produtores simples proprietários e dos empresários familiares mecanizados (Tabela 13).

Tabela 13 - Indicadores que caracterizam as categorias de produtores simples proprietários e dos empresários familiares mecanizados, segundo as atividades predominantes (adaptado de Payés 1988).

Indicadores	UN	Prod. S. Propriet.	Emp. Fam. Mecanizado
1 - Propriedade e uso da terra			
1. 0 área do estabelecimento	ha	36,70	74,90
1. 1 produtores c/ área cultivada não própria	%	-	28,00
1. 2 área cult. não prop./área cult.temporaria	%	-	52,00
1. 3 produtores com pousio	%	67,00	55,00
1. 4 área de pousio	ha	11,70	17,80
1. 5 tempo de pousio	ano	3,50	3,20
1. 6 área de pastagem plantada	ha	2,30	4,50
1. 7 produtores c/pastagem plantada	%	37,00	35,00
1. 8 área de culturas temporárias	ha	8,70	31,00
1. 9 área de culturas temporárias/equiv. homem	ha	3,20	9,60
1.10 produtores com faxinal	%	87,00	80,00
2 - Composição da força de tração			
2. 0 tamanho da família	eh	4,30	4,50
2. 1 uso de mão de obra familiar	%	97,00	89,00
2. 2 mão de obra familiar/equiv. homem	uthf	0,60	0,74
2. 3 prod. com uso exclusivo de tração manual	%	6,00	-
2. 4 prod. com uso exclusivo de tração animal	%	66,00	-
2. 5 prod. com uso de tração anim. + mec. alug.	%	28,00	14,00
2. 6 prod. com uso de tração anim. + mec. próp.	%	-	73,00
2. 7 prod. com uso excl. de tração mec. alugada	%	-	5,00
2. 8 prod. com uso excl. de tração mec. propria	%	-	8,00
3 - Uso de crédito rural			
3. 0 produtores com financiamento	%	13,00	64,00
3. 1 valor do financiamento	sm	14,90	63,60

continua

Indicadores	UN	Prod. S. Propriet.	Emp. Fam. Mecanizado
4 - Uso de insumos			
4. 0 capital constante/unidade de trab. homem	sm	0,55	5,07
4. 1 insumos vegetais/ha cultivado	sm	0,60	1,54
4. 2 insumos vegetais comprados/ha cultivado	sm	0,59	1,37
4. 3 produtores com compras de insumos vegetais	%	78,00	100,00
4. 4 insumos animais/unidade animal	sm	0,59	0,95
4. 5 insumos animais comprados/unidade animal	sm	0,07	0,23
4. 6 produtores com compras de insumos animais	%	87,00	95,00
4. 7 milho auto-consumido/insumos animais	%	87,00	63,00
5 - Valor da produção			
5. 0 valor bruto a produção total/valor da unid. tab. homem + insumos + renda fundiária paga	sm	1,18	1,56
5. 1 valor bruto da produção total/equiv. homem	sm	20,27	47,94
5. 2 valor da produção vegetal/valor bruto da produção total		79,00	88,00
6 - Comercialização			
6. 0 vendas/valor bruto da produção total	%	61,00	67,00
6. 1 vendas	sm	25,80	78,71
6. 2 principais culturas	-	f + m	f + m
		erva mate	
6. 3 principais animais	-	aves	bovinos
		suínos	suínos
		bovinos	aves
6. 4 principais compradores	-	cerealista	cerealista
		camioneiro	cooperat.
		bodegueiro	camioneiro
7 - Composição e distribuição da renda			
7. 0 renda mensal disponível/equiv. homem	sm	0,94	2,37
7. 1 produtores que recebem renda fundiária	%	16,00	23,00
7.1.1 renda fund./valor bruto prod. total	%	14,00	12,00
7. 2 produtores com outras rendas	%	11,00	22,00
7.2.1 outras rendas/valor bruto da produção total	%	36,00	33,00
7. 3 produt. com renda fundiária + outras rendas	%	10,00	8,00
7.3.1 renda fundiária + outras rendas/valor bruto da produção total	%	50,00	45,00

eh - equivalente homem

uthf - unidade de trabalho homem familiar = somatória da quantidade de horas trabalhadas na produção, pelos membros familiares > de 14 anos + 1/2 horas trabalhadas pelos membros < de 14 anos dividido por 2400 horas, que representa um adulto com jornada diária de 8 horas, durante 300 dias úteis da safra agrícola.

sm - salário mínimo

outras rendas - provenientes de aluguel de máquinas e de aposentadoria.

6.3. Caracterização das categorias

6.3.1. Empresário familiar mecanizado

6.3.1.1. Propriedade e uso da terra

As unidades produtivas dos empresários familiares mecanizados que exploravam principalmente feijão e milho possuíam uma área média de 74,90 ha. A maior parcela do número de produtores desenvolvia atividades produtivas em áreas próprias, pois apenas 28,00% recorriam a áreas de outros agricultores. Por outro lado, estas áreas correspondiam a 52,00% daquela que era cultivada com culturas temporárias, constituindo-se num elemento importante na organização da produção. Tal montante de áreas tomadas de terceiros representa uma estratégia de aumento das áreas a serem incorporadas no processo produtivo, em vista de que parte das áreas próprias localizava-se no ambiente do Sistema Faxinal ou ainda não apresentando-se apta para tal cultivo.

Apesar do crescente processo de desintegração, 80,00% dos produtores ainda permaneciam em parte com suas atividades fundadas no Sistema Faxinal.

A utilização da terra nas unidades produtivas, determinadas pelo conjunto de explorações agrícolas, estava sob a predominância das culturas temporárias, com área média de 31,00 ha, e que correspondia a 9,60 ha por equivalente homem. As pastagens plantadas ocorriam em 35,00% das unidades produtivas, com área de 4,50 ha.

O pousio como prática disseminada de recuperação

natural da fertilidade do solo era utilizado por 55,00% dos produtores, com área de 17,80 ha, por um período de 3,2 anos de duração.

6.3.1.2. Composição da força de tração

O montante da força de trabalho utilizada nos trabalhos agrários na unidade produtiva constituía-se de 89,00% advinda dos integrantes da família, que era composta por 4,50 equivalente homem. Frente a esta efetiva participação do trabalho familiar no processo produtivo, cada equivalente homem da família, medido pela relação entre a unidade de trabalho homem familiar/equivalente homem, igual a 0,74, traduzia-se pelo trabalho referente a 222 dias/ano, com uma jornada de 8 horas diária.

Nestas unidades produtivas constataram-se que não existiam produtores que utilizavam exclusivamente a força de tração manual e animal. Neste sentido, é relevante mencionar que a maior proporção, ou seja, 87,00% dos produtores, utilizavam-se da tração animal combinada com a tração mecânica alugada e/ou própria, enquanto que 19,00% ainda não eram proprietários de meios mecânicos para a realização dos trabalhos agrários.

Os processos produtivos da maior parte dos agricultores, representados pelas atividades desenvolvidas, ainda não comportavam a totalidade de operações mecanizadas, de modos que somente 8,00% deles utilizavam exclusivamente a tração

mecânica. Assim, a força de tração animal constituía-se numa forma complementar à mecânica, em virtude de efetuar as operações de cultivos, enquanto que aquela realizava principalmente o preparo do solo.

O uso da força mecânica alugada entre os agricultores era efetuada, principalmente, em operações específicas do processo produtivo, ou seja, no preparo do solo, com aração e gradagem, e na colheita, com o uso de trilhadeira, na debulha e limpeza dos grãos.

6.3.1.3. Uso de insumos e de crédito rural

As unidades produtivas foram submetidas a um profundo processo de transformação na base técnica da produção através da utilização dos meios mecânicos, químicos e biológicos. Isto pode ser visualizado pela relação entre o capital constante e o valor da unidade de trabalho homem no estabelecimento, igual a 5,07 salários mínimos.

O crédito rural, em essência, foi o que proporcionou tal processo de transformação, sendo utilizado por 64,00% dos produtores nas atividades produtivas, com um montante correspondente a 63,60 salários mínimos. Este fôra empregado principalmente na atividade compreendida pela produção vegetal, pois a mesma representava 88,00% do valor bruto da produção total.

A utilização de insumos advindos do mercado estava presente em 100% dos agricultores. O volume total de insumos

empregado correspondia a 1,54 salários mínimos por hectare cultivado, sendo que aqueles adquiridos via mercado perfazendo um montante de 1,37 salários mínimos.

A produção animal, apesar da desagregação dos Faxinais, ainda estava inserida naquele ambiente físico. Desta forma, com a degradação dos recursos naturais, os agricultores tiveram que efetuar o fornecimento diário de alimentos para os animais. A aquisição de algum tipo de insumo no mercado era feita por 95,00% dos produtores, sendo que o milho auto consumido representava 63,00% do valor total dos insumos. O montante do valor total dos insumos era de 0,95 salário mínimo por unidade animal, sendo que os advindos do mercado representavam 0,23 salário mínimo.

6.3.1.4. Valor e destino da produção

As atividades produtivas exploradas destinavam-se, na sua maior proporção, para o mercado. A produção vendida perfazia um montante de 78,71 salários mínimos, e correspondia a 67,00% do valor bruto da produção total.

O valor bruto da produção total da unidade produtiva superava, mesmo que de uma forma simplificada, as despesas (valor da unidade de trabalho homem + insumos + renda fundiária paga), pois para cada unidade dispendida obteve-se 1,56 do valor da produção. Nestas, cada equivalente homem produziu um montante de 47,94 salários mínimos.

Os principais produtos agrícolas comercializados eram

o feijão e o milho. Os agentes comerciais que adquiriam tais produtos, em ordem de importância, eram os cerealistas, as cooperativas e os camioneiros.

Por outro lado, o rebanho pecuário era composto segundo o valor monetário pelos bovinos, suínos e aves. A comercialização dos produtos animais restringiam-se aos limites do comércio municipal, face a sua pouca expressividade no valor bruto da produção total, isto é, 12,00%.

6.3.1.5. Composição e distribuição da renda

O montante de renda disponível por equivalente homem era de 2,37 salários mínimos mensais. Este valor, por sua vez, consistia nos recursos disponíveis, que somados entre os equivalentes homem familiar seriam utilizados para novos investimentos, bem como para as despesas de auto-consumo e de adicionais do processo produtivo.

A composição da renda ocorreu de forma diferenciada, pois 53,00% dos agricultores, além da exploração de suas atividades, ainda recebiam rendas, isto é, 23,00% de renda fundiária, 22,00% de outras rendas e 8,00% de renda fundiária + outras. Esta distribuição dos agricultores tornou-se ainda mais relevante quando mencionou-se a participação daquelas formas de rendas no valor bruto da produção total, ou seja, renda fundiária 12,00%, outras rendas 33,00% e renda fundiária + outras rendas 45,00%.

É relevante mencionar as principais estratégias

utilizadas pelos empresários familiares mecanizados no sentido de ampliar a composição da renda da unidade produtiva. Efetuavam o aluguel de seus meios mecânicos como forma de viabilizar a aquisição, tendo em vista que, durante o ano, tais equipamentos ficavam ociosos. Além de explorarem as suas áreas, ainda recorriam à de outros agricultores, principalmente aquelas que apresentavam-se com menores restrições em relação ao relevo e à fertilidade natural.

Neste sentido, foram beneficiados com o aumento da produção determinado pela conjugação entre a exploração das melhores áreas com o uso de meios de produção que potencializavam a produtividade da terra e do trabalho. Por outro lado, ainda cediam as suas piores áreas ou mesmo aquelas que necessitavam de limpeza para posterior incorporação no seu processo de produção.

6.3.2. Produtor simples proprietário

6.3.2.1. Propriedade e uso da terra

As unidades produtivas dos produtores simples proprietários possuíam uma área média de 36,70 ha. Estes tinham a especificidade de apenas desenvolverem as suas atividades em terras próprias. No entanto, 87,00% dos agricultores ainda estão com suas atividades associadas ao Sistema Faxinal.

A utilização da terra concentrava-se na exploração de culturas temporárias de feijão e milho, com área média de 8,70 ha, e que correspondia a 3,20 ha de cultura por equi-

valente homem. As pastagens plantadas eram realizadas em 37,00% das unidades produtivas, com área de 2,30 ha.

A utilização do pousio era efetuada por 67,00% dos agricultores, com área média de 11,70 ha, por um período de tempo de 3,5 anos.

6.3.2.2. Composição da força de tração

A demanda da força de trabalho é suprida por 97,00% advinda da família, que é composta por 4,30 equivalente homem.

A participação efetiva dos integrantes da família na demanda total de força de trabalho, medida pela relação unidade de trabalho homem familiar/equivalente homem, igual a 0,60, significava uma ocupação do trabalho dos integrantes da família durante 180 dias/ano, numa jornada de 8 horas diária. Esta ocupação estava 20,00% aquém daquela que era realizada anualmente pelos empresários familiares.

Na categoria dos empresários familiares mecanizados ocorreu uma maior intensificação no uso da força de trabalho da família em relação aos produtores simples proprietários. Esta efetiva ocupação verificou-se mesmo com o maior uso de operações mecanizadas no processo produtivo, no qual, em princípio, constituiu-se num elemento poupador de trabalho humano. Neste sentido, a característica marcante da intensificação traduziu-se pela ocupação dos membros da unidade familiar em todas as operações, tanto nas manuais, e,

principalmente, nas mecanizadas.

Os produtores simples não dispunham de tração mecânica própria. Na realização dos trabalhos agrários, 66,00% utilizavam exclusivamente a tração animal e 6,00% a manual, enquanto que 28,00% combinavam a tração animal com a mecânica alugada.

O uso da força de tração mecânica alugada nas unidades produtivas eram empregadas principalmente nas operações de debulha e limpeza dos grãos, com destaque para a cultura de feijão. A operação de preparo do solo mecanizado ocorreu de forma amena, haja visto que estes produtores cultivavam áreas em pequenas parcelas, distribuídas em várias épocas de plantio, e aliadas às restrições existentes no relevo.

6.3.2.3. Uso de insumos e de crédito rural

A intensificação em capital do processo produtivo nestas unidades foi inferior às que verificaram-se naquelas dos empresários familiares, haja visto que apresentaram a relação entre o capital constante e o valor da unidade de trabalho homem igual a 0,55 salário mínimo.

As operações com crédito rural foram efetuadas por 13,00% dos agricultores através de um montante de 14,90 salários mínimos. Estes recursos destinaram-se à aquisição de meios de produção para as atividades produtivas vegetais, que participavam com 79,00% no valor bruto da produção total.

Os insumos utilizados na produção vegetal constituí-

am-se, na sua maior proporção, para 78,00% dos agricultores, naqueles advindos do mercado. Assim, o montante dos insumos empregados na atividade agrícola correspondeu a 0,60 salário mínimo por hectare cultivado, pois os adquiridos no mercado representaram 0,59 salário mínimo.

Entre os agricultores, 87,00% adquiriram no mercado algum tipo de insumo para os animais. O montante total dispendido representou 0,59 salário mínimo por unidade animal, muito embora os que são comprados no mercado perfizeram apenas 0,07 salário mínimo por unidade animal. No entanto, face à baixa capacidade de suprimento alimentar das pastagens nativas no criadouro e das pequenas áreas com pastagens plantadas, os agricultores ofertavam o milho para a complementação da alimentação animal. Neste sentido, o milho tornou-se o principal insumo, haja visto de que representou 87,00% do valor total dos insumos que eram destinados aos animais.

6.3.2.4. Valor e destino da produção

A produção vegetal constituiu-se na maior parcela do valor bruto da produção total da unidade produtiva. Os produtos vegetais destinados ao mercado representaram 61,00% daquele total, com um montante de 25,80 salários mínimos. No entanto, tal valor comercializado constituiu-se em um terço do valor dos produtos que os empresários familiares destinavam ao mercado.

Nestas unidades, o valor da produção por equivalente homem estava aquém daqueles níveis verificados nos empresários familiares, pois alcançaram um montante de 20,27 salários mínimos. Mesmo que a sua produção fosse inferior, após subtrair as despesas, ainda auferiram um retorno positivo igual a 1,18, medido através da relação entre o valor bruto da produção total e o valor da unidade de trabalho homem + insumos + renda fundiária paga.

Os principais produtos explorados eram o feijão, o milho e a erva mate. Estes eram comercializados no mercado local com os cerealistas, camioneiros e os bodegueiros. A produção era vendida parceladamente, conforme o agricultor ia necessitando adquirir os meios de produção para o processo produtivo e os alimentos que ele não produz para a subsistência da família.

A composição do rebanho pecuário refletiu em essência as limitações de recursos dos produtores simples, pois ocorreu uma inversão de importância das espécies animais, quando comparado às dos empresários familiares. Neste sentido, predominaram as aves, os suínos e os bovinos.

6.3.2.5. Composição e distribuição da renda

A composição da renda ocorreu de forma diferenciada entre os agricultores, pois além de suas atividades, 37,00% recebiam rendas na seguinte forma: 16,00% renda fundiária, 11,00% outras rendas e 10,00% a combinação de renda fundiária

+ outras rendas.

Por outro lado, a participação daqueles tipos de renda no valor bruto da produção total estava distribuída da seguinte forma: 14,00% de renda fundiária, 36,00% de outras rendas e 50,00% de renda fundiária + outras rendas.

A renda disponível, por equivalente homem, após deduzidas as despesas, foi de 0,94 salário mínimo mensais. Este montante, adicionado aos demais equivalentes da família da unidade produtiva, compunha o montante de recursos a serem utilizados no consumo, com novos investimentos e demais despesas no processo produtivo.

Frente à comparação, entre as categorias dos produtores simples proprietários e os empresários familiares mecanizados, é notório que a principal característica diferencial assenta-se na mudança da base técnica da produção. Esta transformação na forma de produzir foi proporcionada pela conjugação de três elementos: o tamanho da área (ha), o acesso ao crédito e aos insumos utilizados.

Com base neste conjunto de elementos, os empresários familiares mecanizados ampliaram o patrimônio e também foram utilizando-se de estratégias que coadunavam com o seu processo de produção. Ampliaram a área de cultura sob a forma de arrendamento, maior área cultivada, volume de produção e dos produtos comercializados. A hierarquia dos animais, conforme o valor do rebanho, consistia de bovinos, suínos e aves. A composição da renda mensal disponível constituía-se

de 2,5 vezes a dos produtores simples proprietários, enquanto que o capital constante representava em torno de 9,5 vezes.

7. COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO

7.1. Introdução

O aspecto principal da estrutura fundiária, substanciado pela desigualdade da distribuição da terra nas unidades produtivas, foi determinado pelas condicionantes históricas sob os ditames da concepção capitalista da propriedade da terra. Esta, por sua vez, transformou a terra em equivalente de mercadoria, na medida em que, com o ato da compra e com o recebimento da partilha da herança, é que os agricultores converteram-se em proprietários privados.

No entanto, tal concepção implementou um avanço das forças produtivas capitalistas no campo, a qual transformou a forma original de produção do Sistema Faxinal. Este movimento geral de expansão das relações sob novas bases afetou o conjunto das categorias sociais que lhes dava sustentação e organização. Em essência, aquele processo afetou seletivamente as categorias, na medida em que a terra, quantidade física, constituía-se no principal elemento de diferenciação.

7.2. Formas de acesso à terra

As características inerentes à realização do processo produtivo em torno da organização camponesa, o Sistema Faxinal, impunham restrições diante das formas em que seria efetuada a exploração das atividades produtivas, principalmente no acesso ao mais importante meio de produção, a terra.

Os reflexos decorrentes da não permissão do uso comum da terra incidiu principalmente naqueles agricultores que não detinham, ou mesmo os que possuíam juridicamente pequenas parcelas de terra. Esta transformação imprimiu uma nova dinâmica na organização daquelas unidades produtivas, aliada ao crescente desgaste da fertilidade natural dos solos. Isto ocorrera tanto no ambiente do pastoreio nativo dos animais, como também através dos sucessivos cultivos naquelas áreas com lavouras.

Desde o período em que predominava a utilização comunal da terra já era prática disseminada e necessária entre os agricultores ter que cultivar áreas com lavouras fora dos limites daquele ambiente físico. Isto consubstanciava-se tanto entre os agricultores, que não detinham a posse jurídica da terra, tendo que recorrer a áreas de terceiros, bem como naqueles onde as áreas próprias na sua maior proporção localizavam-se no criadouro. Para estes, a maior restrição em cultivar suas terras consistia na falta de capital necessário para a construção de cercas de proteção dos animais. No entanto, é relevante mencionar que os animais

e os produtos extrativos, durante muito tempo, consubstanciaram-se como sendo uma das principais fontes de geração de renda daquelas unidades produtivas.

A constituição do patrimônio fundiário daqueles agricultores ocorrera sob os ditames de um movimento geral de ocupação e de distribuição, desencadeado a partir de dois momentos distintos: o primeiro, até o final dos anos 60, quando predominou a forma de recebimento da partilha da herança, apesar da existência do processo de compra por aqueles agricultores ou não, que detinham maior volume de capital. O segundo, que compreende os anos de 70 e 80, foram aqueles em que predominaram as incorporações de áreas através do processo de compra. Neste período também surgiram as áreas que foram tomadas sob a forma de arrendamento, com magnitudes superiores às comumente utilizadas no processo de trabalho naquelas unidades produtivas que utilizavam-se somente da força de tração animal (Tabela 14).

7.2.1. Herança

A herança que constitui-se na distribuição igualitária da terra representou um aspecto fundamental para os camponeses no acesso privado da terra. Isto tornou-se evidente em virtude das próprias especificidades inerentes à limitação de recursos disponíveis para a compra consubstanciada pelo processo histórico de sua conformação sócio-econômica.

Tabela 14. Evolução da forma de acesso à terra dos produtores camponeses tradicionais e dos camponeses mecanizados, segundo os períodos entre 1950-70, 1970-80 e 1980-89.

Categoria	PERÍODO												ÁREA TOTAL ^a
	1950 - 70				1970 - 80				1980 - 89				
	Herança (ha)	Compra (ha)	Arrendamento (ha)	Cedidas (ha)	Herança (ha)	Compra (ha)	Arrendamento (ha)	Cedidas (ha)	Herança (ha)	Compra (ha)	Arrendamento (ha)	Cedidas (ha)	
Camponês Trad.													
1	4,84					6,89				7,26	9,68 ^b		28,67
2					24,20				19,36				43,56
3							12,10 ^b			2,42	6,05 ^b		8,47
4									4,84				4,84
5					26,62								26,62
6	41,14												41,14
7			12,10 ^b		48,40	4,84							53,24
8	21,78	50,82											72,60
9									36,30				36,30
10									24,20			2,42	24,20
11	19,36												19,36
Camponês Mec.													
1	21,78					96,80				145,20			166,98
2	101,64	145,20		19,36	31,46		24,20					24,20	278,30
3					6,05	84,70				29,04	84,70		119,79
4	242,00			19,36	363,00		19,36		193,60		36,30		798,60
5	7,26	12,10		4,84	55,66		9,68		9,68		9,68		84,70
6		12,10			60,50		12,10		38,72	43,56	12,10		111,32
7	14,52	24,20			72,60				193,60	96,80 ^c	2,42		208,12
8	14,52								32,67				47,19
9	65,34			8,47			8,47			16,94 ^c			48,40
10	193,60			24,20			36,30		774,40		36,30		968,00
11		6,05	14,52			32,67			21,78				60,50

Fonte: Dados da pesquisa de campo

a - área total na época do levantamento de campo em junho de 1989.

b - área ocupada sem pagamento de renda da terra.

c - área vendida.

A divisão igualitária da terra era efetuada entre os filhos homens e mulheres, indistintamente. No entanto, na categoria dos produtores camponeses mecanizados existia a possibilidade da ocorrência de privilégios para os filhos

homens que trabalham conjuntamente na unidade produtiva. Tais benefícios constituíam-se de aquisições de parcelas de terras que eram compradas pelos seus pais e escrituradas diretamente no nome dos filhos. Estas áreas, por sua vez, não compunham o montante de terra a ser partilhado no processo de herança.

O fracionamento das unidades produtivas, decorrentes da partilha da herança, traduzia-se por parcelas de terra que originaram novas unidades, com áreas que podiam ou não ser suficientes para proporcionar a sua reprodução. Aquelas unidades que não dispunham de áreas recorriam a áreas tomadas de terceiros, na medida em que não tinham recursos a serem immobilizados na aquisição de terra.

O recebimento da partilha da herança, constituía-se apenas nos aspectos jurídicos, em virtude de que aqueles agricultores já desenvolviam atividades produtivas nas terras pertencentes aos pais. Nesta forma de desenvolvimento das atividades, em torno da unidade familiar, os filhos usufruíam dos meios de produção e da terra sem ter que efetuar o pagamento do aluguel, dos meios, bem como da renda da terra.

7.2.2. Compra

O processo que envolve a compra de terra pelos camponeses traduziu-se através de um montante de dinheiro disponível para efetuarem o pagamento do preço da terra, ou seja, da renda territorial capitalizada. No entanto, tal disponibilidade, ao mesmo tempo em que permitia o acesso

privado da terra, impunha-lhe restrições frente às inversões a serem realizadas nos processos produtivos em meios de produção que potencializam o trabalho humano.

Na impossibilidade de realizarem tais inversões, os resultados advindos dos processos produtivos dos camponeses ficavam restritos às potencialidades dos recursos naturais, o que lhes impediam, no tempo, de ampliarem os limites físicos da unidade produtiva.

Os anos 70 e 80 caracterizaram-se pelo movimento de compra de terras. As áreas que foram compradas constituíam-se tanto daquelas que pertenciam aos integrantes da unidade familiar como também de outros agricultores que deixaram a atividade agrícola. Os membros da unidade familiar que deslocaram-se para outros locais, principalmente o urbano, deram preferência de compra de suas áreas aos parentes mais próximos, que ainda permaneceram naquelas atividades, além de facilitarem nos prazos de pagamento. Por outro lado, foram sendo adquiridas áreas que, apesar de localizarem-se nos limites do Faxinal, nem sempre eram contíguas.

O montante de capital a ser imobilizado na aquisição de terra pelos produtores camponeses mecanizados, nos anos 60 e 70, eram advindos, na sua maior proporção, da venda daqueles produtos extrativos, como a madeira e erva mate, complementadas com o resultado da venda dos produtos, como a cebola, batata e o feijão, bem como de animais criados extensivamente no criadouro.

Ao contrário, nos anos 80, a aquisição de terra foi efetuada predominantemente com o resultado da comercialização decorrente da expansão das atividades agrícolas, muito embora os produtos extrativos ainda fossem importantes. Portanto, a complementação de recursos entre as atividades traduziam-se na incorporação de novas áreas, muito embora não fossem imediatamente inseridas no processo produtivo.

As áreas compradas naquele período não estavam associadas diretamente à incorporação no processo de produção, pois, as que localizavam-se nos limites do criadouro, representavam uma forma de ampliação das atividades extrativas, erva mate e madeira, além de funcionarem como reserva de valor.

Os agricultores que incrementaram as suas áreas físicas com a compra constituíam-se naqueles que em décadas anteriores já detinham a posse jurídica da terra. Esta, por sua vez, fôra conseguida, principalmente, através do recebimento de herança. Outros agentes também apresentaram-se como compradores na figura de profissionais liberais e empresas capitalistas. Estas estavam envolvidas com a atividade madeireira, reflorestamento e industrialização, além de apropriarem-se de áreas maiores com objetivos específicos de reserva de valor.

Um outro ponto importante neste processo de compra de terra na Microrregião foi a migração. Esta compreendeu a vinda de agricultores da região oeste paranaense, e aqueles

do Rio Grande do Sul; que compravam ou não a posse jurídica da terra.

Estes agricultores deslocavam-se atraídos pelos baixos preços da terra e pelas possibilidades de desenvolverem atividades que permitiam operações mecanizadas devido à constituição do relevo, principalmente no ambiente do criadouro. Neste sentido, os mesmos detinham o capital necessário para dar continuidade ou mesmo iniciar, em maior escala, aquelas atividades que eram exploradas nas suas regiões de origem.

7.1.3. Arrendadas

As áreas tomadas sob a forma de arrendamento para a realização do processo de produção, quer seja na sua totalidade ou mesmo em parte, para complementar as próprias, encontravam-se na categoria dos produtores camponeses mecanizados, haja visto que os produtores camponeses tradicionais somente exploravam as atividades produtivas em áreas próprias.

Nos anos 70 e 80, os produtores camponeses mecanizados incrementaram a magnitude das áreas tomadas sob a forma de arrendamento, independente daqueles que detinham ou não a propriedade privada da terra. Este aumento estava estreitamente relacionado com o desenvolvimento de atividades produtivas sob novas bases, pois eram superiores, quando comparado às áreas que utilizavam no processo de produção

apenas a força humana e animal. Portanto, a expressão das áreas tomadas constituíam-se na aparência de um processo determinado pelo avanço das forças produtivas capitalistas, que exige constantemente a redefinição de uma escala mínima da produção, como forma de viabilizar os investimentos.

Assim, os produtores camponeses mecanizados que detinham o capital necessário para efetuar o desenvolvimento de atividades produtivas, em áreas tomadas, aproveitaram-se das vantagens comparativas no processo de produção, haja visto que apropriavam-se daquelas áreas onde já tinham sido efetuadas as operações de limpeza, o que lhes facultava a realização de inversões financeiras.

7.1.4. Cedidas

Os agricultores que detinham áreas próprias tinham como prática comum e generalizada ceder parte delas para que outros pudessem desenvolver as suas atividades e, em contrapartida, receberiam a renda da terra. A magnitude das áreas cedidas estava estreitamente correlacionada com o montante de áreas próprias fora dos limites do criadouro, onde eram exploradas as culturas temporárias.

Este procedimento adotado passou por profundas transformações após a metade dos anos 70, quando acelerou-se o movimento de desintegração do Sistema Faxinal. Em essência, a prática de ceder terra consubstanciou-se como sendo uma opção utilizada pelos detentores do capital na ampliação dos

seus processos de produção sem terem que realizar inversões financeiras. Além de receberem a renda da terra, o objetivo maior era a de que aquelas áreas fossem submetidas a operações de limpeza (desmatamento), para, posteriormente, serem incorporadas às demais, onde já eram efetuadas explorações de atividades com operações mecanizadas.

Desta forma, as áreas cedidas constituíam-se numa estratégia utilizada por aquelas unidades produtivas, como forma de acompanhar o movimento dinâmico das forças produtivas, que constantemente exigem um montante crescente de área mínima para a valorização dos capitais alocados no processo de produção.

A necessidade das unidades produtivas terem que incrementar as suas áreas mínimas exploradas, sob novas bases, foi, ao longo do tempo, promovendo escassez das terras disponíveis a serem incorporadas no processo de produção.

Portanto, a demanda de áreas potenciais para serem utilizadas com operações mecanizadas deslocaram as atividades produtivas daqueles agricultores que possuíam menores dotações de capital para outras que apresentavam maiores limitações nos recursos naturais, na forma de solos pedregosos, declivosos e de baixa fertilidade natural.

8. TRANSFORMAÇÃO DA BASE TÉCNICA DA PRODUÇÃO

8.1. Introdução

A forte transformação do processo produtivo ocorrida na agricultura da Microrregião teve como principal alavanca o acesso ao crédito rural oficial e aos subsídios nele implícitos.

O crédito rural oficial não apenas permitiu que o uso de máquinas e insumos industriais crescesse rapidamente _ antecipando-se ao processo de acumulação de meios financeiros pelos produtores _ como definiu, na prática, através da seletividade do acesso a esses recursos oficiais, quem podia transformar suas técnicas produtivas e quem não podia.

8.2. Expansão e uso do crédito rural

O movimento de expansão das operações de crédito rural acelerou o processo de transformação da base técnica dos agricultores, impulsionado de fora para dentro das unidades produtivas. Num processo em que o conjunto de produtores viram abrir-se novos mercados para seus produtos, o crédito rural proporcionou não apenas o aumento da oferta de

produtos agrícolas, mas também uma maior integração com as indústrias fornecedoras de maquinaria e insumos agrícolas, e possibilitou uma relação mais estreita entre produtores e indústrias fornecedoras de produtos alimentares. Antes desse processo, as unidades produtivas possuíam uma maior autonomia em relação ao mercado. Elas produziam a maior parte dos meios de produção que utilizavam (em particular sementes e alimentos para os animais), e tinham um grau de especialização de sua produção menor. O que e quanto plantar era basicamente determinado pela lógica do consumo doméstico, em que pese a importância crescente das determinações do mercado.

O processo de transformação da base técnica das atividades produtivas dos camponeses modificou o funcionamento econômico da unidade produtiva. Antes da fase da adoção do crédito, o agricultor foi gradativamente necessitando vender a sua produção na mesma intensidade em que recorria ao mercado para adquirir os meios de subsistência que não produzia e que eram necessários para a reprodução da unidade familiar. Neste sentido, a produção foi sendo cada vez mais monetizada, e o mercado adquirindo maior importância na determinação da capacidade de reprodução da unidade produtiva.

Isto consubstanciou-se na mesma medida em que o ato de vender os produtos por eles produzidos tornou-se obrigatório como forma de integralizar o pagamento em dinheiro do

montante financiado. Assim, efetivou-se a transição no destino dos produtos entre o valor de uso e valor de troca através da comercialização via mercado, na qual o agricultor exprime socialmente a existência de seu trabalho.

A produção de mercadorias ocorreu sob uma aproximação formal à do ciclo do capital, pois passou a ser cada vez mais necessário ter dinheiro para começar o processo de produção (aquisição de insumos). Mas o que é essencial ao ciclo do capital é que o dinheiro inicial seja capital, isto é, além de comprar mercadorias (meios técnicos para a produção, alimentos para a reprodução da força de trabalho da família) ele compra força de trabalho assalariada e extrai mais valia.

É que para o produtor familiar as condições de reprodução da família se alteram com a maior inserção mercantil e com sua maior dependência de insumos industriais. Ele tem que reproduzir a família e as condições para continuar produzindo: máquinas e insumos industriais.

Os agricultores, principalmente os produtores camponeses mecanizados, vislumbraram as possibilidades de elevarem a produtividades da terra e do trabalho ampliando o valor bruto da produção total. Esta ampliação estava relacionada ao acesso a um volume de capital que o agricultor não tinha acumulado, e que foi amplamente difundido sob a ação do Estado através de políticas agrícolas.

No entanto, apesar da existência concreta da opção a ser efetuada com as operações de crédito rural, verificou-se

uma disparidade na utilização entre as categorias sociais, os produtores camponeses mecanizados e os produtores camponeses tradicionais (Tabela 15).

Essas disparidades tornaram-se ainda mais evidentes quando analisa-se a periodicidade de utilização do crédito entre os agricultores que compõem uma mesma categoria social. Ademais que, internamente, as unidades produtivas apresentavam-se com um diferencial no nível de desenvolvimento das atividades produtivas.

Na categoria dos produtores camponeses tradicionais ocorreu a maior dispersão. Os agricultores que utilizaram regularmente, sem interrupção, o crédito rural, foram aqueles que exploravam a cultura de fumo. Os demais, que cultivavam as culturas de feijão e milho, quando recorreram às operações de crédito, o fizeram de forma alternada, ou seja, um ou dois anos sim, com lacunas de anos sem a utilização.

Por outro lado, os produtores camponeses mecanizados foram os que mais utilizaram-se das operações com crédito rural. Apesar do início do uso ter ocorrido em períodos distintos, o crédito rural propiciou uma reprodução ampliada de sua capacidade produtiva, isto é, dos meios técnicos (e talvez da quantidade de terra) de que dispunham para produzir. Neste sentido, as transformações implementadas nunca teriam alcançado a mesma amplitude e profundidade a partir dos recursos próprios, ou mesmo pelo montante da oferta de capital dos agentes comerciais e usurários. Portanto, um

Tabela 15. Distribuição anual da utilização de crédito rural, segundo os produtores camponeses tradicionais e os camponeses mecanizados, no período 1970-89.

Especificação	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	
Prod. Camponês Trad.																					
1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	f*	*	*	*	*	
2															f*	*	*	*	*	*	
3														f*	*	*	*	*	*	*	
4										*	*										
5														*	*	*	*				
6																					
7	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*				
8																					
9																					
10	f*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
11													f*	*	*	*	*	*	*	*	
Prod. Camponês Mecan.																					
1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
2													*	*	*	*	*	*	*	*	
3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
4			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
5					*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
6						*	*	*	*	*										*	*
7	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*							
8	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
9					*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
10					*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
11						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

f- início da cultura de fumo

impulso maior era necessário, representado pelo capital financeiro. A opção entre os agricultores em ampliar os seus processos produtivos estava assentada via capital financeiro.

Os que adotaram tal procedimento foram, em primeiro lugar, os que detinham a posse jurídica da terra. E, entre estes, os que possuíam quantidade de terra maior a ser hipotecada como garantia de capacidade de pagamento exigida pelo agente financeiro. As operações apresentavam-se como sendo uma tomada de recursos financeiros, em virtude das

restrições de recursos próprios necessários para a realização de inversões de capital na unidade produtiva. Desta forma, o acesso àqueles recursos financeiros estavam associados aos mecanismos de crédito concedidos sob a forma de financiamento.

As exigências determinadas pelos agentes financeiros reafirmaram a propriedade jurídica da terra como um elemento importante na perspectiva de reprodução dos agricultores. O crédito rural também exigia a propriedade jurídica, garantia tradicional de organização autônoma da atividade agrícola. Ao mesmo tempo, a política de crédito discriminou no universo de agricultores aqueles que não possuíam a propriedade jurídica e terra suficiente para o acesso a esses recursos financeiros.

8.3. Tecnologias mecânicas

Na Microrregião, como já mencionado, o processo de intensificação das atividades produtivas ocorreu tardiamente. Neste contexto, sob a luz da divisão social do trabalho, desenvolveram-se atividades que correspondiam às possibilidades de atenderem a demanda de produtos do mercado através de um nível específico de expansão das forças produtivas. Assim, as atividades foram sendo exploradas naquelas áreas que apresentavam maior potencial produtivo de relevo e de fertilidade natural, ou seja, em áreas que geravam maior renda diferencial.

Até o final dos anos 60, o processo produtivo dos agricultores que compõem hoje as categorias dos produtores camponeses mecanizados e dos camponeses tradicionais fundamentava a realização dos trabalhos agrários na utilização da força humana e animal. Neste período, que antecedeu o desenvolvimento das forças produtivas no campo, aqueles agricultores caracterizavam-se de uma economia familiar, fundamentada na produção de uma policultura alimentar, complementada com a produção de produtos extrativos, mate e madeira em particular.

A tração animal, apesar do uso de implementos rústicos, até então, representava o principal elemento capaz de potencializar a produtividade do trabalho. Era utilizada nas parcelas da unidade produtiva que apresentavam as melhores condições para o cultivo, em termos de relevo e de fertilidade natural.

Nesse quadro, os atuais produtores camponeses mecanizados foram beneficiados, pois, dispondo de maiores extensões de área física, ficava-lhes facilitada a escolha de áreas que apresentassem as maiores potencialidades e facilidades na exploração. As operações no processo produtivo constituíam-se basicamente daquelas efetuadas no preparo do solo, no cultivo entre as linhas das culturas e no transporte da produção.

Esta forma predominante de organização da produção dos camponeses possuía uma especificidade frente ao mercado, em virtude dos diferentes graus de alternatividade de seus

produtos, conforme a capacidade produtiva, representada pelas potencialidades dos recursos naturais e a quantidade de força de trabalho da família.

As operações produtivas não foram modernizadas de forma homogênea pelos produtores agrícolas da Microrregião. O diferencial na adoção de novas técnicas pode ser visualizado através de um corte temporal. A partir de 1970, identificou-se, o início de utilização e/ou aquisição das principais técnicas mecânicas (Tabela 16).

Tabela 16. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e produtores camponeses mecanizados, segundo o ano de início de uso e/ou aquisição dos meios mecânicos no período 1970-89.

Especificação	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	Total
Prod. Camponês Tradicional																					
uso de trilhadeira				1		1										1					3
prep. de solo com trator							1			1	1										3
aquisição de trator																					-
semeadeira tração animal													2						1	1	4
colhedeira automotriz																					-
amarradeira de fumo																1	1		1		3
Prod. Camponês Mecanizado																					
uso de trilhadeira	1	1	1			3		5													11
prep. de solo com trator	2		2			3		2	2												11
aquisição de trator	1		1		1	1		1	1		2	1		1						1	11
semeadeira tração animal			1		1				1												3
colhedeira automotriz	1					1		1		1										1	5
amarradeira de fumo																					-

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O uso de tração animal, apesar de generalizado entre os agricultores, não era realizado na totalidade das operações. Neste sentido, o uso da semeadeira, que propicia uma distribuição uniforme das sementes no plantio, aliado à diminuição do tempo na operação, ocorreu em épocas dis-

tintas, segundo as atuais categorias sociais. Foi na década de 70 que os atuais produtores camponeses mecanizados a adotaram; o que só ocorreu nos anos 80 para os produtores camponeses tradicionais. Esta desigualdade temporal de adoção da semeadeira está estreitamente relacionada com a disponibilidade do capital necessário para sua aquisição. Os produtores camponeses tradicionais não o fizeram, apesar de possuírem área suficiente para tal. Por outro lado, os produtores que a adotaram foram, ao mesmo tempo, complementando-a como forma de permitir a expansão de suas atividades produtivas.

Os agricultores que vislumbravam a utilização de operações mecanizadas iniciaram processos de produção sob novas bases, recorrendo à aquisição de meios de produção que potencializavam a produtividade da terra e do trabalho, como forma de atenderem a demanda do mercado. Este, por sua vez, no estabelecimento de relações com o segmento produtor, impôs padronização e formas específicas de recebimento dos produtos, com a finalidade de minimizar os custos com operações de transporte, armazenamento e comercialização.

A inserção de operações mecanizadas com o trator no processo produtivo ocorreu, principalmente, nas propriedades em que, nos períodos anteriores, já se utilizava a força de tração animal. Essas áreas, como já vimos, constituíam-se naquelas que apresentavam menor restrição em termos de relevo e pedregosidade.

A implementação do processo de mecanização constituiu-se no rompimento do obstáculo para a expansão da área de cultivo, que, até então, fundamentava-se nos elementos da unidade familiar, potencializada com o uso da força de tração animal.

Os atuais produtores camponeses mecanizados iniciaram a mecanização efetuando as operações de preparo de solo, principalmente aração e gradagem, e a debulha mecânica de feijão e milho. Estas operações constituem pontos de estrangulamento do processo de produção. Elas tanto podem retardar o plantio, como também, no período de colheita, expor o produto às condições climáticas adversas e ao ataque de pragas.

Na colheita, a operação de debulha e limpeza dos grãos constituiu-se num momento crucial do processo produtivo, pois a qualidade dos grãos está diretamente relacionada com o período de exposição no campo, ou seja, quanto maior este, menor serão as possibilidades de obtenção de grãos aptos para o consumo.

A expansão do uso das operações de preparo do solo e de debulha de milho e feijão, entre os produtores camponeses mecanizados, e, em menor escala, pelos produtores camponeses tradicionais, não estava condicionada à compra desses implementos, pois era efetuada sob a forma de aluguel. Existia uma disparidade entre o pequeno número de agricultores que possuíam trator e o universo daqueles que utilizavam-se daquelas

operações no processo produtivo.

O trator foi adquirido pelos atuais produtores camponeses mecanizados, principalmente, nos anos 70 e no início de 80. A compra do trator por aqueles agricultores foi acompanhada pela aquisição dos principais implementos, ou seja, o arado, a grade e a debulhadeira. Os demais _ a semeadeira, o cultivador e o pulverizador _ foram sendo adquiridos na medida em que esses agricultores redimensionavam as áreas de cultivo. Entretanto, os que tinham incrementado as operações mecanizadas ainda as complementavam com a tração animal, pois, mesmo que o agricultor efetuasse com trator as operações de preparo de solo e plantio, aquelas relativas ao cultivo entre as linhas da cultura eram realizadas com a tração animal.

A aquisição do trator pelos produtores camponeses mecanizados promoveu o redimensionamento de suas atividades produtivas. Para viabilizar a compra desses equipamentos foi necessária, além da ampliação das áreas de cultivo, a prestação de serviços para outros agricultores sob a forma de aluguel.

Os produtores camponeses mecanizados que aumentaram as áreas com a cultura de feijão tiveram que implementar estratégias de ação para contornar a restrição existente relativa à operação de colheita, que era feita manualmente. A solução encontrada foi uma negociação entre os agricultores que detinham os meios de produção mecânicos e os que explo-

ravam áreas produtivas menores e alugavam o trator. Desta forma, aqueles que tinham tratores efetuavam o preparo de solo na unidade produtiva de outros agricultores; estes, em contra partida, pagavam esse serviço em trabalho através da realização da operação de colheita de feijão em suas áreas de cultivo. Essa "troca" de serviços produtivos favorecia os produtores camponeses mecanizados na medida em que lhes garantia a realização da operação de colheita no momento correto.

Entre os produtores camponeses mecanizados existia uma parcela de agricultores que desenvolvia suas atividades sob um nível mais elevado das forças produtivas, muito embora também utilizasse da estratégia anterior. Estes agricultores que possuíam maior área de cultivo recorriam à junção com outros, que também possuíam o trator, para realizarem conjuntamente as operações de preparo do solo, plantio e aplicação de herbicidas.

Em essência, tal estratégia consubstanciava-se por uma complementariedade de meios mecânicos entre agricultores, traduzindo-se numa forma que permitia a expansão de área cultivada sem ter que efetuar novas inversões financeiras. Assim, ficava implícito que mesmo aqueles que não possuíam condições de aumentarem as unidades físicas de máquinas tinham os seus processos produtivos desenvolvidos com operações mecanizadas, exceto a colheita.

Historicamente, a colheita que compreende o arranquio

das plantas e a debulha dos grãos sempre foi feita manualmente. No entanto, naquele universo de produtores camponeses mecanizados, existiam alguns que possuíam colhedeira automotriz. Estas foram adquiridas na década de 70 com a finalidade precípua de serem utilizadas na colheita de soja e trigo.

A não utilização da colheita mecânica de feijão, à semelhança da que é feita com a soja, estava determinada diretamente pelas variedades cultivadas de feijão, que inviabilizavam tal operação. As restrições fundamentavam-se no porte baixo das plantas, na disposição das vagens que ficavam próximas do solo e na maturação desuniforme dos grãos.

Em face dessas restrições, a utilização da colhedeira automotriz para o feijão ocorreu de forma específica se comparada ao processo de colheita de soja. Com o feijão era necessário, além de ter que arrancar as plantas, ainda deixá-las expostas para uma secagem prévia antes de efetuar a debulha e limpeza dos grãos. Neste sentido, o uso da colhedeira ocorreu de duas maneiras: a primeira, e a mais frequente, constituía-se naquela onde as plantas são colocadas na plataforma da máquina; e a segunda, quando a colhedeira, em movimento normal, vai recolhendo as plantas, que foram previamente enfileiradas no momento do arranquio.

A realização do processo produtivo com operações mecanizadas consubstanciou-se através de inversões financeiras que exigiam, para sua viabilização, a elevação do

nível tecnológico das atividades produtivas. Os agricultores que as adotaram tiveram que inserir a cultura de soja, principalmente aproveitando-se das áreas que já tinham sido exploradas com a cultura de feijão. Este processo de substituição, ou mesmo de inserção de novos produtos, ocorreu em virtude de que já eram dadas as principais condições que permitiam aquela exploração. Neste caso, tais agricultores já tinham efetuado a correção e conservação do solo, possuíam os meios mecânicos, bem como o capital necessário para implantar a mecanização de todas as operações do novo processo de produção.

Entre os produtores camponeses tradicionais existia uma parcela de agricultores que explorava a cultura de fumo. Nesta, as operações de preparo de solo e cultivo entre as linhas da cultura são efetuadas com a tração animal. A partir da segunda metade dos anos 80 alguns agricultores introduziram no processo produtivo a amarradeira de fumo. O equipamento potencializa a produtividade do trabalho na operação pós colheita, onde efetua a fixação das folhas de fumo, que seriam levadas à estufa (que procede a secagem artificial). Esta operação de preparação das folhas para secagem constituía-se num momento estratégico do processo de colheita, em virtude da necessidade de ser efetuada em prazos determinados pelo ciclo biológico da planta.

Apesar da introdução das técnicas mecânicas que modificaram o processo produtivo dos atuais produtores campo-

nesses mecanizados, estas mostraram-se compatíveis com a produção familiar na medida em que os membros da família também participavam como elemento ativo na realização dos trabalhos agrários. Pode mesmo dizer-se que a mecanização permitiu que o trabalho permanecesse fundamentalmente familiar, apesar da forte ampliação da escala de produção e da introdução de novos cultivos.

8.4. Tecnologias químicas

Até o final dos anos 60 os agricultores desenvolviam os seus processos produtivos aproveitando-se das potencialidades dos recursos naturais, exceto para aqueles que exploravam a cultura de fumo. Esta, desde a sua inserção, foi sempre explorada sob um novo patamar tecnológico, quando comparada às de milho e feijão, através da integração com a agroindústria fumageira.

Após sucessivos cultivos na mesma área, era inevitável o processo de degradação da fertilidade natural dos solos. Os agricultores, para minimizar tal efeito, recorriam a prática do pousio, que era comum e generalizada, como sendo a principal capaz de recuperar parte da fertilidade natural.

À medida em que ocorreu, nos anos 70, a expansão da produção agrícola, novas áreas foram sendo incorporadas no processo de produção. Assim, a prática do pousio, a necessidade de deixar por vários anos a terra sob o domínio da

vegetação nativa, confrontou-se às novas necessidades de uso do solo. Colocou na ordem do dia a necessidade do recurso à adoção química que eliminava a necessidade de ter que esperar períodos prolongados para recompor a fertilidade natural. Ademais que promovia os interesses do capital industrial através da demanda dos meios de produção químicos.

O diferencial na dotação de recursos, entre as categorias, refletiu um amplo limite de níveis de utilização de meios de produção químicos. A adoção destes meios estava ao alcance de uma parte dos produtores, aqueles que, no decorrer do tempo, tinham acumulado um volume de dinheiro (ou de acesso ao crédito) que dava suporte, capacidade de pagamento, para efetuarem novas inversões nos seus processos produtivos.

No sentido de demonstrar a evolução histórica do uso dos meios de produção químicos entre as atuais categorias de produtores, procedeu-se efetuando um corte temporal a partir de 1970. Neste contexto, analisou-se a época de início de utilização dos principais meios de produção capazes de potencializar a produtividade da terra através do uso de fertilizantes, calcáreo, herbicidas e inseticidas (Tabela 17).

Fica claro o grande diferencial da época de início de utilização daqueles meios de produção, pois, nos produtores camponeses mecanizados, concentrou-se nos anos 70, e, em parte, nos produtores camponeses tradicionais, nos anos 80, exceto os produtores de fumo (medimos apenas o início da utilização, e não as quantidades utilizadas).

De forma geral, entre os agricultores, ocorreu uma utilização parcial dos meios de produção químicos, consubs-tanciando-se por uma assimilação desigual do trabalho morto nas unidades produtivas. É importante ressaltar que, mesmo entre os produtores camponeses mecanizados, o número de agricultores que estavam utilizando fertilizantes até 1980 era muito superior ao dos que usavam calcáreo para a correção da acidez do solo. Esta discrepância constituiu-se num entrave para a elevação da produtividade da terra, pois, sem a correção da acidez, as plantas não conseguem absorver os nutrientes necessários para o seu pleno desenvolvimento.

Tabela 17. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e de produtores camponeses mecanizados, segundo o ano de início de utilização de fertilizantes, calcáreo, herbicida e inseticida, no período 1970-89.

Especificação	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	Total

Prod. C. Tradic.*																					
fertilizantes	1				1								1	1	1	1					5
calcáreo	1									1							1	1			4
herbicida															1						1
inseticida																					-

Prod. C. Mecan.																					
fertilizantes	2	1	1		2	2		1		1	1										11
calcáreo	1		1		1	1	1	1				2			1	1	1				11
herbicida	1		2		1			2	1		1				2					1	11
inseticida	1		1					1			1										4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

* excluídos os agricultores que cultivavam a cultura de fumo

Por outro lado, nas unidades produtivas dos produtores camponeses tradicionais, com algumas exceções, somente nos anos 80 é que parte dos agricultores inseriram nos seus processos produtivos os fertilizantes e o calcáreo. Estes

também utilizaram os meios de produção químicos na mesma ordem que os produtores camponeses mecanizados.

Com a reorganização das atividades produtivas, os camponeses mecanizados iniciaram conjuntamente o uso de herbicida no processo produtivo de milho e feijão. Esta técnica traduziu-se como forma de neutralizar a demanda de mão-de-obra necessária para efetuar as capinas durante o desenvolvimento das culturas, ou seja, substituir a demanda de força de trabalho que excedia a capacidade de trabalho da unidade familiar.

Os inseticidas foram utilizados apenas, e em parte, pelos agricultores da categoria dos produtores camponeses mecanizados na década de 70.

8.5. Sementes fiscalizadas

As sementes fiscalizadas estão inseridas no conjunto dos meios de produção que representam o avanço das forças produtivas no campo. O seu uso entre os agricultores ocorreu de forma diferenciada, no tempo e nas culturas (Tabela 18).

Os produtores camponeses mecanizados iniciaram a utilização de sementes fiscalizadas no início da década de 70, muito embora ainda de forma heterogênea. As culturas de feijão, soja e trigo foram as que mais utilizaram sementes fiscalizadas, haja visto que as transformações que foram introduzidas nos processos produtivos não podem dissociar-se

deste conjunto de forças produtivas sob pena de comprometer a produtividade da terra.

Tabela 18. Número de agricultores das categorias de produtores camponeses tradicionais e de produtores camponeses mecanizados, segundo o ano de início de utilização de sementes fiscalizadas, no período 1970-89.

Especificação	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	Total	
Prod. Camp. Tradic.																						
semente de milho													1	1	1				1	1		5
semente de feijão													1	2					1	1		5
semente de soja/trigo																						-
Prod. Camp. Mecanizado																						
semente de milho					1					1	1			1	2							6
semente de feijão	1				1			1	1		2			2	3							11
semente de soja/trigo 2								1	1													4

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A utilização de sementes fiscalizadas pelos produtores camponeses tradicionais fôra efetuada, em parte, no início dos anos 80. As culturas nas quais utilizaram essas sementes foram o feijão e o milho (aqui também não estamos levando em consideração as quantidades empregadas no processo produtivo).

Nas unidades de exploração destes agricultores não constatou-se a presença da cultura de soja, enquanto que a de trigo ainda era encontrada em pequenas áreas, o que não lhes caracterizava a exploração sob um novo patamar tecnológico. Assim, a utilização tardia, e apenas por uma parcela de agricultores, refletiu o diferencial existente entre os agricultores da categoria aliados às restrições técnicas e econômicas, que impediram os mesmos de acompanharem a expansão das forças produtivas na cultura de trigo.

8.6. Reflexos nas atividades produtivas

As unidades produtivas dos produtores camponeses mecanizados passaram por profundas transformações no seu processo de produção, decorrentes da reorganização efetuada no conjunto de atividades exploradas, sob novas bases tecnológicas. Frente a este contexto, efetuou-se uma análise fundamentada no momento anterior e posterior à aquisição do trator, que estava acompanhado dos principais implementos, como sendo um elemento determinante para a transformação do processo produtivo. Desta forma, explicitou-se o movimento de evolução e/ou substituição ocorrido na pauta dos principais produtos e nas respectivas áreas físicas (Tabela 19).

A expansão das áreas exploradas com feijão e milho implicou em transformações no seu sistema de cultivo. As culturas eram, na sua maior parte, exploradas pelos agricultores, sob a forma de consórcio. A partir da necessidade da unidade produtiva ter que implantar atividades sob novas bases, foi necessário inserir o sistema de cultivo simples no processo produtivo. Este processo produtivo compreendeu a exploração de apenas uma cultura, em um espaço de tempo determinado, para o seu pleno desenvolvimento. Ademais que o cultivo simples permitiu a realização de operações mecanizadas que só se viabilizaram a partir de uma escala mínima de produção.

A partir da aquisição do trator, ficou evidenciada a expansão das áreas das culturas que já eram exploradas nas

Tabela 19. Evolução e/ou substituição das principais culturas e áreas nas unidades produtivas dos produtores camponeses mecanizados, segundo um corte temporal, antes e depois da aquisição do trator.

Número do Agricultor	antes		depois	
	cultura	área (ha)	cultura	área (ha)
1	arroz	12,10	soja	96,80
	feijão + milho	2,42	feijão	48,40
			trigo	36,30
2	feijão + milho	2,42	feijão	14,52
	batata	2,42		
3 ^a			feijão	60,50
			soja	29,04
4	feijão + milho	12,10	feijão	72,60
			milho	96,80
5	feijão + milho	16,94	feijão	48,40
	batata	4,84		
	cebola	2,42		
6	feijão + milho	9,68	feijão	24,20
7	feijão	14,52	feijão	16,94
	milho	12,10	milho	12,10
			soja	29,04
8	feijão + milho	19,36	feijão	21,78
			soja	12,10
9	feijão + milho	9,68	milho	48,40
			soja	19,36
10	feijão + milho	12,10	soja	121,00
	milho	9,68	aveia + azevém	72,60
	feijão	4,84		
11	feijão + milho	4,84	feijão	12,10
	batata	7,26	soja	24,20
			cevada	24,20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

a- agricultor que veio do Rio Grande do Sul.

unidades produtivas, principalmente o feijão e milho. No entanto, também foram sendo implementadas mudanças na pauta dos produtos, ocorridas com a inserção no processo produtivo das culturas de soja, trigo, aveia, azevém e cevada.

A cultura de soja não expandiu-se de forma homogênea entre os agricultores da categoria dos produtores camponeses mecanizados. A existência de condições de completa mecanização da produção era um critério básico para poder plantar soja. A existência de terras aptas à mecanização era outra condição.

Nesses casos, além de ocupar áreas da fronteira interna da unidade produtiva, a soja substituiu em parte terras que estavam sendo exploradas com a cultura de feijão e que não apresentavam restrições para a mecanização das operações de cultivo.

As culturas de inverno _ o trigo, a aveia, o azevém e a cevada _ expandiram-se em menor proporção quanto ao número de produtores. Os que as inseriram nos seus processos produtivos eram aqueles que já cultivavam a soja como atividade principal no período de verão. Esta sucessão de atividades permitia uma utilização intensiva dos meios de produção mecânicos, bem como o aproveitamento racional do solo, em virtude de que ambos, em períodos anteriores, ficavam ociosos no inverno.

Um outro produto de grande importância no conjunto de atividades produtivas dos agricultores era a exploração

extrativa da erva mate. A quantidade do número de pés de erva existentes nas unidades produtivas estava associada diretamente ao montante de área própria localizado no ambiente do criadouro. No entanto, a degradação crescente do recurso natural afetou os elementos componentes que mantinham o Sistema Faxinal, determinando a diminuição drástica daquela reserva nativa. Este processo teve reflexos diferenciados nas categorias dos produtores camponeses tradicionais e produtores camponeses mecanizados, haja visto a magnitude das extensões das áreas físicas de ambos os grupos.

Além da produção extrativa da erva mate, em algumas unidades produtivas dos produtores camponeses mecanizados realizava-se a operação de processamento, pois os mesmos possuíam o barbaquá¹. A atividade de processamento do mate sempre esteve associada à categoria social daqueles que detinham maior volume de capital. Tais agricultores efetuavam também o processamento da erva pertencente a outros produtores, sob formas específicas, determinadas pelas características inerentes a cada processo produtivo, quais sejam: os produtores que tinham unidades menores de beneficiamento da erva somente ocupavam-se com a produção própria; enquanto que aqueles com unidades maiores, além de sua produção, compravam

1. barbaquá é o local onde efetua-se a secagem da erva mate, juntamente com as canchas de moagem.

erva, efetuando ou não a operação de corte, bem como aquelas em que os agricultores levavam até o local da unidade de processamento.

O processo predominante, até por volta de 1985, de colheita de erva mate, constituía-se através da realização de várias operações, tais como: o corte e o transporte dos ramos até um local determinado para efetuar a sapecagem das folhas, confecção de feixes e o transporte até o barbaquá, onde era cancheada (secar, moer e ensacar). Esta sequência de operações agregava valor no produto final.

A atividade que envolvia o processamento de erva mate nas unidades produtivas passou por profundas transformações após a metade dos anos 80 com a inserção na Microrregião de novas unidades sapecadeiras¹.

O processamento, na forma antiga, era efetuado por pequenas e grandes barbaquás, distribuídos espacialmente na Microrregião. As novas unidades, em menor número, eram oriundas da expansão do capital industrial que estava a procura de espaços para a sua valorização. A inversão daqueles capitais em unidades de processamento nos locais da produção extrativa assegurava-lhes a sua reprodução, haja visto que a erva ainda era transportada até a matriz no Rio Grande do Sul, onde a produção era comercializada.

1. estas constituem-se de filiais, que somente realizavam o processamento da erva mate, enquanto que as matrizes instaladas no Rio Grande do Sul efetuavam também a embalagem e a comercialização.

Os reflexos decorrentes da instalação das novas unidades sapecadeiras consubstanciavam-se através da modificação no ritmo de processamento e na forma em que era efetuado o corte da parte aérea da planta de erva mate. Aquelas unidades eram dotadas de grande capacidade de processamento, pois reduziam significativamente o tempo em que as folhas ficavam sob a operação de secagem. Por outro lado, a operação de colheita da erva para os agricultores ficara restrita apenas ao corte dos galhos finos e posterior confecção de "bolas". Estas eram transportadas diretamente para as unidades sapecadeiras, ou seja, lhes era facultado da necessidade de terem que sapecar as folhas antes de vendê-las. Após a introdução desta nova forma, ficou caracterizada na Microrregião a comercialização da "erva crua".

Diante de tal espectro, aqueles agricultores que somente vendiam a erva optaram por entregar a produção para as novas unidades, na medida em que no processo de produção ocorria redução no tempo de trabalho.

Os agricultores que tinham o barbaquá foram, ao longo do final dos anos 80, sendo desestimulados a comprar e/ou efetuar o processamento da erva, em virtude da impossibilidade de competir com as novas unidades sapecadeiras. Estas, por sua vez, dispunham de capital necessário para adquirir a produção, além de proporcionar o transporte até a esteira de processamento. Assim, a nova forma de processamento da erva reduziu drasticamente a operação com o barbaquá, principalmen-

te com as unidades maiores, onde trabalhavam com ervas próprias e compradas. Ficaram, assim, apenas com o uso restrito do mate para auto consumo e venda de pequenos excedentes.

8.7. Reflexos no uso da força de trabalho

Anteriormente ao desenvolvimento desse processo de modernização, a capacidade de exploração das atividades nas unidades produtivas, no que concerne à magnitude da área física, estava determinada pelo número de equivalentes homem disponível na família e às condições favoráveis do recurso natural, o solo, que permitia o uso da tração animal.

O uso e a distribuição da força de trabalho na unidade produtiva durante o ano, consubstanciava-se de forma desigual em virtude das atividades exploradas, isto é, principalmente em torno da cultura de feijão. A demanda de força de trabalho concentrava-se em torno da realização das operações de capina e colheita. Tais operações deviam ser realizadas em momentos específicos do ciclo biológico das plantas, sob pena de refletirem-se no decréscimo da quantidade do produto final, considerando-se normais as condições climáticas e de fertilidade. Uma forma de amenizar essa restrição, procedimento comum entre os agricultores, consistia em efetuar o escalonamento das épocas de plantio. Esta estratégia permitia uma distribuição da demanda de força de trabalho para a realização daquelas operações, bem como ainda representava um fator de minimização das condições de risco

frente às adversidades climáticas.

A trajetória de utilização da força de trabalho na unidade produtiva era proveniente dos membros integrantes da unidade familiar. Aqueles agricultores que, no desenvolvimento de suas atividades produtivas, excediam a capacidade de trabalho da família, recorriam à troca de dias e/ou contratavam temporariamente mão-de-obra assalariada. Este procedimento era generalizado, pois aquelas operações exigiam imediatez na sua execução.

A expansão da área cultivada nas unidades produtivas dos atuais produtores camponeses mecanizados, decorrentes do avanço das forças produtivas, promoveu uma reorganização no uso e na distribuição da força de trabalho disponível da família. Iniciava-se uma nova fase no processo de produção, onde a atividade era explorada sob os ditames de uma escala de produção que fôra redimensionada e que demandava níveis diferenciados de ocupação da força de trabalho, que podiam exceder a capacidade da família.

A inserção efetuada no processo de produção, sob o comando de meios de produção que potencializam a produtividade da terra e do trabalho, imprimiram um novo ritmo na ocupação da força de trabalho, haja visto que determinaram a ampliação da sazonalidade do trabalho nas unidades produtivas. Neste sentido, ocorreu uma substituição daquelas operações que comumente eram efetuadas com força humana e/ou animal por força mecânica. Este processo contribuiu para que

ocorresse um deslocamento e concentração da demanda por força humana nas duas épocas específicas do ciclo biológico da cultura de feijão, capina e colheita. Aliado a isto, ainda existia um maior diferencial de demanda de força de trabalho naquelas unidades produtivas que somente utilizavam o contingente humano na colheita, pois tinham alcançado um novo patamar tecnológico quando efetuavam a aplicação de herbicidas em substituição às capinas manuais.

Aquela ampliação traduziu-se internamente no processo de produção das unidades produtivas através da implantação de uma nova divisão de trabalho entre os integrantes da família e também daqueles que foram contratados temporariamente.

Entre os produtores camponeses mecanizados, constatou-se a existência de duas formas nas quais os membros da família estavam envolvidos com o processo de produção. A primeira, em que a família dispunha de força de trabalho, ocupando-se com todos os serviços, inclusive com a operação de máquinas, enquanto os que eram contratados temporários alocavam-se nas operações de capina e de colheita (arranquio de plantas). Na segunda, além destas, ocorreu a divisão de trabalho entre os membros da família. Estas unidades produtivas caracterizavam-se pela maior dimensão, tanto de área física (ha), como pela magnitude das atividades exploradas, onde o chefe da família distinguia-se dos demais pela ocupação do cargo de direção, ao passo que os filhos efetuavam principalmente as operações mecanizadas.

9. CONCLUSÃO

A forma de acesso à terra mostra o avanço do processo de diferenciação camponesa a partir de 1970 e a expansão do mercado fundiário a partir da valorização mercantil da produção agrícola.

No período 1950-70, a herança é a forma essencial de transferência da propriedade da terra, para todos os produtores entrevistados. A compra de terras, embora ocorra, e em maior frequência, entre os que já tinham maior disponibilidade de terras, é secundária na explicação dos movimentos fundiários.

Essa situação se inverte a partir de 1970. As compras de terra passam a dirigir o movimento de transferência da propriedade privada da terra. E, mais do que isso, elas expressam o processo de diferenciação camponesa em curso, do qual são um componente básico. Os produtores que detinham menor quantidade de terra esporadicamente conseguiram adquirir pequenas parcelas. E continuam tendo na partilha da herança a forma predominante de constituição do patrimônio fundiário.

Aqueles produtores com maior quantidade de terras têm acesso ao movimento de mudança da base técnica produtiva. E essa modernização alavanca sua presença no mercado de terras, sendo que, muitos deles, compraram terras sistematicamente.

O patrimônio fundiário apresenta-se, pois, como causa do processo de diferenciação camponesa, e, num segundo momento, como consequência, acentuando-se ainda mais a diferenciação desse campesinato.

O movimento de concentração do acesso à terra na Microrregião não reverteu as características da produção familiar em que eram exploradas as atividades agrícolas. O incremento do número de empregados permanentes e temporários é insignificante, haja visto que encontra-se nos mesmos níveis da década de 50. A força de trabalho familiar não foi potencializada pelo trabalho assalariado, e sim pelo uso dos meios de produção mecânicos, químicos e biológicos.

A desagregação do Sistema Faxinal acelerou o processo de diferenciação camponesa, na medida em que subtraiu dos agricultores, que não tinham a propriedade da terra, bem como daqueles que possuíam pequenas parcelas próprias, a possibilidade de exploração das atividades com os animais, de forma extensiva, aliados ao crescente desgaste dos recursos naturais, o solo e os alimentos silvestres.

Na Microrregião a expansão das relações capitalistas no campo ocorreu tardiamente, quando comparada às demais do Estado, em virtude das limitações do recurso natural, pois os

produtos, até então explorados, não constituíam-se em atividades rentáveis.

A conformação da categoria dos produtores camponeses mecanizados constitui-se daqueles agricultores que já possuíam terra e que, após a desagregação do Sistema Faxinal, aproveitaram-se do sistema de crédito subsidiado e intensificaram em capital as atividades produtivas como forma de permanecerem na corrida do processo de reprodução. A maior intensificação entre as atividades que eram desenvolvidas ocorreu com a cultura de feijão, passando a ser cultivada sob nova base técnica. Assim sendo, a modernização da cultura de feijão ocorreu pela produção camponesa, pois não constituía-se para os produtores capitalistas como sendo uma atividade capaz de valorizar o capital investido.

Nas unidades produtivas dos produtores camponeses mecanizados ocorreu uma intensa modificação na forma de realização das operações nas atividades agrícolas. Na cultura de feijão, à exceção da colheita, todas as operações poderiam ser efetuadas com a mecanização e também com o uso de herbicidas que limitam o uso de força de trabalho nas capinas. Esta modificação determinou a mudança no sistema de cultivo do feijão, ou seja, de consórcio para o cultivo simples.

Apesar da intensificação ocorrida com operações mecanizadas que ampliam a sazonalidade do trabalho, a maior parcela de demanda de força de trabalho na unidade produtiva advém da família. No entanto, ocorreu uma divisão interna do

trabalho da família, na medida em que os filhos efetuavam as operações mecanizadas e o chefe da família ocupava-se com a direção do estabelecimento.

A categoria dos produtores camponeses mecanizados utilizou-se de estratégias que convergiam na potencialização da renda de sua unidade produtiva, na forma de aluguel de máquinas, na troca de dias entre trator versus trator, trator versus força de trabalho, na ampliação do processo de produção, através do arrendamento de melhores áreas, enquanto que cediam as piores, que necessitavam da realização de operações de limpeza, para posterior incorporação.

10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARCHETTI, Eduardo P. Economia Camponesa: Chayanov ou Marx? In: Cadernos: Brasil em Debate. UFPB- Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande- PB. 1987.
- BARTHELMES, A. Ocupação e Organização do Paraná Velho. Boletim Paranaense de Geografia. Curitiba (6/7). Maio de 1962.
- CHANG, Man Yu. Sistema Faxinal: Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina. IAPAR, Boletim Técnico, 22, 1988. 124p.
- DAL-ROSSO, Sadi. Padrões de Subordinação da Agricultura não Capitalista. Brasília, Série Sociológica, 18, 1979. 31p.
- EMBRAPA/ Fundação IAPAR. Níveis de Possibilidades das Terras para Mecanização e Níveis de Exigências das Terras para a Aplicação de Fertilizantes e Corretivos. In: Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Paraná (Tomo I e II). Londrina, 1984.
- FIBGE. Censo Agropecuário do Paraná de 1940-50-60-70-80 e 85.
----- Censo Demográfico do Paraná de 1940-50-60-70 e 80.
- GRAZIANO DA SILVA, José & KAGEYAMA, Angela. Tipologia e Diferenciação. Campinas, UNICAMP (material didático), 1981. 10p.
- GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela; ROMÃO, Devancyr; WAGNER NETO, José e WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Diferenciación Campesina Y Cambio Tecnológico: El Caso de los Productores de Frijol En São Paulo. Campinas. Documento Síntese, 1982. 55p.
- IPARDES. Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná. Curitiba, Codesul/Ipardes, 1976. 210p.
----- Consequências Sociais das Transformações Tecnológicas na Agricultura do Paraná. Curitiba, 1985. 110p.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3a edição, São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 329p.

- LENIN, Vladimir Ilich. **EL Desarrollo del Capitalismo en Rusia.** Editorial Progreso, 1979. 661p.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Empresas e Pequenos Produtores no Desenvolvimento do Capitalismo Agrário em São Paulo (1940-70).** In: **Estudos Cebrap 22.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1978. p.41-110.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1987. 182p.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução Histórica da Economia Paranaense.** In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, Jan./Fev, 28, 1972. p.31-52.
- MULLER, Geraldo. **Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil.** In: **Revista de Economia Política.** vol.2/2, número 6, abril-junho/1982. p.47-77.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de Uma Economia Periférica: O Caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná. 1981. 235p.
- PAYÉS, Manoel Antonio Munguia. **Sistemas de Produção Predominantes na Região de Irati-Pr.** Londrina, IAPAR (mimeo), 1988. 59p.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil et alii. **Campos Gerais - Estruturas Agrárias.** Curitiba, Edição do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Imprensa da UFPR, 1968.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória Social e Projeto de Autonomia: Os Produtores Familiares de Algodão da Região de Campinas-SP.** Caderno do IFCH, UNICAMP, 1988.162p.

Anexo I - Questionário

As entrevistas de campo com os agricultores foram necessárias para efetuar a reconstituição da trajetória de cada unidade produtiva, não sendo possível com os dados censitários, ou seja, dos aspectos históricos do uso de tecnologia, dos principais produtos explorados, da composição do patrimônio fundiário e da força de trabalho.

O questionário foi aplicado em agricultores da Microrregião Colonial de Irati que já tinham sido entrevistados por ocasião do estudo de tipologia efetuado por Payés 1988.

A seguir o questionário:

NOME DO AGRICULTOR:

MUNICÍPIO:

HISTÓRICO DA TECNOLOGIA

1- Quadro referente ao itinerário técnico das principais transformações na base técnica.

Itinerário Técnico\Ano

.....
.....
.....
.....
.....
.....

2- Quando utilizou crédito rural e sua finalidade.

3- Aspectos sobre integração/não integração à agroindústria.

4- Motivos porque utiliza/substitui as áreas de cultivo.

5- Explorar o grau de satisfação atualmente dos objetivos de vida e necessidades familiares através das atividades (lavouras, criações, etc).

HISTÓRICO PRODUTIVO

1- Quadro da evolução dos principais produtos explorados segundo os cultivos e área (ha).

Sistemas de Cultivo\Área

2- Aspectos sócio-econômicos individuais (micro).

a) Quais foram as alterações nos objetivos do agricultor, em termos de vida, mudança na condições objetivas de produção (desejo de acumulação, vantagem comparativa na venda de força de trabalho, expansão de área).

Aspectos sócio-econômicos estruturais (macro).

b) Quais foram as alterações na região que promoveram o surgimento/desaparecimento de oportunidades (disponibilidade de crédito, asfaltamento de estrada, agroindústria, etc).

Aspectos técnicos individuais.

c) Quais foram as principais alterações que ocorreram na formação e/ou capacitação do agricultor para desenvolver tal

atividade?

Aspectos técnicos gerais.

d) Quais foram as principais limitações/ampliações via progresso técnico na aptidão de culturas/criações (problemas sanitários, disponibilidade de calcáreo).

3- Aspectos sobre a comercialização de produtos e animais.

4- Principais problemas que afetaram lavouras e criações.

HITÓRICO FUNDIÁRIO

1- Forma de acesso à terra:

Especificação\Ano

compra
venda
ocupação
sob condição

2- Motivos que promoveram as mudanças na condição legal do produtor.

3- Aspecto do relevo e fertilidade da propriedade e/ou áreas tomadas sob condição.

4- Quais as principais transformações ocorridas na região e suas consequências (reflorestamento, área em descanso, etc).

5- Aspectos que levam o agricultor a tomar/ceder terras.

6- Como é efetuada a partilha (herança) da terra.

HISTÓRICO DA FORÇA DE TRABALHO

1- Procedência e motivos do agricultor em migrar/permanecer na região.

Procedência\Ano

2- Principais modificações no tamanho da família.

3- Evolução das épocas em que contratou mão-de-obra e forma de pagamento.

4- Evolução das épocas em que vendeu mão-de-obra:

- a) aspectos comunitários (troca de dias, ajuda, etc).
- b) atividade subordinada ao capitalista/bodegueiro.
- c) atividade para complementação da renda familiar.
- d) outras? Quais?

5- Principais transformações na divisão do trabalho na família.

6- Aspectos sobre os vínculos pessoais (bodegueiro, proprietário da terra, agroindústria, etc).